



Memórias de Jequitibá:

HISTÓRIA ORAL E PATRIMÔNIO CULTURAL POMERANO
DA COMUNIDADE LUTERANA DE SANTA MARIA DE
JETIBÁ RECONHECIDO PELAS SENHORAS DA OÁSE



UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E CIDADE

KARLA FERNANDA DA SILVA KIISTER

**MEMÓRIAS DE JEQUITIBÁ: HISTÓRIA ORAL E PATRIMÔNIO
CULTURAL POMERANO DA COMUNIDADE LUTERANA DE SANTA
MARIA DE JETIBÁ RECONHECIDO PELAS SENHORAS DA OASE**

VILA VELHA

2024

KARLA FERNANDA DA SILVA KIISTER

**MEMÓRIAS DE JEQUITIBÁ: HISTÓRIA ORAL E PATRIMÔNIO
CULTURAL POMERANO DA COMUNIDADE LUTERANA DE SANTA
MARIA DE JETIBÁ RECONHECIDO PELAS SENHORAS DA OASE**

Dissertação apresentada a Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade, para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Cidade.

VILA VELHA

2024

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

K46m

Kister, Karla Fernanda da Silva.

Memórias de Jequitibá : história oral e patrimônio cultural pomerano da comunidade luterana de Santa Maria de Jetibá reconhecido pelas senhoras da Oase / Karla Fernanda da Silva Kiister. – 2024.

192f. : il.

Orientadora: Melissa Ramos da Silva Oliveira.

Dissertação (mestrado em Arquitetura e cidade) -
Universidade Vila Velha, 2024.

Inclui bibliografias.

1. Arquitetura. 2. História. 3. Santa Maria de Jetobá (ES).
3. Patrimônio cultural. I. Oliveira, Melissa Ramos da Silva
II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 720

KARLA FERNANDA DA SILVA KIISTER

**MEMÓRIAS DE JEQUITIBÁ: HISTÓRIA ORAL E PATRIMÔNIO
CULTURAL POMERANO DA COMUNIDADE LUTERANA DE SANTA
MARIA DE JETIBÁ RECONHECIDO PELAS SENHORAS DA OASE**

Dissertação apresentada a Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade, para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Cidade.

Aprovada em 15 de fevereiro de 2024.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Haroldo Gallo (UNICAMP)



Prof.^a Dr.^a Tatiana Caniçali (UCL)



Prof. Dr.^a Dra. Teresa da Silva Rosa (UVV)



**Prof. Dr.^a Melissa Ramos da Silva Oliveira (UVV)
Orientadora**

Dedico este trabalho a minha família e a todos os
membros da comunidade de Jequitibá - ES.

AGRADECIMENTOS

Durante estes dois anos de mestrado, a pesquisa me proporcionou uma experiência única e afetiva: o retorno as minhas origens e a minha comunidade. Ao trabalhar com memória e narrativas orais, pude voltar para as minhas próprias recordações da infância: das histórias contadas pelos meus avós paternos, das brincadeiras na roça, das comidas tradicionais pomeranas preparadas no fogão a lenha. Com os anos, essas recordações ficaram guardadas dentro de mim, apenas esperando para aflorarem novamente. E, durante o curso de Arquitetura e Urbanismo, elas despontaram. Percebi que trabalhar com a cultura e o patrimônio pomerano era minha paixão, afinal, eu estava falando da minha própria cultura, da minha família. E a pesquisa, que se iniciou durante o trabalho de conclusão de curso na graduação, agora poderia continuar sua trajetória no mestrado. Enfim, minha missão é poder valorizar o patrimônio do povo pomerano.

A conclusão e mérito deste trabalho não são somente meus. Começo aqui agradecendo àqueles que foram indispensáveis nestes dois anos de pesquisa. Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me permitido chegar até aqui. Por ter sido meu castelo forte em todos os momentos e não ter me permitido desistir. A minha família, por ter mergulhado de cabeça junto comigo nesta pesquisa. Pelos conselhos, incentivos e todas as idas juntos a Santa Maria de Jetibá. Este trabalho também é de vocês! Agradeço a minha orientadora, professora Dra. Melissa Ramos de Oliveira, por ter comprado esta ideia desde o início e me ajudado a extrair o melhor para este trabalho. Por todo o conhecimento passado e pela orientação de mestra, me guiando por estes dois anos até o grande objetivo final.

Mas preciso deixar aqui o meu agradecimento mais que especial àquelas sem as quais este trabalho não poderia ter acontecido, as personagens principais, as quais eu carinhosamente chamo de: as minhas senhoras da “Oase Jequitibá”. Minha gratidão por terem me acolhido de braços abertos, por todas as trocas, pelas conversas, pelos lanches partilhados, pelas histórias e todo conhecimento trocado. Sem vocês este trabalho não teria saído do papel. *Danke Mekas!*

Agradeço também ao pastor Marcos Volbrecht e sua esposa, Luciene Volbrecht, que abriram sua comunidade e doaram seu tempo e conhecimento, disponibilizando

material, fotos e falas. A prefeitura de Santa Maria de Jetibá, na figura do secretário Renato Strelow, pelo apoio, disponibilidade sempre para ajudar na pesquisa, trazendo informações e dados únicos para a pesquisa. No mais, obrigada a todos que estiveram comigo nesta jornada, amigos e professores.

RESUMO

KIISTER, Karla Fernanda da Silva. M.Sc, Universidade Vila Velha – ES, fevereiro de 2024. **Memórias de jequitibá: história oral e patrimônio cultural pomerano da comunidade luterana de Santa Maria de Jetibá reconhecido pelas senhoras da Oase.** Orientadora: Dra. Melissa Ramos da Silva Oliveira.

A trajetória do povo pomerano em terras capixabas inicia-se em 1859, com a chegada dos primeiros imigrantes à antiga colônia de Santa Leopoldina, Espírito Santo. Com o crescimento da região e o fluxo migratório interno, os imigrantes fundaram a comunidade luterana de Jequitibá, na região conhecida por eles como “Alta Pomerânia”. Durante os anos, seus descendentes mantiveram vivas as tradições e costumes aprendidos com seus antepassados. Como sociedade oral, as heranças, os costumes, as memórias e histórias são transmitidos através da fala, durante as conversas familiares e socialmente entre os membros da comunidade, tendo a mulher um papel fundamental para sua preservação e perpetuação. Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, do tipo etnográfica, tem como objeto de estudo a comunidade de Jequitibá, localizada no município de Santa Maria de Jetibá. Dentro da comunidade, o grupo de senhoras evangélicas “Oase Jequitibá” foi escolhido como objeto de estudo, visando compreender a comunidade pomerana de Jequitibá a partir das narrativas coletivas e individuais evocadas por essas senhoras e transmitidas no ambiente familiar e comunitário em que vivem. Metodologicamente, faz-se uso da história oral, com a realização de entrevistas individuais e roda de conversa como instrumento de recordação da memória social e coleta das narrativas. O objetivo geral desta pesquisa é analisar as memórias coletivas e individuais das mulheres da Organização Auxiliadora de Senhoras Evangélicas – “Oase - Jequitibá”, evocadas pela história oral a partir das coletas de narrativas. Esta pesquisa contribui para o registro oficial e social da história da comunidade, assim como para a perpetuação do legado pomerano no município de Santa Maria de Jetibá. A pesquisa também evidenciou a importância da mulher pomerana na sociedade, sobretudo na

perpetuação de tradições, costumes e práticas, sendo essencial para a preservação do patrimônio pomerano.

Palavras-chave: Memória; Narrativas orais; História oral; Patrimônio pomerano; Jequitibá - ES.

ABSTRACT

KIISTER, Karla Fernanda da Silva. M.Sc, Universidade Vila Velha – ES, maio de 2024. **Memories Of Jequitibá: Oral History And Pomeran Cultural Heritage Of The Lutheran Community Of Santa Maria De Jetibá Recognized By The Ladies Of Oase.** Advisor: Dra Melissa Ramos da Silva Oliveira.

The trajectory of the Pomeranian people in Espírito Santo began in 1859, with the arrival of the first immigrants to the former colony of Santa Leopoldina, Espírito Santo. With the growth of the region and the internal immigration flow, immigrants founded themselves in the Lutheran community of Jequitibá, in the region known to them as “Alta Pomerania”. Over the years, their descendants have remained alive as traditions and customs learned from their ancestors. As an oral society, heritages, customs, memories and stories are transmitted through speech, during family and social conversations between community members, with women playing a fundamental role in their preservation and perpetuation. This research, with a qualitative, ethnographic approach, has as its object of study the community of Jequitibá, located in the municipality of Santa Maria de Jetibá. Within the community, the group of evangelical ladies “Oase Jequitibá” was chosen as the object of study, aiming to understand the Pomeranian community of Jequitibá based on the collective and individual narratives evoked by these ladies and transmitted in the family and community environment in which they live. Methodologically, oral history is used, with individual interviews and conversation circles as an instrument for recording social memory and collecting narratives. The general objective of this research is to analyze the collective and individual memories of women from the Organization Auxiliadora de Senhoras Evangelicas – “Oase - Jequitibá”, evoked by oral history from narrative collections. This research contributes to the official and social record of the community's history, as well as to the perpetuation of the Pomeranian legacy in the municipality of Santa Maria de Jetibá. The research also highlighted the importance of Pomeranian women in society, especially in the perpetuation of traditions, customs and practices, being essential for the preservation of Pomeranian heritage.

Keywords: Memory; Oral narratives; Oral history; Pomeranian heritage; Jequitibá – ES.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa de localização do Município de Santa Maria de Jetibá/ Espírito Santo	22
Figura 02: Mapa de localização da Paróquia de Confissão luterana de Jequitibá, distrito de Caramuru	23
Figura 03: Linha do tempo com as principais cartas internacionais produzidas, convenções e recomendações acerca do desenvolvimento das ideias referentes ao patrimônio cultural contexto internacional	52
Figura 04: Principais acontecimentos Fase Heroica do Iphan.....	62
Figura 05: Novas políticas e Cartas Patrimoniais Nacionais na fase Moderna do IPHAN	64
Figura 06: Inscrito em alemão retirado de túmulo no cemitério de Santa Maria de Jetibá. (A esquerda e no meio). A direita, túmulo de suicida	73
Figura 07: A esquerda construção de casa Enxaimel por imigrantes; A direita, parede de Taipa de mão	75
Figura 08: Casa típica Pomerana.....	76
Figura 09: Croqui de uma planta baixa típica casa pomerana	77
Figura 10: Paiol com forno a lenha, utilizado para assar o Brot	78
Figura 11: Altar da comunidade luterana de Luxemburgo - Santa Leopoldina, ES....	78
Figura 12: Casamento típico pomerano. Noivos ao centro, com copeiros/copeiras ao seu redor e tocador de concertina.....	82
Figura 13: Cerimônia de quebra louças no casamento da Família Behling	84
Figura 14: Transporte dos noivos em caminhão para o local da festa	85
Figura 15: Fornos a lenha em clube local para preparação do Brot para o casamento pomerano	86
Figura 16: Copeiras e Copeiros do casamento da família Behling.....	87
Figura 17: Tradicional dança dos noivos. Casamento da família Behling	87
Figura 18: Preparação dos alimentos.....	88
Figura 19: Quarto de bolos de casamentos pomeranos.....	89
Figura 20: Osterboom- Arvore da Pascoa típica pomerana enfeitada com ovos pintados e fitas	90

Figura 21: Tocadores de Concertina	92
Figura 22: Massa de Brot em folha de bananeira.....	93
Figura 23: Mapa de localização da Pomerânia na Europa.....	96
Figura 24: Mapa do Espírito Santo com a localização dos municípios com predominância de imigrantes pomeranos	98
Figura 25: Mapa do Espírito Santo com localização das comunidades luteranas em Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá	103
Figura 26: Construção da capela escola e da casa pastoral por colonos alemães em campinho, Espírito Santo	104
Figura 27: Inauguração do templo de Campinho, Domingos Martins; Imagem atual do templo Luterano no centro de Domingos Martins.....	105
Figura 28: Primeira capela escola da comunidade de Luxemburgo – Santa Leopoldina	107
Figura 29: Imagem atual da igreja e campanário de Luxemburgo, Santa Leopoldina	108
Figura 30 Inauguração do primeiro templo de Jequitibá.	112
Figura 31: Construção da atual torre da paróquia de Jequitibá (1937)	113
Figura 32: Dia de festejo na paróquia de Jequitibá (1970), com a igreja com torre aos fundos	113
Figura 33: Da esquerda para a direita: Casa paroquial, escola e igreja já com torre	114
Figura 34: Construção do pátio externo à frente da igreja e do coreto.....	115
Figura 35: Antigo altar da paróquia de Jequitibá: Altar, cruz e púlpito em madeira. 116	
Figura 36: Celebração de confirmação na paróquia de Jequitibá: Antar, púlpito e cruz ainda em madeira.....	117
Figura 37: Interior da paróquia de Jequitibá com seu atual altar e púlpito. Tradução da frase do alemão para o português: “Deus é castelo forte”	117
Figura 38: Atual coro da paróquia de Jequitibá, construído após a queda do coro de madeira	118
Figura 39: Da esquerda para a direita: Templo de Jequitibá em 1970; Fachada do templo da paróquia de Jequitibá em 2022	119
Figura 40: Festa e culto de ação de graças dos 140 anos da inauguração do templo de jequitibá, em setembro de 2022	120

Figura 41: Primeiro grupo de mulheres da “Oase Jequitibá”	121
Figura 42: Mulheres da “Oase Jequitibá preparando torta salgada para festa da comunidade (1997)	122
Figura 43: Mulheres da “Oase Jequitibá preparando alimento para festa da comunidade.....	122
Figura 44: Grupo atual de mulheres da “Oase Jequitibá”	123
Figura 45: Reunião do grupo atual de mulheres da “Oase Jequitibá” (2023).....	124
Figura 46: Início da reunião da “Oase Jequitibá” (2023), com cantos luteranos	124
Figura 47: Senhoras membras da Oase Jequitibá em confraternização de Natal no dia 09/12/2023	132
Figura 48: Senhoras presentes na roda de conversa no dia 03/05/2023- Jequitibá-ES	136
Figura 49: Mesa com objetos da cultura pomerana trazidos pelas senhoras.....	137
Figura 50: Lanche partilhado com a comunidade.....	138
Figura 51: Entrevista com a Senhora Elza Holz (84 anos). Presença de sua neta Elizete Holz	140
Figura 52: Objetos apresentados pela senhora Senhora Elza Holz	140
Figura 53: Entrevista com Helena Gröner	141
Figura 54: Fotografias e monóculo de Helena Gröner	141
Figura 55: Entrevista com Tereza Gröner	142
Figura 56: Álbuns de fotografia de Tereza Gröner	142
Figura 57: Senhoras participantes e pesquisadora	143
Figura 58: Entrevista com a senhora Sabina Laurett (71 anos), acompanhada de sua filha Agnelda e sua neta Maria Luiza	144
Figura 59: Objetos apresentados durante a conversa com a senhora Sabina Laurett: Moedor de café (a esquerda); fotos de família a direita	144
Figura 60: Da direita para a esquerda: Agnelda Laurett; Karla Kiister e Sabina Laurett	146
Figura 61: Capa do livreto “Memórias de Jequitibá”	148
Figura 62: Objetos levados para a roda de conversa pelas senhoras da Oase Jequitibá	149
Figura 63: Nuvem de palavras-chave da roda de conversa	152
Figura 64: Falas das senhoras referentes aos utensílios domésticos	153

Figura 65: Falas das senhoras referentes a língua pomerana	154
Figura 66: Falas das senhoras referentes a religiosidade	155
Figura 67: Fotografias de casamentos antigos apresentadas pelas senhoras da Oase Jequitibá	157
Figura 68: Fotografias de batizados, eventos religiosos e da infância apresentadas pelas senhoras da Oase Jequitibá	158
Figura 69: Falas da senhora Elza Holz	161
Figura 70: Falas da senhora Elizete Holz.....	162
Figura 71: Falas da senhora Helena Gröner	163
Figura 72: Falas Tereza Gröner	164
Figura 73: Falas da senhora Sabina Laurett	165
Figura 74: Falas da senhora Agnelda Laurett	166
Figura 75: Nuvem de palavras gerada com as falas e temáticas das entrevistas ...	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Instruções para elaboração de um roteiro de entrevistas - segundo Ecléa Bosi	40
Tabela 02: Instruções para elaboração de um roteiro de entrevistas - segundo Meihy e Holanda	41
Tabela 03: Número de imigrantes por ano e origem no Espírito Santo	97
Tabela 04: Tabela população Povo Tradicional Pomerano no Estado Espírito Santo – Brasil	101
Tabela 05: Etapas da pesquisa	128
Tabela 06: Desenho metodológico proposto pela autora	129;130;131
Tabela 07: Objetos citados por cada participante durante a roda de conversa	150;151
Tabela 08: Temáticas presentes nas falas das entrevistadas	160

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Regiões da Alemanha de proveniência dos imigrantes 96

LISTA DE SIGLAS/ABREVIações

APEES- Acervo Público do Estado do Espírito Santo.

COLLAB UVV- Portal acadêmico de pesquisas.

CNPCT- Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais.

CNRC- Centro Nacional de Referência Cultural.

ICOMOS- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

IECLB -Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

IELB- Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

INRC- Inventário Nacional de Referências Culturais.

IPHAN –Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional.

IPOL- Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística.

OASE– Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas.

ONU- Organização das Nações Unidas.

PMSMJ- Prefeitura municipal de Santa Maria de Jetibá.

PNAES- Plano Nacional de Assistência Estudantil.

PNPCT- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

PVC- Poli Cloreto De Vinila.

SECULT- Secretaria de Cultura do Espírito Santo.

SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1: MEMÓRIA, IDENTIDADE E NARRATIVAS: A TRÍADE CONSOLIDADORA DO PATRIMÔNIO CULTURAL	29
1.1 MEMÓRIA.....	30
1.1.1 Memória, identidade e lugares de memória	30
1.1.2 Narrativas e histórias orais	38
1.2 PATRIMÔNIO CULTURAL.....	49
1.2.1 História e contexto internacional	51
1.2.2 Contexto nacional	60
1.3 PATRIMÔNIO CULTURAL POMERANO NO ESPÍRITO SANTO	71
1.3.1 Patrimônio tangível.....	72
1.3.2 Patrimônio intangível	81
CAPÍTULO 2: A COMUNIDADE POMERANA LUTERANA DE JEQUITIBÁ/ES94	
2.1 DAS PLANÍCIES POMERANAS AS MONTANHAS CAPIXABAS: A TRAJETÓRIA DE IMIGRAÇÃO DO POVO POMERANO NO ESPÍRITO SANTO	95
2.2 LUTERANOS NO ESPÍRITO SANTO: INÍCIO DE UMA CAMINHADA DE FÉ	102
2.3 PARÓQUIA DE JEQUITIBÁ: A IGREJA MÃE DA IMIGRAÇÃO POMERANA EM SANTA MARIA DE JETIBÁ.....	111
2.4 AS SENHORAS DA “OASE JEQUITIBÁ”	120
CAPÍTULO 3: DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	125
3.1 PROJETO DE HISTÓRIA ORAL E DEFINIÇÃO DO GRUPO A SER ESTUDADO	130
3.2 RODA DE CONVERSA.....	132
3.2.1 Conceituação da roda de conversa	132
3.2.2 A roda de conversa com as senhoras da oase.....	134
3.3 ENTREVISTAS INDIVIDUAIS.....	137
3.4 TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO.....	145
3.4.1 Desafios e dificuldades:	145
3.5 RETORNO A COMUNIDADE	146

CAPÍTULO 4: RESULTADOS	148
4.1 RODA DE CONVERSA.....	148
4.2 ENTREVISTAS INDIVIDUAIS.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173
APÊNDICE 1	184
APÊNDICE 2	185
APÊNDICE 3	186

INTRODUÇÃO

Contextualização do tema

Patrimônio, memória e identidade possuem uma estreita relação de significados que se conectam e se complementam. O patrimônio engloba bens materiais e imateriais representativos, de amplo significado para uma comunidade, que corrobora para fortalecer a identidade cultural, a preservação e a perpetuação dos bens, assim como a evocação da memória social. O conceito de patrimônio deriva do latim “*pater*”, e possui como significado etimológico os bens advindos dos pais, uma herança repassada de geração para geração. Dentre importantes estudiosos que discorrem sobre esse conceito, a historiadora francesa Françoise Choay (2006), no século XIX, enunciou o conceito de monumento histórico e o definiu como:

Um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes. [...]. (CHOAY, 2006, p. 11).

No Brasil, as discussões relacionadas ao tema tiveram início no primeiro decanto dos anos do século XX, a partir da valorização da cultura nacional e a busca pela preservação de bens culturais. Na década de 30, com o advento do movimento modernista, buscou-se uma arte genuinamente brasileira, que visou construir uma identidade nacional. Nesse contexto, foi criado o IPHAN, promulgado o Decreto-Lei 25, que institui a política de tombamento e definiu-se o termo patrimônio histórico e artístico nacional, reconhecendo bens de natureza material considerados importantes para o contexto nacional como Patrimônio. Nesse primeiro momento, a preocupação com a conservação ocorreu no âmbito do patrimônio material, associado às construções que remetiam à história nacional, com a valorização das construções arquitetônicas tradicionais do período colonial.

No contexto brasileiro, somente no ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, em seu artigo 216, o conceito de patrimônio é ampliado, passou a compreender todos os bens “[...] de natureza material e imaterial, tomados

individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. (IPHAN, 2022).

As festividades, celebrações, os modos de fazer e as formas de expressão passaram a ser compreendidos como referências e aspectos formadores de identidade para os diferentes grupos sociais que formam a sociedade brasileira. Em 2003, a “convenção da UNESCO para salvaguarda do patrimônio imaterial” publicou o documento que ratificou o patrimônio cultural imaterial, reafirmando a importância de preservação das culturas tradicionais presentes pelo mundo, concedendo as comunidades um papel mais ativo na salvaguarda de seu patrimônio. Com o desenvolvimento do conceito, Nunes (2016) considera o patrimônio como o “[...] conjunto de bens materiais e imateriais, herdados de nossos antepassados que foram transmitidos aos descendentes” (NUNES, 2016, p.196).

É importante mencionar, ainda, que no contexto internacional, a Recomendação de Paris de 1972, ampliou o conceito ao enunciar os termos de “patrimônio cultural” e “patrimônio natural”, reconhecendo e diferenciando as criações humanas e naturais. A partir da década de 1990, o conceito de paisagem cultural foi introduzido pela UNESCO para abranger bens que possuem uma relação intrínseca entre natureza e criação humana. Em 1992, a organização reconhece a Paisagem Cultural na Lista do Patrimônio Mundial e, no ano de 2000, a Convenção Europeia da Paisagem introduziu as regras para sua proteção.

No Brasil, o ano 2000 representou um avanço nas políticas voltadas ao patrimônio imaterial. Nesse período, “[...] os princípios modernizadores estabelecidos pela Constituição de 1988 finalmente começaram a ser traduzidos em ação, trazendo diversas inovações para a política de preservação do patrimônio” (PORTA, 2012, p. 7), como a aprovação, nos anos subsequentes, dos registros imateriais de diferentes manifestações culturais importantes para a formação do povo brasileiro e da convenção para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, dando, assim, voz e vez às comunidades tradicionais. Nesse grupo, inserem-se os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais e os pomeranos (BRASIL, Ministério da Cidadania, 2007).

Outro marco importante para essas comunidades foi a criação, em 2004, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), buscando-se, assim, a criação de ações que visaram promover o fortalecimento identitário desses povos, garantindo seus direitos sociais, territoriais e culturais, respeitando suas particularidades.

Dessa forma, é possível afirmar que o conceito de patrimônio não é estático e, como supracitado, sofreu novas conceituações durante os anos, tanto no contexto internacional quanto brasileiro, inserindo-se novos debates e categorias, tornando-se mais abrangente, diversificado e inclusivo socialmente. Pode também ser visto como uma forma de resistência social - um processo denominado por Costa (2017, p. 25) de “patrimônio-territorial” – ou seja, os bens que resistem “do ponto de vista cultural e popular - à degenerante colonialidade do poder”, ou seja, como uma luta contra a invisibilidade dos grupos minoritários.

Nesse contexto, insere-se também a discussão a respeito da memória e sua compreensão como um importante canal de transmissão de costumes, tradições, valores e história, possibilitando que as informações do passado sejam evocadas nas conversas, transmitidas e preservadas. A partir dos laços de convivência familiares e sociais, a memória coletiva e social é construída.

Em uma sociedade com tradições orais, os costumes e as práticas são aprendidos e repassados através da fala, seja no núcleo familiar ou comunitário. Nas lembranças e histórias evocadas, observa-se uma relação fenomenológica entre a memória, pertencimento e identidade, sendo este último conceito compreendido por Pollack (1992, p. 200) como sendo “[...] a imagem que se constrói e se apresenta a si próprio e aos outros, a maneira como se quer ser percebido”. Assim, memória e identidade ajudam a formar a base para o entendimento das sociedades, estando, dessa maneira, “[...] indissolavelmente ligadas” (LE GOFF, 2003, p.174).

Ao utilizarmos as narrativas e a história oral como metodologia para estudo de uma comunidade, é possível compreender a linguagem oral como um importante instrumento socializador da memória, sendo “[...] bastante adequada para o estudo da história de memórias, isto é, de representações do passado” (ALBERTI *apud* MEIHY; HOLANDA, 2004, p. 83). A lembrança “[...] reduz, unifica e aproxima no mesmo

espaço histórico e cultural a imagem lembrada (BOSI, 1987 p. 18). As entrevistas, como ato de fundação das histórias orais (MEIHY; HOLANDA, 2004, p. 83), transformam-se em relação conjunta entre pesquisador e narrador em prol da perpetuação das memórias sociais.

Objeto de estudo

Visando a reflexão da temática sobre Patrimônio, Memória e Identidade dentro da cultura pomerana, o presente trabalho desenvolve-se no município de Santa Maria de Jetibá, localizado no Espírito Santo, na região serrana do Estado, a 80 quilômetros da capital Vitória (Figura 1). É considerado como “o município mais pomerano do Brasil” segundo a Prefeitura de Santa Maria de Jetibá.

Figura 1: Mapa de localização do Município de Santa Maria de Jetibá - Espírito



Fonte: Elaboração própria, 2022.

A pesquisa tem como objeto de estudo a Paróquia de Confissão Luterana de Jequitibá¹, no distrito de Caramuru - Santa Maria de Jetibá², localizada a 75.3 km da capital Vitória (Figura 2).

¹ A paróquia luterana de Jequitibá leva o nome da árvore de Jequitibá. No período da imigração pomerana, esta espécie era vastamente encontrada na mata atlântica das montanhas do Espírito Santo. Sua madeira foi muito utilizada pelos pomeranos para a construção de suas casas.

² O município de Santa Maria de Jetibá foi criado no dia 6 de maio de 1988, através da Lei Estadual nº 4.067, emancipando-se do município de Santa Leopoldina. (PREFEITURA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ).

Figura 2: Mapa de localização da Paróquia de Confissão luterana de Jequitibá, distrito de Caramuru.



Fonte: Google Maps, 2022.

A escolha da paróquia se deu pela sua importância histórica e pela sua representatividade para os pomeranos luteranos de Santa Maria de Jetibá. É a igreja luterana mais antiga do município, sendo conhecida como a “igreja mãe”. Sua estrutura física e sua implantação no terreno continuam as mesmas da primeira construção.

No século XIX, a imigração de povos oriundos do continente europeu representou um importante papel na formação da identidade do povo Brasileiro. A partir da miscigenação de diferentes culturas e tradições, formou-se uma identidade brasileira que nos une como povo.

A história da ocupação pomerana na região estudada remonta-se ao ano de 1859, com a chegada dos primeiros imigrantes pomeranos luteranos advindos da antiga Pomerânia (GAEDE, 2012). Inicialmente, essas famílias de colonos fixaram-se nas montanhas capixabas, na região de Santa Leopoldina e, posteriormente, no atual município de Santa Maria de Jetibá. A região de Caramuru, então chamada de “Alta Pomerânia”, foi colonizada por imigrantes que vieram na primeira leva e, também, a partir de 1872/73, em maior número. No ano de 1879, visto a necessidade de um local

para professarem a religião luterana, os colonos residentes construíram uma pequena capela escola na localidade. Em 1882, em regime de mutirão, homens e mulheres se uniram para erguer o templo de sua igreja (GAEDE, 2012). Iniciou-se a história da comunidade.

Segundo dados preliminares do censo linguístico da Língua Pomerana, realizado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá/ Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (PMSMJ/IPOL) no ano de 2012, 73% da população de Santa Maria de Jetibá se identifica como pomerana e, desses, 78% são falantes da Língua Pomerana (KUSTER, 2015 p. 68). Sendo um povo ligado às suas tradições e valores, os ensinamentos são passados dos pais para filhos e mantidos em casa e nas igrejas luteranas do município.

Segundo Manske (2016), 65,3% dos moradores da região de Santa Maria de Jetibá professam a religião luterana. A partir de estudos já desenvolvidos anteriormente por pesquisadores da cultura pomerana, constata-se a importância que a igreja luterana possui para as comunidades pomeranas do interior do estado, servindo, não somente, como templo para a realização de cultos, mas, também, como locais de reuniões, festas e socialização de seus membros, atestando o seu papel como local afetivo e significativo para a perpetuação de seu patrimônio imaterial, “[...] sendo um elo de reconhecimento identitário por apresentar-se de forma representativa no cotidiano pomerano.” (MANSKE, 2016, p. 77). Bahia (2011) destaca também o forte sentimento de pertencimento à igreja evangélica luterana e da importância do pastor para a manutenção das línguas alemã e pomerana na elaboração de representações identitárias. Dessa forma, viabiliza-se a utilização da igreja luterana para as ações e encontros pretendidos por esta pesquisadora.

Ao escolher o grupo de senhoras “Oase” da comunidade de confissão luterana de Jequitibá, a pesquisa busca valorizar as narrativas coletivas e a história oral transmitida por essas mulheres entre suas gerações e registrar o conhecimento trazido por elas. A mulher, na sociedade pomerana, tem a função de “[...] educar os filhos, mediar as relações entre igreja e família” (MANSKE, 2016, p. 103), desempenhando um importante papel na construção e preservação das tradições. Na

igreja, elas desempenham papéis fundamentais para a realização de cultos e festejos, assumindo importantes cargos na comunidade.

A condução das crianças aos cultos e seu desenvolvimento nas atividades que permitem a sua participação na vida da comunidade, a motivação ao jovem a participação na confirmação do batismo, como um rito de passagem importante e essencial a sua introdução a vida social e religiosa local, e o envolvimento encontro das senhoras luteranas, permite a mulher participar de forma decisiva na condução da religiosidade em todas as etapas da vida na igreja. (MANSKE, 2016 p. 153).

Hipótese

A partir do entendimento da mulher pomerana como principal transmissora dos ensinamentos e tradições de sua cultura, partimos da seguinte hipótese: A memória evocada por essas mulheres, sobretudo as mais idosas, constituem um verdadeiro patrimônio, sendo essenciais para a compreensão do patrimônio pomerano. A memória evocada por elas traz, assim, relatos que constituem o patrimônio cultural dessa sociedade oral.

Problema de pesquisa

Observa-se que as senhoras da “Oase Jequitibá” possuem funções fundamentais na comunidade, ajudando na organização de festas, celebrações e reuniões, desempenhando um papel de renome e respeito entre a comunidade. A partir do entendimento da importância do papel da mulher pomerana em sua comunidade, pergunta-se:

1. Quais artefatos e práticas são reconhecidos pelas senhoras da Organização Auxiliadora de Senhoras Evangélicas – “Oase - Jequitibá” como relevantes para a cultura pomerana.

Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as memórias coletivas e individuais das mulheres da Organização Auxiliadora de Senhoras Evangélicas – “Oase - Jequitibá”, evocadas pela história oral a partir das coletas de narrativas.

Constituem objetivos específicos deste trabalho:

- Contextualizar a comunidade de Jequitibá em suas questões históricas, culturais e patrimoniais;
- Identificar as transformações na cultura pomerana ao longo tempo através das narrativas coletadas;
- Efetuar o registro das narrativas coletivas e individuais;
- Identificar os principais aspectos que consolidam a identidade da comunidade pomerana de Jequitibá a partir das memórias evocadas;
- Caracterizar o patrimônio pomerano, através das narrativas coletadas.

Justificativa

Após pesquisas no COLLAB-Universidade de Vila Velha (UVV) e no Repositório da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), foram encontradas 11 dissertações de mestrado entre os anos de 2005 e 2022 com os temas: “Pomeranos” e “cultura pomerana”. Na plataforma Sucupira e periódico da CAPES, a pesquisa realizada com os temas: “Cultura Pomerana”; “Pomerano”, “Patrimônio pomerano” no idioma português, entre os anos de 1995 e 2021, encontrou-se um total de 60 artigos. Dentre essas produções, 67% referiam-se a pesquisas desenvolvidas no Sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul e 33% a cidade de Santa Maria de Jetibá no Espírito Santo. Das produções desenvolvidas tendo o município capixaba como objeto de estudo, foram encontrados 27 artigos, tendo como assuntos: Educação/Língua Pomerana; agricultura; saúde; turismo; meio ambiente; arquitetura; cultura pomerana.

Ao pesquisar sobre “Narrativas pomeranas” na plataforma “Google acadêmico”, foram encontrados 10 trabalhos que possuem como temática as narrativas da cultura

pomerana. Os trabalhos referem-se a pesquisas desenvolvidas em comunidades localizadas na região Sul do Brasil. Utilizando como palavra-chave: “memória pomerana”, os trabalhos com memória desenvolveram-se em relação às seguintes temáticas: Culinária afetiva; Educação; Espaços afetivos; Brincadeiras e cantigas infantis; Língua Pomerana. Em comum, os estudos traziam a mulher pomerana como figura central. Constatou-se também a inexistência de pesquisas tendo o grupo de mulheres evangélicas luteranas “Oase” (de forma local e nacional) e suas narrativas como objeto de estudo.

Ao analisar os dados, constata-se uma lacuna para a pesquisa proposta, principalmente nos estudos desenvolvidos no município de Santa Maria de Jetibá. Observa-se que a arquitetura e o patrimônio pomerano são assuntos pouco abordados, mas de extrema importância à medida em que o município possui uma grande parte da sua população composta de descendentes de pomeranos. Observa-se, também, que a maior parte dos estudos desenvolvidos no município tendo como palavra-chave “pomeranos” referem-se a análises feitas a respeito da educação nas escolas do município e do funcionamento do projeto “Programa de Educação Escolar Pomerana” (PROEPO), desenvolvido nos municípios capixabas com descendência pomerana. Dessa maneira, ratifica-se a viabilidade deste estudo para a comunidade de Jequitibá a partir da coleta de narrativas orais e da valorização da memória coletiva local.

Como descendente de imigrantes pomeranos luteranos que chegaram ao Espírito Santo no ano de 1859, ao longo de minha história de vida, pude perceber o papel de destaque da mulher pomerana em sua sociedade e comunidade, desempenhando a função de educadora e sendo responsável pela transmissão dos costumes e ensinamentos às novas gerações. A partir do convívio direto e constante com as comunidades pomeranas luteranas no interior do estado, principalmente no município de Santa Maria de Jetibá, pude perceber a força cultural desse povo, que enxerga a perpetuação de sua cultura como uma forma de manter viva uma Pomerânia no Brasil.³ Ao utilizar a comunidade de Jequitibá como objeto de estudo desta dissertação

³ A Pomerânia deixa de existir fisicamente como país europeu após a segunda guerra mundial, quando tem seu território dividido entre a Alemanha e a Polônia (SPAMER, 2016).

de mestrado, retorno a minha comunidade de origem e as histórias de sua formação, lembrando a participação da família Küster⁴ para a construção do templo.

⁴ Nome original e correto da autora. O sobrenome Kiister, escrito dessa maneira, decorreu de erro de registro em cartório.

CAPÍTULO 1: MEMÓRIA, IDENTIDADE E NARRATIVAS: A TRÍADE CONSOLIDADORA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O capítulo 1 constitui o referencial teórico fundamental para o desenvolvimento desta dissertação e contempla dois temas-chaves para a compreensão da pesquisa: memória e patrimônio. Estes, por sua vez, foram divididos em subtemas, sendo o item 1.1 destinado à compreensão da relação da memória com as identidades e as narrativas orais. Para este primeiro momento, buscou-se trabalhar com os principais autores que discorrem sobre a temática, como: Michael Pollack, Stuart Hall, Maurice Halbwachs, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Ecléia Bosi, Jan Asmann, Joël Candau, José Carlos Sebe Bom Meihy, Fabíola Holanda e Lucília de Almeida Neves Delgado, abordando conceitos e pontos de vistas análogos e opostos e discussões atuais a respeito do tema. Apresenta-se ainda as recomendações e diretrizes para a utilização das narrativas de acordo com os autores Ecléia Bossi, José Carlos Sebe Meihy e Fabíola Holanda, importantes estudiosos que utilizam as histórias orais como método em seus trabalhos. Tais instruções tornam-se imprescindíveis para uma melhor aplicação metodológica na pesquisa proposta pela autora e obtenção de resultados.

No subitem 1.2, o tema do patrimônio cultural foi abordado a partir da compreensão e evolução do conceito, de sua história em contexto internacional e nacional, mostrando sua trajetória, evolução das ideias e ampliação dos conceitos até os dias atuais. Autores-chaves como François Choay, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Jan Vansina e autores pesquisadores, como Marcus Granato, Emanuela Sousa Ribeiro, Bruno Melo de Araújo; Beatriz Mugayar Kühl, Chiara Bortolotto, Everaldo Batista Da Costa, Vanessa Gayego Bello Figueiredo, Marcia Regina Romeiro Chuva e Maria Cecília Londres Fonseca servirão de referência bibliográfica, junto com as cartas patrimoniais, as normativas do IPHAN, da UNESCO e do ICOMOS.

Na última parte deste capítulo buscou-se conhecer o patrimônio cultural pomerano no Espírito Santo. Pelo seu rico acervo, ele foi subdividido em patrimônio material (1.3.1), com a arquitetura residencial e religiosa produzida pelos imigrantes e o patrimônio imaterial (1.3.2), revelando suas tradições, festas típicas religiosas e civis, culinária, música e língua, ainda preservados por seus descendentes e presentes no dia a dia

da comunidade. Para isso, buscou-se referência em autores que discorrem sobre a temática, como Joana Bahia, Valdemar Gaede, Bianca Aparecida Corona, Helmar Reinhard Hölke, Dinoráh Lopes Almeida, Klauz Granzow, Jorge Jacob Kuster, Marta Cione Raasch Manske e Marcia Chuva. Foram realizadas pesquisas nos acervos da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá, utilizando-se também de fotografias coletadas e disponibilizadas por membros da comunidade pomerana.

1.1 MEMÓRIA

“A memória nos permite viver em grupos e comunidades, e viver em grupos e comunidades nos permite construir uma memória.” (ASMANN, 2008, p. 109).

O termo memória vem do latim *memoriā*, que se refere à “[...] faculdade de conservar e lembrar estados de consciência passados e tudo quanto se ache associado aos mesmos” (FERREIRA, 2021, p. 80). “[...] A memória, como propriedade de conservar informações, remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 387). Dessa forma, está presente na vida do ser humano desde o seu nascimento (CANDAU, 2021). Com diferentes conceitos e usos, a memória pode ser definida a partir de diferentes aspectos, tais como os neurofisiológicos, os biológicos, os psicanalíticos e como um fenômeno social, coletivo e individual.

1.1.1 Memória, identidade e lugares de memória

“Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado.” (Emília Viotti da Costa).

No século XX, o sociólogo Maurice Halbwachs foi precursor nos estudos da memória em seu sentido social, passando a considerá-la como “[...] mais do que uma faculdade humana interior, marcada por um funcionamento coletivo e reproduzida ao longo do tempo” (SANTIAGO JUNIOR, 2015, p. 248.). Como uma ação sobre o tempo, com enfoque no tempo “[...] vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo [...]”, a “[...] memória aparece como uma força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSSI, 2003 p. 36).

Em seus estudos, o sociólogo francês trás os conceitos de “memória individual e coletiva”, demonstrando a relação do indivíduo com o seu meio. Halbwachs (1990) acredita que, como fenômeno social, a memória é construída coletivamente, sendo, dessa maneira, mutável, dinâmica e, também, seletiva, visto que nem tudo o que é importante para um grupo fica registrado em suas lembranças. Ao mesmo tempo, afirma que cada indivíduo possui uma memória própria, individual, a memória individual, sendo representada pelos diferentes pontos de vista sobre uma memória coletiva única, podendo sofrer variações de acordo com o lugar que cada indivíduo ocupa dentro de sua comunidade. Sendo assim, o modo de se relacionar com a família e com seus grupos de convívio, a classe social que ocupa, a igreja frequentada e a profissão exercida, influenciam diretamente na formação de suas memórias (BOSSI, 1987).

Ao evocar o próprio passado, cada pessoa tem acesso não somente as suas próprias memórias individuais. A partir das vivências, individuais e compartilhadas com o meio em que se vive, produzimos uma memória que será herdada e transmitida, ou seja, uma memória social, composta por pessoas, lugares e objetos. Ao lembrar, somos levados a múltiplas e distintas direções, sendo a lembrança o ponto de referência que permite nos situarmos no tempo-espaço.

Assim, é possível compreender a memória como uma construção remodelada do passado, formada por uma natureza múltipla, desacelerada, coletiva, individual e plural (NORA, 1997) ou, ainda, como uma faculdade que permite o indivíduo pensar

e “[...] formar uma consciência da individualidade (identidade), tanto no nível pessoal quanto no coletivo”⁵ (ASMANN, 2008, p.109), em tradução nossa.

Halbwachs (1990) aponta, também, a presença de uma memória histórica. A partir dela, acumulada através das ações individuais e coletivas de indivíduos da comunidade no passado, os hábitos, as crenças e tradições são transmitidos para as futuras gerações, desencadeando formas de agir, pensar e ser na atualidade. Mas, segundo o autor, isso só é possível quando os indivíduos fizeram ou continuam a fazer parte de um mesmo grupo.

As lembranças, acumuladas e compartilhadas em uma comunidade (sua memória coletiva), desenvolve-se a partir de acontecimentos significativos e marcantes na vida de seus membros e de fatos importantes para a formação do grupo, sendo constantemente evocados nas conversas e lembrados por estes. Dessa forma, estabelecem-se vínculos de pensamentos e experiências em comum, gerando o que Halbwachs (1990) chama de “memória social”.

Carregada pelos grupos vivos que formam as sociedades, a memória está em constante evolução, vulnerável aos usos, às manipulações e ao tempo, permitindo a sobrevivência de um passado no presente ao eternizar os acontecimentos na consciência humana. Aberta à dialética da lembrança/esquecimento, Le Goff (2003) e Nora (1992) defendem a inexistência de uma memória verdadeira, pois compreendem que esta está sempre sujeita a um recorte seletivo de acordo com a necessidade humana.

Nora (1992) aponta que, por mais que a memória individual esteja associada a uma memória coletiva, ao rememorar, fazemos uso de valores próprios que foram a nossa identidade. Da mesma forma, cada acontecimento possui uma importância diferente na vida de cada pessoa, podendo ser mais ou menos rememorado, mas possuindo em comum a mesma recordação. Candau (2021, p. 36) corrobora e acrescenta a ideia a afirmação de que,

[...] mesmo que os exista em uma determinada sociedade um conjunto de lembranças compartilhadas pelos seus membros, as sequencias individuais

⁵ “*Memory is the faculty that enables us to form an awareness of selfhood (identity), both on the personal and on the collective level*” (ASMANN, 2008, p.109). Tradução do texto em inglês realizado pela própria autora.

de evocação dessas lembranças serão possivelmente diferentes, levando em consideração as escolhas que cada cérebro pode fazer.

O apego afetivo de uma comunidade por sua própria memória possibilita que as lembranças, presentes em seu interior, perdurem pelos anos, “[...] como pelo efeito de uma filiação contínua, (HALBWACHS, 1990, p. 89), possibilitando a manutenção da memória social de uma comunidade e a perpetuação de sua história, costumes e tradições. Corroborando com Halbwachs (1990), Lameira (2016, p. 38) afirma que é “[...] o apego afetivo a uma comunidade que dá consistência às lembranças, tanto nos processos de produção da memória como na rememoração.”

Ao mesmo tempo, o desapego a essa memória pode levar ao esquecimento e, conseqüentemente, à perda das referências que formam sua identidade. Nesse ponto, Halbwachs (1990, p. 32) considera que “[...] esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodearam”. Um povo que esquece seu passado, seus traços e tradições, ou seja, sem memória, está condenado ao "esquecimento". Sem ela, sua perpetuação é prejudicada.

É importante compreender também que os atos de evocação ocorridos coletivamente, no interior de um grupo, possibilitam que áreas de lembranças sejam delimitadas, seja através de imagens, cheiros, palavras-chaves ou acontecimentos que possibilitam com que um fato ou pessoa em comum seja lembrada. Por exemplo: ao sentir o aroma de uma determinada comida, os membros de um mesmo grupo podem possuir diferentes lembranças e sentimentos relacionados a essa mesma comida; ao observarem uma fotografia antiga, a imagem ali presente pode desencadear, ao mesmo tempo, sentimentos tristes em alguns membros, e felizes em outros membros.

Esse método pode ser utilizado no desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao estudo da memória de um determinado grupo. É importante destacar que, apesar de ser uma importante metodologia, o pesquisador deve trabalhar como mediador. Sua função não é definir o caminho a ser seguido, o que poderá afetar na maneira com que a pessoa se recorda, mas possibilitar que os atos de memória aconteçam, dando subsídios para que as ações de rememoração aconteçam. Dessa forma, cada participante terá a sua memória individual valorizada e alimentará as memórias coletivas presentes no grupo.

Aprofundando os estudos de memória, Candau (2021) aponta que “[...] toda tentativa de descrever a memória comum a todos os membros de um grupo, a partir de suas lembranças, em um dado momento de suas vidas, é reducionista, pois ela deixa na sombra aquilo que não é compartilhado” (CANDAU, 2021, p. 34), o que pode gerar uma ilusão de memória compartilhada. Ao mesmo tempo que o indivíduo lembra de um fato, ele exclui outros que considera menos importantes ou que possuem relação traumática. Para o sociólogo, a

[...] existência de atos de memória coletiva não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva, visto que um grupo pode ter os mesmos “marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado. (CANDAU, 2016, p. 35).

Mesmo que as lembranças possuam a mesma fonte, cada cérebro humano terá uma percepção própria do fato e do tempo, pois, ao lembrar, trazemos para nossos pensamentos a nossa própria maneira de compreender o mundo, nossas próprias verdades e os princípios que consideramos importante.

Ao transmitirmos nossa memória, cada indivíduo faz uso do que Candau (2021) chama de metamemória. Para o autor, ela representa a maneira como cada um se enxerga e se identifica dentro de um grupo, sendo responsável por transmitirmos um conjunto de crenças comuns para as memórias individuais. Logo, a metamemória é a única possibilidade de uma memória coletiva existir.

Ainda dentro da compreensão conceitual de memória, Jan Asmann (2008) acrescenta ao debate o conceito de “memória cultural”, termo levantado inicialmente por Neither Warburg e Thomas Mann, em que se forma uma conexão entre “[...] tempo, identidade e memória em suas três dimensões do pessoal, do social e da cultura”⁶ (ASMANN, 2008, p.110, tradução da autora). O autor aborda-o como uma forma de memória coletiva, no sentido que é compartilhado por um determinado número de pessoas, formando um senso de coletivo, ou seja, uma identidade cultural própria. “Ela é exteriorizada, objetivada e armazenados em formas simbólicas [...] podem ser

⁶ “*Time, identity, and memory in their three dimensions of the personal, the social, and the cultural*” (ASMANN, 2008, p.110). Tradução do texto em inglês realizado pela própria autora.

transferidos de uma situação para outra e transmitidos de uma geração para outro”⁷ (ASMANN, 2008, p.110).

Asmann (2008) ressalta ainda que, ao tratar de memória cultural, a distinção entre mito e história oficial desaparece, pois, ao trabalhá-la, não é o passado reconstituído por arqueólogos e historiadores que possui significado e valor, mas a maneira como ele é lembrado pelo grupo social, relacionando-o com sua identidade. Ao acrescentarmos a ela os laços afetivos, cria-se um forte sentimento de pertencimento.

A partir da compreensão de que a memória cultural necessita de meios físicos para sua preservação, destaca-se que o patrimônio, seja ele material ou imaterial, pode ser compreendido como um instrumento de afirmação, um elemento fundamental não somente para a materialização da memória. Ao carregar consigo as lembranças do passado de uma comunidade e suas vivências, ele contribui diretamente para a construção de uma identidade social/cultural. É a própria materialização da identidade de um grupo/sociedade (CHOAY, 1992; ASMANN, 2008), contribuindo para sua preservação. Daí a relação do patrimônio com a memória social.

Ao compreendermos a relação do patrimônio com a memória, fica evidente que a história de uma comunidade, os acontecimentos e aspectos mais importantes para o grupo podem estar associados a lugares físicos importantes para o grupo, ou seja, a locais de rememoração, seu patrimônio material. Nesse sentido, Pierre Nora (1993) traz o termo “Lugares de memória” (*lieu de mémoire*) para a discussão. Embora tenha sua origem remetida aos tempos clássicos, seu significado na sociedade contemporânea adquiriu novas percepções. Para o autor, os “lugares de memória” podem ser compreendidos como marcos testemunhais do passado, sendo os guardiões e perpetuadores de uma história comunitária.

São as paisagens materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis) onde se solidifica a memória de uma coletividade, de um país, lugares em que grupos ou povos se identificam ou se perfilam, o que permite o aparecimento de um sentimento de identidade e consentimento” (OLIVEIRA; FERREIRA; GALLO, 2017, p. 21).

⁷ “It is exteriorized, objectified, and stored away in symbolic forms that, unlike the sounds of words or the Communicative and Cultural [...] be transferred from one situation to another and transmitted from one generation to another” (ASMANN, 2008, p.114). Tradução do texto em inglês realizado pela própria autora.

O primeiro modelo dos lugares de memória apontados por Nora (1993) está relacionado ao período de criação de museus, dos arquivos, dos cemitérios, das coleções, das festas, dos monumentos, dos santuários entre outros, ou seja, locais que expressam um passado coletivo. Estes locais associados a uma “memória-arquivo”, partindo do princípio de que possibilitam que “[...] o passado seja reencontrado como história reconstituída via rastro e pesquisa.” (NORA, 1992, *apud* JUNIOR, 2015, p. 268). Em 1992, em sua nova publicação, Nora (1992) acrescenta a sua ideia inicial o entendimento de que:

[...] um monumento, como um lugar de memória, não é simplesmente fazer a sua história. Lugar de memória, portanto: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer (NORA, 1992, *apud* JUNIOR, 2015, p. 268).

Por fazerem parte de sua memória coletiva, os lugares de memória assumem um significado fundamental para as comunidades. São instrumentos fortalecedores de sua identidade social, possibilitando que se sintam pertencentes ao grupo. Concomitantemente, consolidam a relação entre memória-história, passado-presente e tempo-espço. Estes podem ser constantemente evocados a partir das experiências coletivas e individuais que são praticadas nesses locais. Assim, carregam não apenas o material de que é composto, mas, mais do que isso, carregam todos os significados e vivências ali experimentados.

Ao mesmo tempo que a memória é capaz de “gerar” a identidade de uma comunidade, ela também é responsável por moldar predisposições que levam os indivíduos a incorporarem aspectos particulares do passado (CANDAU, 2021), ou seja, desenvolver características sociais e psicologias em comum dentro de um determinado grupo. Nesse pensamento, Candau (2021) compreende que a identidade é uma representação de um estado adquirido pelo sujeito, sendo assim uma construção social que ocorre através de uma relação dialógica entre um indivíduo com o outro.

É “[...] a imagem que se constrói e se apresenta a si próprio e aos outros, a maneira como se quer ser percebido” (POLLACK, 1992, p. 200), “[...] seja como indivíduo ou como membro de uma família, geração, uma comunidade, uma nação ou uma tradição cultural e religiosa”⁸ (ASMANN, 2008, p. 114). As referências identitárias de cada grupo são o que ao mesmo tempo unem seus membros e os diferenciam dos demais grupos formadores de nossa sociedade. Os símbolos manifestados nas tradições, nas vivências, nos modos de fazer, de ser e na memória ajudam a construir uma identidade cultural única.

Seguindo esses pensamentos, é possível afirmarmos então que, dentro de uma sociedade não existe apenas uma única identidade, variando de acordo com os diferentes grupos que a formam. Ao trazermos para o nosso contexto, podemos afirmar que, apesar de nos identificarmos como brasileiros, não somos formados por uma única identidade, mas por inúmeras identidades diferentes, cada uma representando um dos diferentes grupos que formam nossa sociedade, e que, juntas, nos dão algumas características e costumes parecidos, nos aproximando uns dos outros e nos diferenciando da identidade de outros países.

Dessa forma, a identidade e a memória formam as bases para o entendimento das sociedades, estando dessa maneira “[...] indissolavelmente ligadas” (LE GOFF, 2003, p. 174). “Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade” (CANDAU, 2011, p. 18-19).

A memória, apresentada por Candau (2021) como faculdade primária, está na base da construção identitária individual e coletiva, possibilitando assim a formação e o fortalecimento de uma identidade social que possibilita a coesão e continuidade histórica do grupo. Memória e identidade se apoiam assim uma na outra para produzir histórias, crônicas, mitos e narrativas que possibilitam que a memória social de uma comunidade seja perpetuada às futuras gerações, garantindo a continuidade de uma cultura. Logo, “[...] transmitir uma memória e fazer viver assim uma identidade não

⁸ “*Individuals possess various identities according to the various groups, communities, belief systems, political systems, etc.*” (ASMANN, 2008, p. 114). Tradução do texto em inglês realizado pela própria autora.

consiste em apenas legar algo, e sim uma maneira de estar no mundo.” (CANDAU, 2021, p. 118).

Ao compreendermos que “[...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, gestos, imagens e objetos” (NORA, 1993, p. 19), entendemos a importância da preservação e da valorização do patrimônio cultural de uma comunidade. Assim, o conhecimento, as tradições e costumes ali presentes e praticados podem se perpetuar, ajudando a prevenir contra o esquecimento de sua memória social. Desse modo, o patrimônio transforma-se em uma “[...] categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana” (GONÇALVES, 2009, p. 22), guardião da memória dos acontecimentos e de suas origens, em que sua preservação está intimamente relacionada com a manutenção da memória e continuidade de uma comunidade no tempo.

1.1.2 Narrativas e histórias orais

*“A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação”
(Thompson, 1992 In MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 83).*

Ao longo dos tempos, os seres humanos sempre buscaram nas histórias e narrativas as explicações e compreensões para os acontecimentos da vida e de seu cotidiano. Eram criações espontâneas, reais ou fictícias que possuíam simbologias e interpretações pessoais que faziam parte do seu dia a dia, ganhando vida na figura de quem as contava. Este por sua vez era responsável por manter a continuidade e a perpetuação das histórias para as futuras gerações.

Como resultado direto da cultura humana e de suas relações sociais, as narrativas possuem sua origem remontada à períodos anteriores ao cristianismo. Segundo MEIHY e HOLANDA (2014), no Oriente, desde os primórdios das civilizações, as dinastias e impérios utilizam-se destas como forma de gerir a administração pública e promover os registros históricos para tempos seguintes. No Ocidente, “[...] tanto a

Bíblia como outros livros sagrados, bem como as mitologias fundamentais da cultura ocidental e mesmo os poemas seminais da aventura humana – como a Ilíada e a Odisseia –, têm origem na oralidade” (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 92).

Entre os conceitos apresentados a respeito das narrativas, Delgado (2003, p. 21), reconhece-as como “[...] reminiscências da memória e a consciência da memória no tempo” traduzida em palavras. Embora o termo não possua uma concordância referente a sua definição entre os pesquisadores, é consenso de ideia que o ato de narrar refere-se a uma forma básica de atividade linguística, em que as histórias do passado são “[...] sustentadas pelas operações de memória” (SARLO, 2007, p. 12). São o que Delgado (2003, p. 21) interpreta como

[...] traduções dos registros das experiências retidas [...] São importantes modos de transmissão das experiências de vida do passado, dos fatos que marcaram uma comunidade e das tradições, servindo de suporte identitário e de reconhecimento do homem como ser no mundo [...] assim como os lugares de memória, passaram a serem interpretados como importantes instrumentos de preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições. (DELGADO, 2003, p. 21).

Nas lembranças e atos de rememoração, é possível compreender a memória como uma arte de narração, que envolve a identidade do sujeito e cuja motivação é a esperança de evitar seu esquecimento. “As narrativas, os sujeitos, as memórias, histórias e identidades são assim a humanidade em movimento [...] história e narrativa, tal qual história e memória, se alimentam” (DELGADO, 2003, p. 23).

A partir do século XX, com o desenvolvimento de estudos das relações humanas, sociais e culturais em diversas áreas do conhecimento, as histórias e narrativas orais ganharam um lugar especial nas pesquisas desenvolvidas por historiadores, antropólogos e etnógrafos.

A comunidade acadêmica, preocupada com a transmissão das heranças do passado que possam servir como esteios para o futuro, tem buscado criar alternativas para que o registro da fala de narradores, anônimos ou não, possa funcionar como um dos elos entre o que passou e o que ficou, possa se transformar no olhar do tempo presente sobre as experiências do tempo ido, mas não mais perdido. A narrativa contém em si força ímpar, pois é também instrumento de retenção do passado e, por consequência, suporte do poder do olhar da memória. (DELGADO, 2003, p. 22).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento do uso dos meios eletrônicos, as histórias orais ganharam visibilidade acadêmica, através de trabalhos que buscavam o acervo da memória social de um grupo. O termo começou a ser utilizado nos Estados Unidos “[...] como um indicativo de uma nova postura diante da formulação e difusão das entrevistas, a partir dos avanços tecnológicos, e da necessidade de se propor formas de captação de experiências vividas no tempo real” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 103). Dessa forma, “[...] os relatos combinados com a necessidade de registrar experiências gravadas e transmitidas por meios mecânicos facilitam a democratização das informações” (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 103).

A história oral é construída em torno de pessoas, dentro de uma comunidade. O sujeito (narrador) passa a assumir um papel de destaque na história, tendo sua visão de mundo valorizada e sendo enquadrado nos contextos sociais, passando a se enxergar como parte viva da história (MEIHY e HOLANDA, 2007). Ao mesmo tempo, proporciona “[...] o contato - e a compreensão - entre classes sociais e entre gerações, contribuindo para formar seres humanos mais completos” (THOMPSON *apud* MEIHY e HOLANDA 2007, p. 83).

Como importante método de pesquisa interdisciplinar voltada à compreensão da sociedade, a história oral possibilita o resgate da memória nacional e social de um povo. Os pesquisadores MEIHY e HOLANDA (2007, p.17) classificam-na também como sendo “[...] um processo de aquisição de entrevistas inscritas no tempo presente” que traduzem um modo de vida, uma temática própria, possibilitando o registro das tradições orais.

Ao compreendê-la como metodologia, a história oral possui diretrizes a serem seguidas durante os procedimentos de pesquisa, sendo assim desenvolvida a partir de um “[...] conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas” (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 18) em um “[...] tempo pesquisável com referências cronológicas passíveis de serem encontradas” (DELGADO, 2003, p. 23).

Em sua obra “O tempo vivo da memória: Ensaio de psicologia social”, Bosi (2003, p. 59) aborda orientações para sua aplicação (Tabela 1), baseadas em sua vasta

experiência de muitos anos de orientação e trabalhos desenvolvidos pela autora. Sua pesquisa inicia-se destacando alguns pontos fundamentais. Do mesmo modo, MEIHY e HOLANDA (2007) trazem em sua obra “História oral: Como fazer, como pensar” instruções para a elaboração de um roteiro para sua aplicação metodológica (Tabela 2).

Tabela 01: Instruções para elaboração de um roteiro de entrevistas - segundo Ecléa Bosi.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - SEGUNDO ECLÉA BOSI (2003)	
ORIENTAÇÕES	OBJETIVOS
Estudo prévio da comunidade	Coletar o maior número de informações sobre o assunto e a comunidade
Definição do local	Escolher um local agradável e propício para execução da entrevista
Pré-entrevista	Auxiliar na definição das estratégias de abordagem
Entrevistas	Recolher os testemunhos do grupo estudado
Registro das entrevistas	Gravação por meios eletrônicos
Transcrição	Passagem do meio oral para o escrito
Retorno ao grupo participante	O depoimento deve ser devolvido ao seu autor

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Tabela 02: Instruções para elaboração de um roteiro de entrevistas - segundo MEIHY- e HOLANDA.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - SEGUNDO MEIHY E HOLANDA (2007)	
ORIENTAÇÕES	OBJETIVOS
Projeto de História oral	Definir as seguintes partes: Tema, justificativa, problemática e hipótese, Corpus documental e objetivos, procedimentos, bibliografia e cronograma
Comunidade de destino e colônia (e rede quando necessário)	Escolha da comunidade a ser estudada. Dentro desta, é importante escolher um subgrupo(colônia) para conduzir o estudo, tornando-o viável. Este subgrupo ainda pode ser delimitado (Rede) por questões referentes a idade, raça, origem etc.
Definição do local	Definir os locais e tempo de duração das entrevistas, se elas terão ou não estímulos e se as narrativas decorrentes serão livres ou estruturadas.
Fichas de controle	Produção de ficha técnica de entrevista, contendo: Dados do projeto; Dados do entrevistado com telefone de contato; Dados do andamento das etapas de preparo do documento final; Carta de autorização e uso das entrevistas; Caderno de campo (observações tanto do andamento do projeto como das entrevistas específicas)
Entrevistas	Coleta de narrativas do grupo selecionado
Registro das entrevistas	Gravação das falas por meios eletrônicos
Transcrição da história oral coletada	Passagem do oral para o escrito de acordo com o que foi falado pelo entrevistado. Deve conter também as incorporações de situações das entrevistas (choro, alegria, risada etc.). Após a transcrição, o entrevistado deve ler a versão final e autorizar sua utilização
Retorno ao grupo participante	É importante que o material registrado retorne para a comunidade

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Para o bom desenvolvimento da pesquisa, o primeiro momento metodológico para o estudo com História Oral é definido por MEIHY e HOLANDA (2007) como “Projeto de História Oral”. Este, como todo projeto metodológico, deve conter as informações necessárias para sua execução, tais como: O tema da pesquisa, sua justificativa, problemática, objetivos, hipóteses, procedimentos a serem realizados e o embasamento teórico utilizado pelo pesquisador.

Com o projeto elaborado, o próximo passo é a escolha da comunidade a ser estudada, em que os procedimentos metodológicos devem ser aplicados a fim de que os objetivos pré-estabelecidos sejam alcançados. Cabe ao pesquisador compreender,

assim, quais os resultados desejam alcançar para que possa escolher seu objeto de estudo. Para essa seleção, MEIHY e HOLANDA (2007, p. 51) apontam dois pressupostos: Referente a base material enfatizam que:

[...] dizem respeito a situações que vinculam pessoas, clãs e grupos expostos a circunstâncias que dão unidade traumática ao destino das pessoas: calamidades, terremotos, pestes, flagelos, marcam a vivência coletiva de um grupo em um lugar físico e cultural” (2007, p.51).

E base psicológica refere-se à “[...] pessoas afetadas por dramas subjetivos ou não naturais como violência, abusos, arbitrariedades, discriminação” (2007, p. 51); de gênero ou orientação (política, cultural ou sexual).

Dentro de uma comunidade, é possível criar subdivisões, (o que os autores classificam como “Colônia”) como por exemplo, dividindo o grupo de acordo com o gênero de seus participantes. Dentro da colônia escolhida, a “rede”⁹ é ainda uma subdivisão que pode ser utilizada de forma a restringir ainda mais o grupo de participantes, podendo selecioná-los, por exemplo, a partir de uma faixa etária estabelecida, cor ou raça, cargo social que ocupa, entre outros.

Ao trabalhar em sua obra “Memória e Sociedade, lembrança de velhos”¹⁰ (1987), Bosi (1987) busca compreender e entender o passado através do olhar e das percepções dos idosos. Para tal, a autora escolheu um grupo social específico, delimitando sua colônia para o estudo: Os imigrantes e operários da cidade de São Paulo. Ainda dentro desse grupo, a autora utilizou da faixa etária para selecionar os seus entrevistados, delimitando a rede de sua pesquisa.

Como justificativa para sua escolha, a autora aponta os mais velhos como personagens fundamentais para a preservação de uma cultura¹¹, sendo o ponto onde o passado se conserva, os guardiões da memória social de uma comunidade. Para Bosi (1987), ao passar da vida adulta para a velhice, o homem deixa de ser um

⁹ “Um projeto desse tipo pode abrir caminho para se pensar nos papéis sociais - masculinos, femininos, de pais e filhos -, num processo de migração como esse” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 51).

¹⁰ Na obra, a autora busca “colher memórias de velhos” tornando-se uma personagem narradora, tal como os oito personagens do livro.

¹¹ Assim, “o estudioso da memória geralmente entrevista idosos dos quais se espera um rico testemunho de outras épocas.” (BOSI, 2003, p. 59).

membro ativo dentro de seu grupo, passando a desempenhar a função de “[...] lembrar, a de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade” (BOSI, 1987, p. 23). Nessas lembranças por eles evocadas, é possível verificar uma história social bem desenvolvida.

Os mais velhos exercem o papel de transmitirem os costumes dentro de sua comunidade, possibilitando a continuidade das tradições e dos valores socioculturais de seu grupo, pois, como guardiões da palavra e da memória, refletem o universo cultural em que vivem (POLLACK, 1992). São pessoas que:

Viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. (BOSI, 1987, p. 22).

As histórias contadas e compartilhadas por eles ajudam a formar, além de sua própria autobiografia, a biografia de sua comunidade. Durante os atos de rememoração e coleta das entrevistas que ocorrem com a participação dos idosos, Bosi (2003) afirma que o pesquisador poderá se deparar com esquecimentos e omissões durante suas falas. Nesse momento, o mediador do encontro deve interpretar não somente as lembranças que foram evocadas, mas, também, os esquecimentos presentes e o silêncio, principalmente os relacionados à fatos históricos em seu cotidiano e no de sua comunidade. “Ao silêncio do velho seria bom que correspondesse ao silêncio do pesquisador. Aprendizagem difícil, pois, vivemos em um moinho de palavras e citações que se apoiam comodamente no discurso ideológico” (BOSI, 2003, p. 65).

Com a escolha e delimitações do grupo definidas, o próximo passo para a pesquisa é a escolha do local em que os encontros acontecerão. “Deve-se, sempre que possível, deixar o colaborador decidir sobre onde gostaria de gravar a entrevista” (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 56). Sobre essa etapa, Bosi (2003), considera que as reuniões que ocorrem na residência do entrevistado possibilitam um mergulho maior em sua atmosfera familiar, pois as lembranças presentes no ambiente doméstico constituem uma memória única e diferenciada que ultrapassa os sentimentos individuais.

Antes de iniciarem as reuniões com o grupo, Bosi (2003) recomenda ainda que o pesquisador recolha o máximo de informações disponíveis a respeito do assunto em questão e da comunidade que utilizará como objeto de estudo, procedimentos que podem ser realizados durante a pré-entrevista.

Esse momento que antecede as entrevistas possibilita a abertura de caminhos para a investigação (BOSI, 2003), sendo um primeiro contato do entrevistador com a comunidade, permitindo que seja realizada uma análise da melhor maneira de se aproximar e abordar o grupo, trabalhando a linguagem que deverá utilizar para que assim a conversa flua. A entrevista ideal é aquela capaz de formar laços de amizade e que é obtida a partir da responsabilidade afetiva e da humanização das percepções com o entrevistado, afinal, é ele que recorda e memoriza os traços de seu passado, demonstrando o que considera significativo (BOSI, 2003).

Com as datas previamente estabelecidas e agendadas, inicia-se a fase da coleta das entrevistas. Durante esse momento, é importante que haja entre o ouvinte e o narrador uma relação de interesse comum em conservar aquilo que será narrado, configurando assim em uma luta contra o esquecimento e a favor da preservação. Assim, o pesquisador recolhe testemunhos, promove a análise de processos sociais do presente (MEIHY e HOLANDA, 2007), enquanto o narrador conta a sua história para que esta seja lembrada e transmitida às futuras gerações.

Como mediador, o pesquisador deve permitir o desenvolvimento dos argumentos e expressões de ideias do entrevistado. É importante compreender que cada indivíduo possui uma maneira própria de contar sobre um determinado fato, levando em consideração o seu ponto de vista e fazendo uso de um vocabulário próprio. A partir do recolhimento de lembranças, “[...] o historiador deve estar alerta ao fato de que o sujeito não revive o passado, ele refaz o passado, ele remodela suas lembranças, refazendo-as pelos valores do presente” (ALMEIDA, 2015, p. 51). Dessa forma, é imprescindível que haja uma compreensão das subjetividades e dos sentidos que o sujeito da ação, ou seja, o narrador oral, atribui às histórias que conta.

O objetivo do pesquisador durante a entrevista deve ser o de estimular a construção das narrativas pelos entrevistados, respeitando o direito de pensarem diferente, pois essa é uma forma de refletirem sua visão de mundo (MEIHY e HOLANDA, 2004).

Nesse processo, é essencial que a liberdade do depoimento seja respeitada, seguindo os caminhos que os recordadores seguem a partir de suas evocações, possibilitando a criação de mapas afetivos que demonstram suas próprias experiências. Quando, durante a entrevista, o narrador se emociona e a fala é fragmentada, é importante observar os significados presentes.

Para o registro das entrevistas, as gravações, a partir de instrumentos tecnológicos, são apontadas tanto por Bosi (2003) quanto por Meihy e Holanda (2004, p. 21) como um processo fundamental para o projeto, ao compreenderem “[...] os recursos eletrônicos como meios mecânicos para auxiliar não apenas a gravação em seu momento de realização, mas, sobretudo depois, quando se presta à fase de transposição do oral para o escrito” (MEIHY e HOLANDA, 2004, p. 21). Para os autores, a utilização dos aparelhos eletrônicos é um marco na “história oral como um procedimento novo e renovável”, sendo sua utilização recomendada, mas não obrigatória.

O que deve ficar firmado, porém, é que a história oral não se faz sem a participação humana direta, sem o contato pessoal. Mesmo não sendo possível dissociar a eletrônica dos contatos diretos para a produção da história oral, sabe-se que nada substitui a percepção do entrevistado no ambiente da gravação. (MEIHY e HOLANDA, 2004, p. 22).

É de fundamental importância que os participantes das entrevistas sejam orientados antes do início das gravações quanto ao preenchimento das cartas de autorização para o uso da imagem e, também, das gravações.

Findada as filmagens, inicia-se a fase de transcrição do oral para o escrito, sendo essa etapa considerada como um fundamento essencial para a história oral (MEIHY e HOLANDA, 2004). Nesse procedimento, no primeiro momento, o pesquisador deve realizar a reprodução literal das falas do entrevistado, desenvolvendo os textos de acordo com o que foi falado pelo entrevistado. “Nessa etapa, foram colocadas as palavras ditas em estado bruto. Perguntas e respostas foram mantidas, bem como repetições, erros e palavras sem peso semântico” (MEIHY e HOLANDA, 2004, p. 140).

No segundo momento, ao qual Meihy e Holanda (2004) chamam de “textualização”, a transcrição literal dá lugar a um texto mais limpo, sendo omitidas as perguntas feitas durante a entrevista e corrigidos os erros ortográficos. Dessa forma, o texto se torna

“limpo”, “enxuto” e “coerente”, (MEIHY e HOLANDA, 2004, p. 155), com uma leitura mais fácil e compreensível.

Findadas as transcrições, é importante que o entrevistado leia o documento produzido, autorizando-o ou não sua publicação. “Em história oral, o reconhecimento do texto procedido pela conferência e pela autorização determina se o colaborador se identificou ou não com o resultado. É essa a grande prova da qualidade do texto final” (MEIHY e HOLANDA, 2004, p. 139).

Os relatos coletados a partir das narrativas e entrevistas não devem ser entendidos pelo pesquisador como mais ou menos verídicos do que as histórias oficiais apresentadas por historiadores e antropólogos. Muitos dos fatos narrados pela comunidade são sustentados pela memória de homens e mulheres, tendo sua importância social para o grupo. Desta forma, Meihy e Holanda (2007) chamam a atenção para o fato de que, durante a coleta das entrevistas, o pesquisador não deve buscar uma verdade absoluta ali presente, devendo compreender as individualidades de cada um, respeitando a maneira que cada um organiza os fatos, levando em consideração seus valores, sua trajetória de vida e suas percepções de mundo.

É essencial também que as gravações sejam guardadas pelos autores do projeto, condenando-se a “[...] descartabilidade das gravações” (MEIHY e HOLANDA, 2004, p. 31). O produto gerado pela pesquisa deve retornar ao grupo participante, seja em “[...] forma de livro, exposição ou mesmo de doação dos documentos confeccionados” (MEIHY e HOLANDA, 2004, p. 30). Bosi (2003) orienta também que as gravações sejam escutadas pelo grupo em conjunto. Esse procedimento proporciona uma experiência prazerosa à comunidade, possibilitando que ocorram novas discussões e trocas.

As histórias de vida, como importantes ferramentas que possibilitam a compreensão e entendimento do passado de um grupo social, proporcionam uma melhor percepção sobre a maneira como os membros de uma comunidade pensam e vivem o seu cotidiano, as experiências que vivenciaram e os aspectos culturais que continuam repetindo, desde o passado, até os dias atuais.

Ao contar sobre sua própria vida, a narrativa se transforma na própria memória de quem a está narrando, expressando assim as suas lembranças mais profundas

(HALBWACHS, 1998). Estas são representações de sua história e vida, marcando seu pertencimento ao grupo, sua continuidade dentro do tempo e o sentimento de coerência (POLLACK, 1992).

Ao analisar as chamadas “sociedades orais” e tradicionais, o antropólogo e historiador Jan Vansina (2014) aponta para a importância da oralidade nessas comunidades. É o caso de muitas das comunidades de povos tradicionais brasileiros¹², que têm na oralidade a principal forma de transmissão de suas tradições¹³ e costumes. Nessas sociedades, a fala compreendida como um meio de preservação de sabedoria e dos ensinamentos, em que os testemunhos são transmitidos de uma geração a outra.

Para esses grupos, tudo aquilo considerado “[...] importante para o perfeito funcionamento de suas instituições, para uma correta compreensão dos vários status sociais e seus respectivos papéis, para os direitos e obrigações de cada um” (VANSINA, 2014, p. 163) é perpetuado pela fala. Através dela, é possível perceber a maneira com que o grupo compreende o tempo:

A lógica das estruturas de parentesco, soluções de alimentação e ordenamento social, critérios de tratamento da saúde, visões da vida e da morte, bem com o a organização do calendário e dos processos de celebração - rituais e demais cerimônias - são partes inerentes à compreensão de grupos que sempre são exóticos ao conhecimento comum (MEIHY e HOLANDA, 2007 p. 41).

A partir de suas manifestações imateriais e materiais, suas tradições e costumes se manifestam e se materializam. As vivências ali experimentadas possibilitam a troca de informações, diálogos e ensinamentos entre diferentes gerações, viabilizando assim que sejam perpetuadas no tempo.

Por meio da valorização das histórias orais, de sua escuta e transcrição, diferentes comunidades compostas por minorias sociais, “[...] principalmente mulheres, índios, homossexuais, negros, desempregados, migrantes, imigrantes e exilados” (MEIHY e

¹² Povos indígenas, Andirobeiras; Apanhadores de Sempre-vivas; Catingueiros; Catadores de Mangaba; Quilombolas, Extrativistas, Ribeirinhos, Caiçaras, Ciganos, Povos de terreiros, Cipozeiros, Castanheiras; Faxinalenses; Fundo e Fecho de Pasto; Geraizeiros; Ilhéus; Isqueiros; Morroquianos; Pantaneiros; Pescadores Artesanais; Picadeiros; Pomeranos; Quebradeiras de Coco Babaçu; Retireiros; Seringueiros; Vazanteiros; e Veredeiros. (FRANÇA, 2012).

¹³ A tradição pode ser definida como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra (VANSINA, 2014, p. 140).

HOLANDA, 2004, p. 31) encontram espaço para validarem suas experiências e transmitirem suas tradições e ensinamentos às futuras gerações, garantindo seu perpetuamento e evitando seu desaparecimento. Como importante metodologia, as histórias orais não devem ser compreendidas apenas como uma maneira coleta e armazenamento de depoimentos, mas como um valioso método de análise e de compreensão da sociedade.

1.2 PATRIMÔNIO CULTURAL

“O patrimônio é uma espécie de marca, de traços, de como homens e mulheres se organizaram, lutaram e deixaram indícios no tempo sobre suas histórias” (CAVALCANTI. E, 2019 p.13).

Os estudos e as normatizações referentes ao tema do Patrimônio Histórico e Artístico no ocidente iniciaram-se com o advento dos estados modernos que, a partir de agentes recrutados entre os intelectuais, delimitaram o conjunto de bens públicos que possuíam valor histórico e artístico para a nação. É importante destacarmos que os aspectos culturais, políticos e econômicos estão diretamente ligados às escolhas sobre os bens patrimoniais a serem preservados

O termo “patrimônio” não é uma invenção moderna. Segundo Gonçalves (2005, p. 17), ele está “[...] presente no mundo clássico, na Idade Média e a modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que ela veio a assumir”. Como importante marco histórico internacional, o movimento da Revolução Francesa, iniciada em 1789 na França, desencadeou um período de destruição de símbolos nacionais e monumentos históricos franceses, principalmente aqueles que remetesse ao regime monárquico deposto. Em contrapartida, tais ações estimularam um sentimento de preocupação referente à preservação dos bens e documentos oficiais, remetendo “[...] às origens da conservação dos monumentos históricos na França” (CHOAY, 2006, p. 95).

Os conceitos estabelecidos pelo ciclo revolucionário continuaram vigentes no século XIX, ganhando importante destaque no século XX, com diferentes abordagens desenvolvidas nas escolas francesa, austríaca e italiana. A realização de congressos internacionais para debater o tema, culminaram com a elaboração de diferentes cartas patrimoniais, utilizadas como orientações para o restauro e preservação do patrimônio cultural. Após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da UNESCO e do ICOMOS, o conceito de patrimônio foi ampliado, ganhando novas discussões e abordagens. Novos documentos consolidaram e acrescentaram ao conceito diferentes valores, possibilitando o “direito à memória” aos indivíduos, um maior exercício de cidadania e a conquista de direitos sociais.

Dessa forma, a noção de patrimônio, como entendida hoje, é resultado de uma evolução gradual de sentidos. Parte da ideia de monumento como bem isolado, até a compreensão mais ampla, entendida como um conjunto de bens culturais referentes às identidades coletivas, passando a compreender também seus valores imateriais e naturais, transmitidos de geração a geração, com significado e representação para um povo: o “patrimônio cultural”.

No Brasil, as discussões a respeito do tema eclodem nas primeiras décadas do século XX, com a valorização do patrimônio material de origem colonial, passando pela criação e trajetória do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), promulgação de uma nova Constituição Federal (1988) até o desenvolvimento de políticas e cartas patrimoniais nacionais que compreendem a importâncias dos bens materiais e imateriais na sociedade brasileira, tendo a ampliação do conceito. A partir dos anos 2000, as questões ambientais, do patrimônio arqueológico, subaquático, da paisagem cultural e da valorização dos povos de comunidades tradicionais brasileiras ganham destaque nos debates sociais e acadêmicos.

1.2.1 História e contexto internacional

O patrimônio, segundo Mac Guillaume, funciona como um aparelho ideológico da memória: a conservação sistemática dos vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, traços, serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado (CANDAU, 2021, p.158).

No final do século XVIII, a Revolução Francesa desencadeou profundas transformações sociais e políticas, não somente na França. Seu lema de “Igualdade, Liberdade e Fraternidade” inspiraram inúmeros movimentos revolucionários, principalmente na América. Os comitês revolucionários, de 1790 a 1792, inauguraram a noção de “nacional”, concebendo o patrimônio como uma associação coletiva e firmando a ele a ideia de políticas públicas para sua valorização. As ameaças de destruição e perda das referências históricas nacionais, mobilizaram as sociedades nacionais para o desenvolvimento de políticas de preservação. Fonseca (2017, p. 58) cita não somente a Revolução Francesa como marco importante, mas também o vandalismo proporcionado pelas reformas religiosas na Inglaterra, “[...] que destruiu igrejas e sobretudo imagens”.

Na França, ainda durante os primeiros anos do movimento, o governo revolucionário buscou regulamentar a proteção dos bens confiscados, justificando a proteção destes como bens destinados a instituição pública. O patrimônio, naquele momento, passou a ser entendido como um bem material concreto: edifícios, castelos, igrejas, objetos de alto valor material e simbólico para a nação [...] os bens determinados como patrimônio passam a ser os que simbolizam excepcionalidades, raridades e história viva, representantes da trajetória da nação em construção (COSTA, 2012, p. 11).

Esse primeiro conceito perdurou na França até a década de 1860, quando foi elaborada uma comissão que estabeleceu os “[...] critérios e uma tipologia para não deixar escapar nenhum testemunho historicamente significativo”. (CHOAY, 1996, p. 13). Considerado por muitos como berço das políticas patrimoniais (COSTA, 2012), entre os anos de 1840 e 1849, o número de bens tombados na França passou de 934

a 3.000. A primeira lei oficial acerca da proteção dos monumentos franceses foi promulgada somente em 1887, tendo sua regulamentação três anos depois. “Em 113, dão-lhe uma forma definitiva, que hoje constitui o texto legislativo de referência da lei sobre os monumentos históricos” (CHOAY, 1993, p. 148).

A respeito das políticas patrimoniais francesas, Brito (2018, p. 91) considera que

[...] os ecos da Revolução Francesa contribuíram decisivamente para a elaboração de um modelo jurídico que se reproduziu e se perpetuou nos países ocidentais. A partir dela iniciou-se o inventário, preservação e proteção de artefatos caros à nação.

Em um primeiro momento, denominado por Le Goff (1998) como fase de afirmação do patrimônio, os debates acerca do patrimônio ocorreram em duas doutrinas: “[...] uma intervencionista, predominante nos países europeus. A outra anti-intervencionista, própria da Inglaterra” (CHOAY, 1993, p.153), sendo a primeira defendida e representada por Viollet Le Duc (1814-1879) e a segunda por John Ruskin (1819-1900).

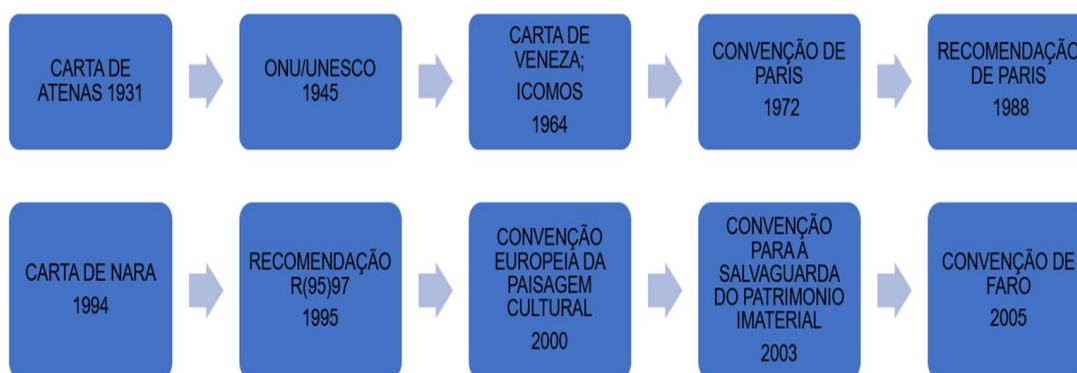
Durante o processo de conhecimento, surgiram diferentes doutrinas que levantaram críticas aos conceitos e procedimentos realizados no âmbito da preservação e restauro. No final do século XIX, surgem reflexões mais críticas, destacando os debates ocorridos na escola Austríaca com Alois Riegel (1858-1914) e nas italianas, iniciado com Camilo Boito (1835-1905), Gustavo Giovanonni (1873-1943) e no século seguinte com Cesare Brandi (1906-1987).

No século XX, nos anos entre a primeira e segunda Guerra Mundial - período que Le Goff classifica como “segundo momento” (LE GOFF, 1998), - verifica-se a ampliação do uso do termo patrimônio pelas instituições internacionais. Nos anos pós-guerra (terceira fase), sua compreensão passa “[...] de um patrimônio histórico a um patrimônio social; de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado; de um patrimônio visível, material, a um invisível, imaterial” (LE GOFF, 1998, p. 11).

As novas ideias que emergiam foram então fundamentadas em diversos congressos e seminários internacionais, funcionando como “espaços de discussão onde grupos interessados em aspectos relacionados ao patrimônio se reúnem para discuti-los,

podendo ao seu término produzir Cartas Patrimoniais que tenham relação direta com a preservação do patrimônio” (GRANATO; RIBEIRO; ARAUJO, 2018, p. 207). Cita-se e observa-se na Figura 03 a seguir, algumas das principais cartas internacionais produzidas, convenções e recomendações realizadas acerca do desenvolvimento das ideias referentes ao patrimônio cultural em seu contexto internacional.

Figura 03: Linha do tempo com as principais cartas internacionais produzidas, convenções e recomendações acerca do desenvolvimento das ideias referentes ao patrimônio cultural contexto internacional.



Fonte: Elaboração própria, 2022.

A primeira delas, a Carta de Atenas (1931) foi o resultado dos debates produzidos pela reunião científica organizada pelo Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações (estrutura do Comitê Internacional de Cooperação Intelectual), marcando o início das formulações em nível internacional de diretrizes voltadas a preservação e restauração do patrimônio em seu sentido material.

Elaborada no entre guerras, período de grande preocupação com os conflitos bélicos e com o rápido crescimento urbano, a Carta de Atenas apresenta um conceito de patrimônio extremamente restritivo e seletivo, ao tratar o monumento isolado em prejuízo ao conjunto urbano. (COSTA, 2012, p. 13).

Em suas recomendações, o documento orienta que se mantenha a utilização dos monumentos, de forma a assegurar sua continuidade, respeitando seu entorno e a fisionomia das cidades (CARTA DE ATENAS, 1931).

No ano de 1945, como resultado das conferências de paz realizadas com o fim da Segunda Guerra Mundial, ocorreu a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), “[...] instituição mundial reconhecida para lidar com as regulamentações e definição de procedimentos de identificação e proteção do patrimônio cultural em nível mundial” (GRANATO; RIBEIRO; ARAÚJO, 2018, p. 206). Representantes de países reuniram-se para assinar o “Ato Constitutivo da UNESCO”, entrando em vigor um ano depois com a ratificação de 20 países signatários.”¹⁴

Sendo uma das mais conhecidas e servindo como “[...] documento basilar para a preservação de obras e conjuntos arquitetônicos” (KÜHL, 2010, p. 288), a “Carta de Veneza” teve sua elaboração decorrente do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos na Itália, em 1964. Pautando suas propostas na visão do “restauro crítico” de Cesare Brandi, o documento traz em seus artigos a ampliação da noção de patrimônio, passando a integrar não apenas “[...] as grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido com o tempo uma significação cultural” (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2).

Os monumentos de cada nação passam a ser compreendidos como “[...] portadores de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares” (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2), estando ligados ao seu entorno e não sendo mais vistos como bens isolados, mas parte de um todo. Para Kühl (2010), a organização do congresso, fez parte:

[...] de um esforço cumulativo de várias nações (e também de seus serviços de preservação e de profissionais do campo) para estabelecer um sistema de cooperação internacional que auxiliasse na resolução das numerosíssimas questões envolvidas na preservação de bens culturais, de modo a enfrentá-las com rigor metodológico e coerência de critérios e de princípios. (KÜHL, 2010, p. 290).

¹⁴ Portal diplomático UNESCO Portugal 2022.

Nas análises das cartas patrimoniais, é importante levar em consideração o período, o local, o tema em discussão e os grupos que participaram dos debates durante as conferências e congressos que as originaram, percebendo as conjunturas sociais, políticas e econômicas vigentes durante suas proposições. Pela sua importância e prestígio, as cartas patrimoniais influenciam diversas ações de políticas patrimoniais em diferentes países do mundo.

Durante a elaboração da Carta de Veneza e seguindo a orientação da UNESCO, foi criado também o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), sendo concebido como uma organização não governamental que visa promover a conservação, proteção, uso e valorização do patrimônio cultural mundial.

Para tratarmos acerca das convenções e recomendações desenvolvidas a partir dos anos 70, cabe aqui a compreensão de seus diferentes significados. Granato, Ribeiro e Araújo (2018, p. 211-212) dialogam acerca da divisão dos documentos em quatro tipos diferentes, sendo eles: 1) Preâmbulos, documentações em forma de acordos internacionais que são recomendados a estados membros; 2) Convenções, adotadas através de uma conferência geral, são definidas regras que os estados membros assumem o compromisso de cumprir; 3) Recomendações, documentos em que os estados membros são convidados a tomarem medidas de acordo com os princípios estabelecidos; 4) Declarações, instrumentos formais e solenes, apropriados para raras ocasiões de importância, não estando sujeitas a ratificação dos estados membros. Posto essas definições, é possível compreender, então, as convenções e recomendações que ocorreram a partir dos anos de 1970.

A fim de tutelar e preservar o patrimônio considerado de interesse excepcional, a Organização das Nações Unidas (ONU), na sua Conferência Geral de 1972, aprovou a Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, tendo como objetivo principal incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade (IPHAN, 2022), consolidando a ideia de Patrimônio Mundial. O conceito-chave utilizado pela UNESCO, segundo Casado (2010, p. 91) “[...] é o de ‘valor universal excepcional’ por representar a transcendência do significado do bem da escala nacional para a escala mundial”. Costa (2012, p. 19) menciona ainda que, somente a partir da convenção da UNESCO de 1972, os países

do ocidente voltaram sua atenção para “[...] a elaboração de estudos para a apropriação, em nível mundial, de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural.”

Como resposta, em 1988, na 25ª reunião da conferência geral da UNESCO, instituiu-se a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. Nesse documento, ficam reconhecidas as culturas tradicionais e populares como parte do patrimônio universal, transformando-se em um “[...] poderoso meio de interação entre os povos e de grupos sociais existentes e de afirmação de sua identidade cultural” (IPHAN, 2022). No documento, a definição de cultura tradicional popular é definida como sendo

O conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e valores [que] se transmite oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes. (IPHAN, 2022).

Fica reconhecida não somente a importância da cultura tradicional e popular em todos os países, mas também o perigo que correm face a múltiplos fatores (IPHAN, 2022), evidenciando a importância de sua proteção por parte dos governos. Ao mesmo tempo, cabe aos governantes o incentivo à realização de inventários e sistemas que possibilitem a identificação, conservação e difusão das culturas tradicionais presentes em seu território. O documento destaca ainda a importância de “[...] sensibilizar a população quanto a importância da cultura tradicional e popular como elemento de identidade cultural” evitando “[...] toda a deformação, a fim de salvaguardar a integridade das tradições” (IPHAN, 2022).

A partir da década de 1990, Casado (2010) destaca que o conceito de “desenvolvimento sustentável” ganha força no cenário internacional. Nessa nova perspectiva, a categoria de paisagem cultural começou a ser pensada mais fortemente pela UNESCO, dando origem a um novo conceito, em que há uma relação intrínseca entre os bens culturais e naturais de um país. No ano de 1992, durante a 16ª sessão

do Comitê do Patrimônio Mundial, foram aprovadas as diretrizes para a inclusão das Paisagens Culturais¹⁵ na Lista do Patrimônio Mundial.

A carta de Nara (1994) representou um marco no alargamento das fronteiras europeias, quebrando o conceito de patrimônio e de autenticidade até então vigentes, promovendo um debate sobre a preservação e conscientização a respeito da diversidade do patrimônio mundial.

A diversidade de culturas e patrimônios no nosso mundo é uma insubstituível fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade. A proteção e valorização da diversidade cultural e patrimonial no nosso mundo deveria ser ativamente promovida como um aspecto essencial do desenvolvimento humano. (NARA, 1994, p. 1).

No ano de 1995, a Recomendação R (95)9 trouxe importantes orientações acerca da conservação de áreas de Paisagem Cultural, reconhecendo-a como patrimônio cultural a partir de três aspectos: sua compreensão como território; como importante testemunho do passado e sua relação entre indivíduos e meio e, também, como especificidade das culturais locais, a partir das práticas e tradições de valores imateriais. A recomendação constata também a dinamicidade do meio ambiente e a necessidade de desenvolvimento na interação entre os elementos culturais e naturais de um espaço. Parte-se assim de:

Uma concepção mais alargada e integradora entre a ação do homem e a natureza e entre os patrimônios material e imaterial, adotar a paisagem como patrimônio pressupõe, ao passo que admite, as relações intrínsecas e inseparáveis entre as abordagens da história, da arte, da antropologia, da sociologia, da ecologia, da memória e da cultura, e suas correspondências no meio físico, seja na edificação ou no território, urbano, rural ou natural. Pressupõe, portanto, a ação integrada do planejamento e gestão territoriais com as políticas ambientais, sociais, culturais e econômicas. (FIGUEIREDO, 2014¹⁶).

No contexto dos países europeus, a Convenção Europeia da Paisagem, realizada no ano de 2000 na cidade italiana de Florença, introduz um conjunto de regras para a

¹⁵ “A cidade do Rio de Janeiro passou, em 1o. de julho de 2012, a ser a primeira área urbana no mundo a ter reconhecido o valor universal da sua paisagem urbana. A paisagem cultural do Rio é única no mundo e representa um exemplo excepcional dos desafios, das contradições e da criatividade do povo brasileiro” (IPHAN, 2022).

¹⁶ Portal Vitruvius, 2022.

proteção, gerenciamento e planejamento das paisagens europeias, servindo como primeiro tratado exclusivamente dedicado à paisagem.

A respeito das políticas patrimoniais voltadas ao patrimônio imaterial, Costa (2011, p. 19) cita que, no ocidente, as noções acerca do patrimônio e sua preservação estiveram por muito tempo ligadas ao patrimônio edificado, ou seja, aos bens materiais, fato que perdurou até a segunda metade do século XX, momento em que “[...] as manifestações populares começaram, gradualmente, a serem vistas como bens patrimoniais em si, sem que a matéria fosse necessária para lhes darem corpo” (COSTA, 2011, p. 19).

Em 2003, a UNESCO, em sua 32ª sessão, realizada em Paris, passa a reconhecer as representações, expressões, os saberes, modos de fazer, ou seja, todas as expressões e representações de um povo, como parte importante do patrimônio cultural, “[...] instituindo uma nova categoria patrimonial que estende às práticas culturais ditas ‘tradicionais’ o estatuto patrimonial, até aquele momento atribuído aos objetos, monumentos e sítios naturais e culturais” (BORTOLOTTI, 2010, p. 8).

Transmitidas entre as gerações e reinventadas pela comunidade, a perpetuação das práticas populares promove o respeito pela diversidade cultural, pelo passado e pela identidade cultural de um povo. No documento para a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, fica evidente que:

Os processos de globalização e de transformação social, ao mesmo tempo em que criam condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios para sua salvaguarda (UNESCO, 2003, p. 3).

Logo, as comunidades tradicionais passaram a ser vistas como importantes instrumentos para a salvaguarda e perpetuação de suas manifestações culturais, sendo reconhecidas como patrimônio imaterial cultural e como “[...] fator de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos” (UNESCO, 2003, p. 3). A conscientização por parte destes de sua importância, principalmente pelas novas gerações, é de fundamental importância para sua preservação.

O Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, estabelecido junto à UNESCO através da Convenção, integra representantes de 18 estados partes, tendo como funções principais a promoção dos objetivos propostos no documento, acompanhando sua aplicação e o trabalho de assessorar os países partes, orientando as melhores práticas a serem adotadas a fim de salvaguardar seu patrimônio cultural imaterial, prestando, assim, auxílio internacional. Em contrapartida, cabe aos estados:

a) adotar as medidas necessárias para garantir a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial presente em seu território; b) [...] identificar e definir os diversos elementos do patrimônio cultural imaterial presentes em seu território, com a participação das comunidades, grupos e organizações não-governamentais pertinentes. (UNESCO, 2003, p. 7).

Referente às definições do patrimônio cultural, a Convenção de Faro, ou Convenção Quadro do Conselho da Europa, realizada no ano de 2005, traz junto com a convenção de 2003 uma evolução nas políticas de salvaguarda do patrimônio cultural, em que a participação da sociedade civil é vista como essencial.

O patrimônio passou então a ser percebido “[...] como recurso para o desenvolvimento sustentável e para a qualidade de vida numa sociedade em constante evolução” (CONSELHO DA EUROPA, 2005, p. 6). As discussões levantadas pelo documento, baseadas na democracia e nos direitos humanos, buscam incentivar “[...] os cidadãos a reconhecer a importância dos objetos e dos locais que constituem o patrimônio cultural, através do significado e dos valores que representam” (CONSELHO DA EUROPA, 2005, p. 6). Dessa forma, a participação das populações, em conjunto com as políticas governamentais, é vista como “obrigação ética”, pois a participação desses “[...] revitaliza a sociedade, fortalece a democracia e promove a convivência para uma melhor qualidade de vida” (CONSELHO DA EUROPA, 2005, p. 6).

Ao longo do século XX e XXI, as convenções e acordos realizados pela UNESCO demonstram a necessidade de proteção das várias categorias de patrimônio às futuras gerações. Nos anos 2000, novas abordagens do campo ganharam destaque, possibilitando novos debates entre sociedade, academia e governos. A exemplo, muito tem se discutido atualmente a respeito da valorização do patrimônio subaquático, compreendido pelos “[...] rastros da existência humana que estejam ou

tenham estado submersas, parcial ou totalmente e que, obviamente, tenham um caráter cultural e histórico de importância, abrangendo os naufrágios, paisagens subaquáticas, cavernas etc.” (BARROS; TURATTI, 2017, p. 182); do patrimônio industrial, referente aos vestígios da cultura industrial e que possuem valor histórico, social, arquitetônico, como as máquinas, oficinas, fábricas, minas etc.; e também acerca dos efeitos das mudanças climáticas sobre o patrimônio, visto que a intensificação de eventos extremos têm afetado não somente os bens materiais, mas implicam mudanças ao modo de vida da sociedade e, principalmente, na sobrevivência de comunidades tradicionais ao redor do mundo. Dessa forma, é possível compreender a importância do conhecimento das cartas patrimoniais internacionais e do papel das convenções e recomendações para a preservação patrimonial e para o avanço das políticas de proteção.

As políticas patrimoniais empreendidas pelos estados membros da ONU e UNESCO, junto com a sociedade civil dos respectivos países, demonstram a necessidade de uma busca maior pela participação da coletividade nos processos de reconhecimento do patrimônio, visto que “[...] os produtores e detentores de tais objetos e práticas são atores fundamentais do processo de patrimonialização” (BORTOLLOTO, 2010, p. 13).

1.2.2 Contexto nacional

A preservação do patrimônio cultural não representa uma visão nostálgica do passado, renunciando o presente e o futuro. Implica sim em qualificar o passado, valorizando o que há de original, visando resguardar a memória de um povo. (RIBEIRO, 2020 p. 15).

No Brasil, as preocupações acerca das questões patrimoniais e das políticas de proteção de monumentos e objetos de valor artístico e histórico começam a ser consideradas relevantes a partir da década de 1920. Ao longo das primeiras décadas do século XX, a possibilidade de perda de monumentos no Brasil, principalmente os relacionados à arte colonial, era tema de discussão por intelectuais e políticos brasileiros, visto que

[...] a falta de preservação destes bens estava comprometendo sua conservação, chamando assim a atenção de intelectuais, que denunciavam o descaso com as cidades históricas e a dilapidação do que seria um “tesouro” nacional (THOMAZ, 2010, p. 8).

Neste período, as ideias modernistas fomentaram as discussões políticas, artísticas e sociais da época, surgindo como “[...] um movimento de ruptura com a tradição que a Proclamação da República não alterou” (FONSECA, 2017, p. 92). Buscava-se, por fim, não somente a tradição estética voltada para conceitos europeus, mas também originar uma nova tradição cultural, com uma arte genuinamente brasileira e a construção de uma identidade nacional.

A primeira tentativa do estado em preservar os bens de importância para a história e as artes nacionais teve “[...] início em 1934, com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais” (THOMAZ, 2010, p. 8), cabendo a essa função de “[...] catalogar os edifícios de valor e interesse artístico e histórico e propor ao Governo Federal torná-los monumentos nacionais” (THOMAZ, 2010, p.8) a partir de seus valores artístico-históricos. No entanto, a proteção do patrimônio e sua definição só foi regulamentada a partir da promulgação do decreto lei 25^o de 30 de novembro de 1937 (CHUVA, 2009). O texto, em seu artigo 1^o, trouxe um primeiro conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, considerando o como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

Cabe destacar que as constituições brasileiras promulgadas posteriormente ao decreto de 1937, apenas afirmavam a noção de patrimônio em termos de direitos e deveres pertinentes tanto ao estado como aos cidadãos.

Com o Decreto-Lei n.º 25, o então presidente Getúlio Vargas cria também o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), considerado como um marco para as políticas preservacionistas do patrimônio brasileiro. O serviço contou com a estruturação de importantes intelectuais e artistas brasileiros da época, como Mário

de Andrade, que desenvolveu a pedido do então ministro da educação e saúde, Gustavo Capanema,

[...] o anteprojeto de lei federal para a proteção do patrimônio artístico nacional. O plano apresentado por Mário de Andrade expressava influência da experiência de outros países para criação de um Serviço do Patrimônio Artístico e Nacional. (CASADO, 2010, p.103).

Considerado por muitos como inovador, o anteprojeto¹⁷ proposto pelo escritor modernista, buscava preservar a totalidade dos bens culturais, chamando a atenção para a importância e valorização das:

Manifestações tanto eruditas como populares, algo incomum naquela época, que normalmente privilegiava o erudito em detrimento do popular [...] semelhante às experiências europeias, esse anteprojeto se diferenciava de muitos outros países, onde iniciativas voltadas à preservação de bens culturais tinham por prática contemplar, isoladamente, apenas alguns bens, como monumentos, museus etc. (THOMAZ, 2010, p. 9).

Nesse primeiro momento, intitulado como Fase Heroica, a preocupação com a conservação se dava no âmbito do patrimônio material, com a valorização do estilo neocolonial e, principalmente, do barroco, considerado como uma “[...] manifestação cultural tipicamente brasileira, possuidor, portanto, da aura da origem da cultura brasileira, ou seja, da nação” (FONSECA, 2007, p. 96). Na Figura 04 é apresentado os acontecimentos mais importantes e que marcaram o início do desenvolvimento das políticas patrimoniais nacionais.

¹⁷ As tônicas de suas propostas são, em primeiro lugar, uma preocupação equilibrada entre o popular e o erudito, em que pesem as críticas que se possam fazer a essa distinção sumária e, em segundo lugar, uma ênfase muito grande nos aspectos imateriais da cultura, aquilo que não é propriamente um bem, móvel ou imóvel, no sentido de propriedade; são esses dois aspectos de sua proposta que fazem com que seu anteprojeto seja adotado apenas parcialmente, não encontrando sintonia na letra do decreto-lei nº 25 e sua posterior regulamentação. (SALA, 1990, p. 21).

Figura 04: Principais acontecimentos Fase Heroica do Iphan.



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Nesse primeiro momento, os bens classificados como patrimônio e símbolos da nação referenciam-se ao contexto colonial Luso Brasileiro, tendo como principais exemplares as igrejas do século XVII e XVIII, as casas de câmara e cadeia, as fontes, os palácios, as fazendas, entre outros, vinculando sua importância a qualidade estética e construtiva das edificações, constatando o que Chuva (2009) chama de perspectiva elitista e redutora, vinculada a uma herança europeia período colonial. As igrejas tombadas nesse período representavam “[...] a arte e arquitetura do barroco e do rococó, sobretudo em Minas Gerais, em virtude da ocorrência do ‘ciclo do ouro’” (CASADO, 2010, p. 106).

A fase heroica, portanto, corresponde a um período de construção e afirmação do patrimônio nacional, cujos autores envolvidos foram incumbidos de legitimar as opções políticas de interesse particular como representantes do interesse da coletividade. Como critérios de seleção do que viria a construir o patrimônio histórico e artístico nacional, visando garantir uma unidade, sem direito a diferentes versões, o SPHAN adota uma dada produção arquitetônica, uma dada produção artística e um dado período histórico para eleger como patrimônio nacional [...] (CASADO, 2010, p. 108).

A prática do tombamento, instituído pelo decreto-lei de 1937, como instrumento legal de proteção do Patrimônio Brasileiro, ficava sob responsabilidade do SPHAN e de seus agentes institucionais. Sem muitas pesquisas ou estudos que justificassem a escolha e o tombamento dos imóveis, Fonseca (2007 p. 111) afirma que a prática era justificada pelos agentes institucionais como “[...] sendo decorrência do processo de urbanização, que já se acelerava, e do saque e comercialização indevida de bens móveis, que eram vendidos por antiquários brasileiros e colecionadores” (FONSECA, 2007, p. 111). Entre os anos de 1937 e 1970, 689 foram tombados (IPHAN 2022), sendo, em sua maioria, edificações relacionadas à arquitetura religiosa católica.

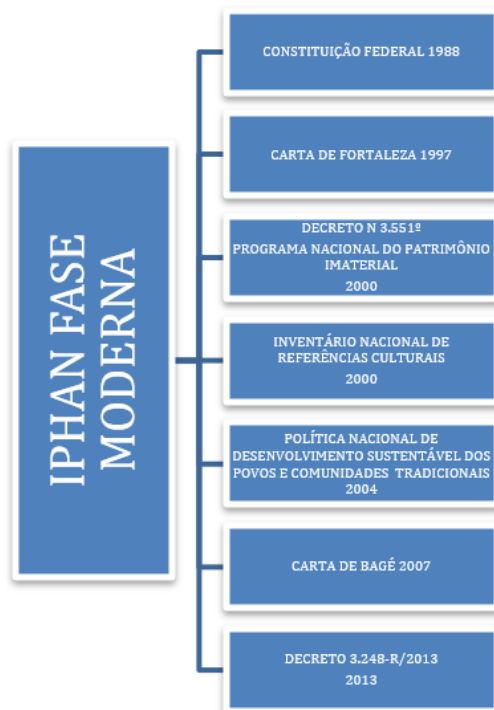
Até a década de 1970, o conceito de patrimônio cultural ainda excluía os bens de natureza imaterial, “[...] como o artesanato, ritos e folguedos, os saberes e fazeres do povo, considerados objetos de estudo de folcloristas e etnólogos” (FONSECA, 2007, p.166). As contribuições de indígenas e africanos, principalmente no que tange à nossa língua, costumes, religião, modos de morar, de cultivar, de comer, de festejar etc. também não eram contemplados (NOGUEIRA, 2014, p. 57).

A partir dos anos 70, já com a denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), iniciou-se a fase moderna das políticas patrimoniais no país, possibilitando uma “[...] nova relação entre patrimônio cultural e identidades” (NOGUEIRA, 2014, p.58). A instituição passa a ter uma atuação mais acentuada, criando sedes nacionais em cada um dos 27 estados brasileiros.

Para Casado (2010), a pressão sofrida pelo patrimônio nas cidades e a gestão até então concentrada do SPHAN, impulsionaram as mudanças necessárias para as novas políticas voltadas ao patrimônio pelo estado, como a compreensão da importância de preservação do patrimônio imaterial, industrial e natural.

O avanço da industrialização no Brasil, a partir da década de 1950, possibilitou um desenvolvimento difuso no território, abalando o modelo de gestão centralizado do IPHAN praticado desde 1937 (CASADO, 2006, p. 111). Na Figura 05, a seguir, foram levantados os principais acontecimentos, políticas e cartas patrimoniais nacionais que marcaram o período.

Figura 05: Novas políticas e Cartas Patrimoniais Nacionais na fase Moderna do IPHAN.



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Em 1975, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC começou a desenhar as mudanças nas “[...] questões referentes à preservação dos bens culturais nacionais em meio ao processo de desenvolvimento econômico do país, preocupando-se com a valorização da diversidade regional” (DUTRA, 2017, p. 32), de modo a encontrar um universo mais amplo acerca da produção cultural brasileira. Cabe ressaltar, no entanto, que o CNRC “[...] não trabalhava com a noção de patrimônio cultural, mas sim de bem cultural; nem com a ideia de folclore, mas de cultura popular” (CHUVA, 2011, p. 158).

Em 1988, com o processo de redemocratização nacional, a promulgação da nova Constituição Federal traz ao campo do patrimônio uma ampliação significativa de seu conceito, reconhecendo em seu texto o patrimônio brasileiro como sendo:

Todos os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos

diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

A nova constituição de 1988 amplia, assim, as formas de proteção patrimonial ao incluir novos instrumentos de proteção, como os inventários, os registros e a vigilância, além de reafirmar o tombamento e a desapropriação como medidas legais (IPHAN, 2022). Em seu artigo 125, fica reiterado, também, a proteção às manifestações populares indígenas, afro-brasileiras e demais etnias nacionais, defendendo a pluralidade cultural e a defesa da cidadania (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Nesse novo momento, a preocupação com a preservação do patrimônio deixava de ser apenas uma questão voltada aos bens materiais, passando a valorizar outros nichos patrimoniais, como os bens imateriais e suas representações, a defesa do meio ambiente e a valorização da pluralidade cultural do povo brasileiro. Nunes (2017) aborda que:

Nos anos 80 inicia-se o período denominado de cidade-documento, onde identificou um redimensionamento ou uma reelaboração do conceito de centro histórico, que propiciou o tombamento de áreas consideradas sem interesse artístico, incluindo no rol do patrimônio bens ligados ao cotidiano das populações, e áreas representativas de determinados períodos de evolução da cidade nesse período foram protegidas cidades representativas da ocupação do território e da imigração europeia da virada do século. (NUNES, 2016, p. 208).

Diversos inventários foram propostos nesse período com o objetivo de dinamizar o “patrimônio não consagrado”, com bens ainda não reconhecidos, mas importantes para o desenvolvimento e reelaboração da noção de cultura, e, sobretudo, de cultura popular (FONSECA, 2007). Nesse sentido, o autor aponta que, a partir de 1980, há no país um maior incentivo à preservação das manifestações da cultura dos diversos contextos culturais que formam a nossa sociedade, assumindo uma ideia de diversidade que se sobrepunha a de igualdade. Com a introdução dos “bens patrimoniais não consagrados” na lista do patrimônio cultural brasileiro e uma maior participação da sociedade na construção e gestão de seu patrimônio, buscou-se

inserir a população em uma luta mais ampla e participativa para a conquista da cidadania.

O debate em torno da defesa da diversidade cultural dos grupos étnicos culturais mobilizou diferentes apropriações do patrimônio. Nos movimentos de grupos indígenas, negros e culturas tradicionais, consolida-se a luta pelos conceitos adequados, ao mesmo tempo em que esses ganham relevância social e política.

As reivindicações de reconhecimento social e a preservação de suas tradições serão respaldadas pelo artigo 216 da Constituição de 1988, que acolhe uma noção ampla e plural de identidade e define a atual concepção de patrimônio cultural, legitimando juridicamente a salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial. (NOGUEIRA, 2014, p. 59).

A Carta de Fortaleza de 1997, elaborada no seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e formas de proteção”, em comemoração aos 60 anos da criação do antigo SPHAN, concretiza os ideais de proteção da cultura popular brasileira, a partir da:

Criação de instrumentos legais e administrativos visando a identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens "portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (Artigo 216 da Constituição), considerados em toda a sua complexidade, diversidade e dinâmica, particularmente, as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artística e tecnológicas", com especial atenção àquelas referentes à cultura popular.(IPHAN, 1997).

No ano 2000, o Brasil antecipou as recomendações da Unesco de 2003 ao instituir o decreto presidencial nº 3.551, promovendo o registro dos bens culturais de natureza imaterial e criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. O programa busca apoiar as diferentes ações voltadas para a pesquisa, divulgação e fomento, tendo como “[...] objetivo viabilizar uma política federal específica para o campo” (ABREU, 2011, p. 74).

As novas frentes de proteção ao patrimônio imaterial propuseram a criação de quatro novos livros de registros, sendo estes:

Livro de Registro dos Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro das Festas, celebrações e folguedos que

marcam ritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade e do entretenimento; Livro de Registro das Linguagens verbais, musicais, iconográficas e performáticas; Livro dos Lugares (Espaços), destinado à inscrição de espaços comunitários, como mercados, feiras praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (IPHAN, 2022).

Em 2002, o Conselho Consultivo do Patrimônio Imaterial aprovou os primeiros registros imateriais, sendo eles o ofício das paneleiras de Goiabeiras¹⁸ (ES) e da arte gráfica Kusiwa, dos índios Wajãpi. Em 2005, o samba de roda do recôncavo baiano entra na lista de Patrimônio Imaterial Mundial da UNESCO. No mesmo ano, ela aprova a convenção para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, que o Brasil ratifica em 2007.

Em 2007, a carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural trouxe o conceito de paisagem cultural, fundamentado na constituição federal de 1988. Considera-se como paisagem cultural todos os

[...] sítios de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, paleontológico, científico, artístico, literário, mítico, esotérico, legendário, industrial, simbólico, turístico, econômico, religioso, de migração e de fronteira, bem como áreas contíguas, envoltórias ou associadas a um meio urbano. (CARTA DE BAGÉ, 2007 *apud* IPHAN 2022).

Ou seja:

[...] o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todas os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais. (CARTA DE BAGÉ, 2007 *apud* IPHAN 2022).

Pela Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009, o IPHAN passou a adotar a chancela de paisagem cultural como instrumento dos bens culturais.

Da Paisagem Cultural Brasileira decorre, portanto, uma diversidade de bens culturais, frutos da relação do homem com seu meio, os quais se mantêm vivos e preservados na medida em que seu contexto sociocultural e paisagístico se conserva” (VASCONCELOS, 2012, p. 63).

¹⁸ O Registro das Paneleiras de Goiabeiras inaugurou a proteção dos patrimônios imateriais pelo Iphan. Na sequência, em 2005, o Jongo do Sudeste, outro bem desta categoria, fortemente ligado às fazendas cafeeiras do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, também foi reconhecido como patrimônio cultural brasileiro. (NUNES, 2016).

Embora as políticas voltadas para a preservação do patrimônio cultural brasileiro e da memória social tenham avançado nos últimos anos, é necessário que novas políticas públicas em parceria com as comunidades se desenvolvam, pensando, dessa forma, em uma preservação coletiva. Exemplos arquitetônicos de períodos da história do Brasil ainda sofrem com o descaso por parte dos governos. É o exemplo do patrimônio de imigração, em que

[...] as rápidas transformações socioeconômicas provocaram o abandono de muitas das propriedades rurais. Como resultado, registra-se o desaparecimento de vários dos exemplares arquitetônicos e dos conjuntos urbanos e rurais mais importantes, colocando todo esse contexto cultural em séria condição de risco. (PAIVA, 2015, p. 224).

Referenciando-se aos exemplares rurais e urbanos produzidos no Brasil pelo imigrante europeu no século XIX, o patrimônio material de imigração possui poucos exemplares tombados pelo IPHAN na esfera nacional, estando a sua proteção delegada aos municípios de localização. Nas representações imateriais de sua cultura, encontramos os exemplares mais preservados¹⁹.

No ano de 2000, o IPHAN publicou o Inventário Nacional de Referências Culturais, o INRC, importante instrumento de identificação das referências culturais, que passou a ser adotado como metodologia de instrução para os processos de registro visando

[...] identificar e documentar os bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação. (IPHAN, 2000, p. 8).

O Manual de Aplicação do INRC contém as reflexões e explicações formuladas pelo antropólogo Augusto Arantes acerca da metodologia e dos questionários/formulários relacionados às etapas do inventário. Através da realização de atividades em locais e

¹⁹ O Espírito Santo não possui bens de imigração tombados pelo IPHAN na esfera nacional, tendo alguns exemplares tombados em nível estadual pela SECULT-ES. Na lista de bens materiais tombados em nível estadual não há exemplares arquitetônicos da cultura pomerana.

utilizando-se de “[...] bens materiais que constituam marcos e referências de identidade para determinado grupo social” (IPHAN, 2000, p. 30), inseriu o patrimônio do imigrante no Brasil dentro do contexto de diversidade étnica e pluralidade cultural.

O inventário possibilitou, também, que comunidades tradicionais, antes esquecidas, ganhassem visibilidade e reconhecimento no contexto nacional ao “[...] dirigir o olhar para representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos ‘fazeres’ e ‘saberes’, às crenças e hábitos” (FONSECA, 2000 *apud* PAIVA, 2015, p. 228). No Espírito Santo, o IPHAN está em processo de produção dos Inventários dos Patrimônios da Imigração, como ocorre em todos os estados brasileiros.

Na luta coletiva por direitos sociais e representatividade, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (CNPCT), instituiu, no ano de 2004, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) como um instrumento que reconheceu a importância dos

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, Ministério da Cidadania, 2022).

Inserem-se nessa categoria “[...] os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais e os pomeranos” (BRASIL, Ministério da Cidadania, 2022). “São sociedades vulneráveis, pois suas condições sociais, étnicas, culturais, econômicas e educacionais são distintas da sociedade envolvente” (BERTOLDI, 2014, p. 565).

Segundo Cosmo (2014), tal política veio

[...] promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, no fortalecimento e na garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (COSMO, 2014, p. 65).

A Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais no Estado do Espírito Santo, instituída pelo decreto 3.248-R/2013, reconheceu no ano de 2013 os Indígenas, Quilombolas, Pomeranos, Ciganos, Pescadores Artesanais, Povos e Comunidades de Terreiro como comunidades tradicionais capixabas, desenvolvendo políticas de proteção e valorização dessas populações e de sus referências culturais. Seus saberes tradicionais representam um importante acervo na sociedade brasileira, mas em risco de extinção, devendo ser

[...] protegidos principalmente em razão das políticas culturais homogeneizantes, da ausência de recursos estruturais para sua permanência, experiência, valorização e compreensão/identificação pelas novas gerações e, inclusive, pelas crescentes dificuldades de transmissão e continuidade que também decorrem dos efeitos da globalização cultural (BERTOLDI, 2014, p. 566).

Para Foeste (2014), a criação da CNPCT representa uma importante conquista para os povos tradicionais brasileiros ao dar voz, visibilidade e possibilitando sua participação efetiva em políticas públicas, proporcionando que seus representantes participem ativamente de decisões políticas que possam afetar suas comunidades de forma social e territorial.

1.3 PATRIMÔNIO CULTURAL POMERANO NO ESPÍRITO SANTO

O patrimônio cultural dos pomerano que hoje conhecemos no Espírito Santo é fruto da memória social coletiva dos primeiros imigrantes que vieram da Pomerânia para o estado. Em suas malas, carregavam apenas o essencial para a nova vida. Em contrapartida, traziam na memória os costumes, tradições, modos de fazer, de falar, de cozinhar, de construir etc., que praticavam em sua terra natal.

Na nova terra, buscaram replicar o seu modo de vida, tendo que se adaptar as novas condições climáticas, sociais, econômicas e territoriais aqui encontradas. Apesar das mudanças, com o passar dos anos o modo de “ser pomerano”, representado pelas

tradições e costumes marcantes e característicos de sua identidade, continuaram a ser transmitidos entre as gerações, sendo claramente observados e presentes em seu dia a dia.

Com um patrimônio material e imaterial riquíssimo, seus descendentes mantêm viva uma Pomerânia no Brasil. São objetos, edificações, lugares, práticas socioculturais com significados “[...] histórico-culturais consagrados que destacam qualidades e valores mnemônicos, estéticos ou técnico-científicos que estão para além do sentido e do valor originais diretamente associados à sua utilidade prática de outrora” (FORTUNA, 2012, p. 25).

Para uma melhor compreensão de suas dimensões tangíveis e intangíveis, este subcapítulo subdivide-se no item 1.3.1, em que o patrimônio material será abordado; e no 1.3.2, destinado às diversas manifestações culturais pomeranas presentes no Espírito Santo, com enfoque no Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

1.3.1 Patrimônio tangível

O patrimônio material produzido pelos imigrantes, ou seja, seus bens de natureza tangível, representam os vestígios e edificações remanescentes exemplares do passado cultural do povo pomerano, sendo historicamente relevante para a comunidade (FORTUNA, 2012). Arquitetonicamente, podem ser divididos em dois tipos: a arquitetura religiosa, com as igrejas luteranas e o cemitério; e a arquitetura civil, com as casas típicas rurais como principal representação.

Segundo Jacob (2010, p. 43), “[...] a arquitetura pomerana resulta de um processo de construção, de uma combinação de formas aprendidas na Pomerânia com as aprendidas com o meio e as culturas presentes no local para o qual imigraram”. Ao chegarem às glebas destinadas, uma das primeiras medidas adotadas pelos imigrantes pomeranos luteranos era a construção de um cemitério e de uma capela-escola para a realização de seus cultos.

As casas unifamiliares refletiam o amor pela pátria mãe nas fachadas, com as cores branco e azul, a valorização da natureza, com os motivos florais e uma arquitetura única, voltada para a união da família e o trabalho no campo. Eram edificações simples, utilizando para sua construção os materiais disponíveis na natureza do contexto local. As lembranças das construções da antiga Pomerânia serviam de partido para as edificações na nova terra e, aos poucos, com a participação da comunidade em regime de mutirão, surgiu uma arquitetura pomerana em terras capixabas.

a) Cemitérios

Seguindo a crença luterana da ressurreição após a morte, os cemitérios eram considerados espaços sagrados e, por isso, deveriam ser construídos próximos às igrejas, em locais abertos, sem a possibilidade de sombra de construções na vizinhança. Os cemitérios construídos pelos imigrantes pomeranos possuíam simbologias únicas, implantadas a partir de dogmas luteranos e da cultura de seus antepassados - o povo Wende na Pomerânia -, o que demonstra a mescla dessas duas na vida do pomerano (RÖLKE, 1996).

Os túmulos possuem, até os dias atuais, escritos em alemão, e são cuidados diariamente, sendo mantidos limpos e decorados. Almeida (2015) afirma que os pomeranos consideram os cemitérios como locais sagrados. Sendo assim, parte dos túmulos possuem dizeres em alemão (Figura 06, a seguir), língua utilizada pela igreja no início da imigração. Além disso, eram implantados de maneira que fiquem de frente para o sol nascente, “[...] em respeito à analogia de que o sol represente a Deus” (CORONA, 2012, p. 91).

Em sua construção, os pomeranos:

Pintam de cal suas sepulturas, enfeitam com muitas flores e galhos de pinheiro, capinam o terreno ao seu redor, e conservam aquilo que consideram um monumento, isto é, um patrimônio cultural, pois trata-se de um local, por excelência, de construção da história do grupo e de sua origem mítica, sendo tomado como referência para se refazer a história da imigração dos pomeranos no Brasil e seus laços de parentesco. A importância da visita ao cemitério não se restringe ao dia de finados (ALMEIDA, 2015, p. 57).

No início da imigração, suicidas e mulheres que faleciam durante o parto ou no período de resguardo eram sepultados de forma diferente dos demais membros que faleciam de “causas naturais”.

O caixão de um suicida costuma passar por cima do muro do cemitério [...] sendo posicionados forma transversal. Segundo os pomeranos, o suicídio não permite ao indivíduo o velório segundo o ritual cristão e o enterro de um suicida se baseia em práticas que expõem e condenam o ato considerados seres impuros. (AMBROZIAKI; MANSKE, 2021, p. 131).

Figura 06: Inscrito em alemão retirado de túmulo no cemitério de Santa Maria de Jetibá. (A esquerda e no meio). A direita, túmulo de suicida.



Fonte: Acervo da autora, 2022.

b) Casas Civis

A casa pomerana - como um importante exemplar da arquitetura residencial - possui particularidades. Segundo Corona (2012, p. 47), “[...] os pomeranos que passaram pelo processo de imigração não pertenciam à classe abastada e sim ao grupo sobrevivente, que trabalhava em sua maioria”. Sendo assim, a população que imigrou inicialmente para as montanhas capixabas e, posteriormente, para o norte do estado, pertenciam à classe de diaristas, sendo trabalhadores simples da terra que trouxeram na memória os modelos de moradia que conheciam na Pomerânia, como a casa do senhor feudal, as choupanas e a sua própria residência.

Ao chegarem à terra prometida, após uma longa viagem adentrando a mata selvagem e sem qualquer estrutura de apoio, o imigrante precisava construir uma pequena cabana improvisada para passar as primeiras noites com seus familiares. Enquanto a moradia definitiva não ficava pronta, toda a família se organizava em um único cômodo da cabana, construída de madeira e paredes de taipa. Após a construção da casa, a cabana ou *backschupe*²⁰ serviria de depósito para ferramentas e produção.

A residência era implantada tirando partido do terreno acidentado. A cumeeira da edificação era posicionada paralelamente à estrada de acesso a esta. Tais características facilitavam a proteção da casa contra invasores. Dessa forma, a casa se camufla e facilita a identificação do visitante. Além disso, buscava-se construí-la próximo a fontes de água corrente (CORONA, 2012).

A casa típica pomerana utilizou o sistema construtivo de enxaimel²¹ com encaixes retos, possuindo, assim, um esqueleto estrutural independente, em que as vedações não possuíam papel estrutural. Segundo Rölke, (1996), surgiu nas colônias de imigração germânica no Brasil um novo estilo, que adicionava ao conhecimento da produção do enxaimel, interiorizada e herdada na Alemanha, com a realidade tropical, onde foram adaptadas aos esquemas culturais e históricos.

As paredes eram construídas de taipa de mão (barro e tramas de madeira), com aproximadamente 15 cm de espessura (Figura 07, a seguir). Posteriormente, recebiam argamassa feita a base de argila e pintura a base de cal. Internamente, eram pintadas com cores alegres. Externamente, caracterizam-se pela presença do azul e branco nas fachadas, cores que refletiam o amor desse povo pela sua terra natal, reproduzindo em sua moradia as cores da bandeira da Pomerânia. As casas eram uma construção simples, “[...] voltadas para a ética do trabalho, sobretudo para a lavoura. Ela melhorava se a colheita fosse boa” (JACOB, 2010, p. 43).

²⁰ Tradução do pomerano: local destinado ao forno a lenha.

²¹ O enxaimel é uma técnica construtiva tradicional europeia, na qual uma estrutura de madeiras encaixadas tem seus vãos preenchidos com pedras, tijolos ou taipa.

Figura 07: A esquerda construção de casa Enxaimel por imigrantes; A direita, parede de Taipa de mão.



Fonte: Pomerland: a saga pomerana no Espírito Santo; Acervo da autora, 2022.

As habitações familiares pomeranas caracterizam-se por serem germinadas, com esquadrias de madeira que marcam a simetria frontal da fachada. A casa era construída em um nível acima do solo, sob moleques, de forma a ajudar no conforto térmico internamente e proteger contra ataques de animais da mata, possibilitando, também, sua adaptação aos desníveis do solo. No porão, eram colocados animais e equipamentos agrícolas. O calor gerado pelos animais, com o gás carbônico liberado na respiração, gerava ar quente que, sendo mais leve que o ar frio, subia pelas frestas do piso, empurrando o ar frio para fora da casa, aquecendo assim seu interior.

Uma escada de madeira dá acesso ao interior da edificação, passando pela varanda, ambiente de socialização do pomerano, que, por sua vez, era comumente enfeitada com gradis, lambrequem e motivos florais. Sob o telhado de duas águas, encontra-se a janela de oitão ou óculo, elementos característicos marcantes que serviam para que o imigrante pudesse observar, através destes, quem se aproximava de sua casa, servindo assim como forma de proteção a sua família. Inicialmente, a vedação dos telhados era feita por telhas de madeira produzidas artesanalmente, a *huld schinge*²². Posteriormente, ocorreu sua substituição por telhas cerâmicas. Na figura 08 a seguir,

²² Tradução do pomerano: Telha de madeira.

observa-se uma casa típica pomerana com as principais características arquitetônicas de sua fachada.

Figura 08: Casa típica Pomerana.



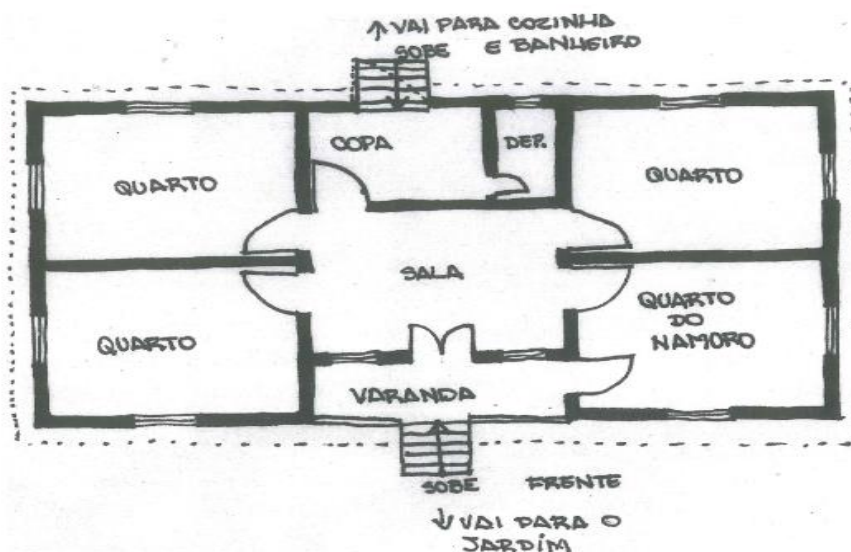
Fonte: Acervo da autora, 2023.

A planta baixa típica possui formato retangular (Figura 09), caracterizando-se pela sua simplicidade e serem compostas por:

Uma sala no centro com os demais cômodos dispostos em volta dela (os dormitórios); na parte frontal da sala, havia acesso a varanda; e um dormitório, localizado na parte frontal da casa, recebia uma abertura interna e outra com acesso a varanda, representando o quarto do namoro²³. Este cômodo permanece inserido por costume, por tradição. Preservando-se nas edificações, ainda que sem funcionalidade estratégica de defesa para o qual foi criado na planta baixa original (CORONA, 2012, p. 57).

²³ Quarto do namoro: "Dormitório localizado na parte frontal da casa, recebia uma abertura interna e outra com acesso a varanda. Esse cômodo permaneceu inserido por costume, ainda que sem a funcionalidade estratégica de defesa para o qual foi criado na planta baixa original" (CORONA, 2012, p. 57).

Figura 09: Croqui de uma planta baixa típica casa pomerana.



Fonte: Corona (2012, p. 55).

Internamente, o forro era composto por tábuas estreitas posicionadas uma ao lado da outra. Nas juntas, eram utilizadas “mata juntas”, peças posicionadas para ocultar as juntas da madeira e proteger contra a entrada de sujeiras e insetos. Serviam também como piso superior.

Além da casa, o paiol compõe a residência pomerana. Funciona até os dias atuais como um anexo, sendo utilizado como local para guardar ferramentas e depósito da produção agrícola. Em muitos, há um forno a lenha, utilizado principalmente para assar o *Brot*²⁴, principal alimento pomerano (Figura 10). A cozinha era separada do corpo principal devido a necessidade da utilização da lenha, sem produzir fumaça para o interior da casa e de maneira a evitar incêndios. Da mesma forma, os banheiros também se localizavam do lado de fora.

²⁴ Pão típico pomerano.

Figura 10: Paiol com forno a lenha, utilizado para assar o *Brot*.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

c) Igrejas

Os templos Luteranos possuem em sua maioria um formato simples, com uma planta retangular que reflete os três pilares básicos da liturgia da doutrina luterana: “proclamação (púlpito), o sacrifício (altar) e o nascimento da fé (baticτήριο)” (CORONA, 2012, p. 77), como mostra a figura 11 a seguir.

Figura 11: Altar da comunidade luterana de Luxemburgo - Santa Leopoldina, ES



Fonte: Acervo da autora, 2023.

O altar é o elemento principal da igreja, estando localizado no centro da capela-mor. Nas costas do altar, encontra-se uma cruz, representando o sacrifício de Jesus Cristo. O batistério está implantado próximo ao altar, em seu lado esquerdo e representa a iniciação da criança na vida cristã. Nele são realizados os batismos, na maioria das vezes ainda na infância. Do lado direito do altar, encontra-se o púlpito, local da prédica pastoral, momento em que o pastor se comunica com a comunidade. Normalmente, é implantado em um patamar elevado, facilitando a visibilidade e propagação da mensagem. O maior espaço do templo é destinado aos bancos, acomodados em fileiras e que acomodarão os membros para os cultos.

As igrejas luteranas pomeranas, na região serrana do Espírito Santo, caracterizam-se pela sua simetria e a presença de uma torre central com sinos. Estes possuem grande importância. O sino sinaliza e convoca os membros para os cultos. Ainda hoje, nas comunidades interioranas do estado, é possível observar o ofício do sineiro. A entrada da igreja é marcada pela presença do átrio, local de encontro entre os membros e de preparação para os cultos. As janelas nas fachadas possuem a forma de arcos e são posicionadas de maneira a priorizarem a iluminação natural dentro dos templos, ajudando a transmitir aos fiéis o ideal de sagrado. O telhado de duas águas remete às igrejas e construções civis europeias, características trazidas pelos imigrantes.

A partir de entrevistas com pastores das comunidades do município de Santa Maria de Jetibá e de Vitória, é possível compreender que as igrejas construídas no Brasil, se comparadas com as igrejas Luteranas tradicionais alemãs, não seguem um padrão definido. Os imigrantes pomeranos não possuíam conhecimento litúrgico para a execução de seus templos. Eram simples trabalhadores rurais que se basearam na sua memória para a construção de seus templos, trazendo lembranças de suas igrejas na Pomerânia e baseando-se no pouco conhecimento que tinham para erguê-las. Sabe-se também que alguns templos luteranos no município foram construídos a partir de cópias de plantas de igrejas da Alemanha trazidas pelos pastores que vieram a região no século XIX para prestarem auxílio pastoral.

1.3.2 Patrimônio intangível

Os costumes e tradições podem ser compreendidos como tradição, entendida como sendo a “[...] reprodução cultural de padrões comportamentais e modos de pensamento e ação” (FORTURA, 2012, p. 24). Transmitidas de geração para geração, elas ajudam a formar a identidade e a unidade de um povo.

Muitas dessas manifestações podem ser encontradas em diferentes momentos na vida do pomerano, desde o seu nascimento até a sua morte. Os descendentes dos imigrantes pomeranos que vieram para o Espírito Santo aprenderam, de forma oral ou gestualmente com seus antepassados, os costumes que fazem parte do seu dia a dia. Estes foram herdados da Pomerânia, praticados na sua terra natal e trazidos na memória durante o período de imigração. O seu uso corrente constitui a mais elementar prática de manutenção da tradição (FORTURA, 2012, p. 25).

Nas comunidades pomeranas no Espírito Santo, muitas manifestações culturais pomeranas sofreram modificações durante os anos, diante do novo cenário territorial, econômico e social. Com um patrimônio imaterial riquíssimo, a língua, as festas tradicionais religiosas e civis, na culinária, os modos de fazer, as músicas etc., são constantemente evocados no dia a dia da comunidade, trazendo um sentimento de pertencimento, identidade e união. Neste item, abordaremos algumas dessas manifestações intangíveis²⁵ tão importantes na vida do pomerano e encontradas no município de Santa Maria de Jetibá.

Para Bahia (2011), para compreendermos de que maneira ocorrem as transmissões das tradições orais presentes na cultura pomerana, é imprescindível que entendamos a respeito do uso da Língua Pomerana no cotidiano desse grupo. A língua pode ser compreendida como uma expressão da unidade de um povo, sendo uma forma de unificá-los e caracterizá-los. Dessa maneira, é vista como limitadora e representante de diferentes grupos, influenciando diretamente em seu traço identitário.

²⁵ Cabe destacar que o IPHAN-ES as reconhece como importantes expressões desta comunidade tradicional, tendo realizado entre 201a e 2014 o registro destas atividades através do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

Como um significativo bem imaterial, a Língua Pomerana é um importante elemento de construção identitária para o povo pomerano, perpassando todas as manifestações culturais civis e religiosas que ocorrem dentro das comunidades presentes no Espírito Santo. No Brasil, ela se apresenta como um “[...] patrimônio cultural imaterial de fundamental importância para autoafirmação do Povo Tradicional Pomerano” (FOERSTE, 2014, p. 31).

Os pomeranos que emigraram para o Brasil falavam o *Pommersch-Platt*, língua derivada do baixo alemão e “[...] formada a partir da influência de outros modos de falar, praticados por povos com os quais os pomeranos tiveram contatos diretos e indiretos ao longo de várias épocas e fases de sua história” (BUCHHOLZ, 1999, *apud* FOERSTE, 2014, p. 30).

A respeito de seu uso, Spammer (2014 *apud* BAHIA, 2011, p.114) aponta que “[...] o pomerano é usado entre os pomeranos, tanto da cidade quanto no campo, na intimidade da família e dos amigos.” Grande parte das crianças aprende a língua oficial (português) na escola (FOERSTE, 2014, p. 32). Seu aprendizado ocorre no âmbito familiar, sendo assim a primeira língua aprendida pela criança durante a infância. Seu ensinamento fica a par das mulheres, sendo responsáveis também pela transmissão da cultura.

Atualmente, a Língua Pomerana pode ser encontrada em comunidades do Espírito Santo, Minas Gerais, Rondônia²⁶, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo a maioria de seus descendentes falantes bilíngue em pomerano e português (ALMEIDA, 2015, p. 54).

O casamento tradicional pomerano talvez seja uma de suas manifestações civis-religiosas mais emblemáticas, “[...] onde superstição, simbolismo e igreja se misturam” (ALMEIDA, 2015, p. 56). Com diferentes momentos e rituais significativos, o rito do casamento dura três dias, mas sua preparação começa meses antes.

²⁶ “Entre os anos de 1970 e 1980, uma intensa saída de pessoas por toda parte do Brasil em busca de terras férteis no “novo eldorado” em Rondônia. Esses migrantes originaram-se principalmente dos estados do sul do país, de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo. (HOLZ, p. 41) “Uma das causas da emigração capixaba, em especial pomerana, no Espírito Santo a partir da década de 1970, consiste no aumento expressivo de pomeranos residindo neste estado (HOLZ, p. 36).

O conjunto de símbolos e significados disponibilizados pela cultura popular e pela igreja norteiam a disposição de cada elemento de forma a produzir uma dinâmica que determina práticas limítrofes entre religioso e o que é próprio do casamento pomerano. A manutenção das práticas ocorre pelo fato de a igreja compreender e respeitar a tradição popular arraigada na cultura pomerana desde a imigração. (MANSKE, 2015, p. 172).

Bahia (2011) aponta que o casamento é um dos momentos da vida social em que não somente as famílias da noiva e noivo participam, mas toda a comunidade a que eles pertencem, transmitindo o senso de comunhão e mutirão (Figura 12).

Figura 12: Casamento típico pomerano. Noivos ao centro, com copeiros/copeiras ao seu redor e tocador de concertina.



Fonte: Acervo pessoal de Lucinei Volbrecht.

Ao longo dos anos, os rituais presentes no casamento pomerano sofreram algumas modificações. Manske (2015) aponta como causa as influências de outras culturas locais. Contudo, apesar disso, o forte sentimento de tradição que norteia o grupo não permitiu que o casamento tradicional se extinguisse. Atualmente, nos municípios pomeranos do Espírito Santo, é possível observar a realização de casamentos tradicionais típicos, principalmente nas comunidades rurais do interior.

A primeira figura tradicional do casamento pomerano é o *Hochtijdsbirar*²⁷, normalmente representado pelo irmão solteiro da noiva ou do noivo. Um mês antes da cerimônia, seu trabalho se inicia.

Ele vai de casa em casa convidar os participantes para a festa de casamento, vestindo sua melhor roupa (as vezes terno) e um chapéu de feltro de cor preta enfeitado por várias fitas coloridas, com exceção da cor amarela, que é considerada cor do azar para esta ocasião. Ele traz consigo uma garrafa de vidro contendo *schnapps*²⁸, a qual também é enfeitado com fitas coloridas e murtas. (BAHIA, 2011, p. 224).

Ao chegar à residência do convidado, o convidador é recebido na sala. Em pomerano, ele recita versos enquanto anda pela sala em movimentos circulares. O convite é considerado uma oração, sendo considerado sagrado e vital para os pomeranos. Após o término, o convidador oferece um gole de cachaça para a família convidada. “O aceite da bebida e a gorjeta oferecida ao convidador pela família confirmam sua presença na festa.” (BAHIA, 2011, p. 225-226).

Hoje em dia, observa-se, também, que alguns convidadores levam consigo o convite impresso, principalmente para os convidados que moram em localidades mais distantes. No primeiro dia do casamento, ocorre o tradicional *Pulteräwend*²⁹, evento para as famílias dos noivos, padrinhos e madrinhas. Nesse dia, a refeição servida é o pé de galinha, que para o pomerano assume o papel de “[...] afastar os males que venham a prejudicar o novo casal” (MANSKE, 2015, p. 175).

Nesse dia, a anciã da comunidade recita orações em pomerano para os noivos, entregando à noiva uma colher de pau (simbolizando a atuação social da mulher) e um cachimbo ao homem (representando a atuação do homem). Logo após, inicia-se a quebra louças. Após jogarem os pratos no chão, os convidados são chamados a dançar sobre os cacos, quebrando-os ainda mais. Nesse momento, os noivos devem juntos varrê-los e juntá-los com vassouras, demonstrando a união destes para o futuro casamento. Os cacos são guardados para trazer sorte ao casal (Figura 13).

²⁷ Tradução do pomerano: Convidador.

²⁸ Tradução do pomerano: Cachaça.

²⁹ Tradução do pomerano: Quebra Louças.

Figura 13: Cerimônia de quebra louças no casamento da Família Behling



Fonte: Acervo da família Behling.

No segundo dia, o casamento segue com o *Thoupsrijwen*³⁰ e, logo após, os noivos e convidados seguem para a igreja luterana para a celebração do *Truug*.³¹ Tradicionalmente, a noiva pomerana utiliza nesse dia um vestido preto. Sua utilização possui diversas interpretações. Para Rölke (1996, p. 71), a cor do vestido da noiva pomerana era preto pelo fato dessa cor simbolizar respeito à cerimônia religiosa. Jacob (1997) e Foeste (1997) corroboram da ideia de que o preto recorda ao período feudal da Pomerânia, em que o senhor feudal, e não o seu noivo, tinha o direito de ter a primeira noite de núpcias com a noiva. Já Bahia (2011) aponta seu uso representando a morte social da mulher e separação da noiva de sua família para ingressar na família do noivo. Hoje em dia, é comum as noivas pomeranas se casarem de branco³². Em alguns casamentos no interior dos municípios pomeranos, famílias mais tradicionais ainda utilizam a cor preta para o vestido da noiva.

³⁰ Tradução do pomerano: Casamento Civil.

³¹ Tradução do pomerano: Casamento religioso.

³²No Espírito Santo, este costume perdurou até a década de 1940, quando as noivas passaram a usar vestido branco (PREFEITURA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ).

Após a bênção na igreja, todos seguem ao local da festa. Seguindo a tradição, os noivos são levados até o local em cima de um caminhão enfeitado com flores, ramos e fitas (Figura 14).

Figura 14: Transporte dos noivos em caminhão para o local da festa.



Fonte: Arquivo digitalizado cedido por Simony Kuster.

O local do evento normalmente se localiza próximo às comunidades, em clubes destinados às festividades. Estes contam com cozinha, fogão a lenha e utensílios de cozinha próprios para que a festa possa acontecer (Figura 15, a seguir). Cabe destacar que, antigamente, a festa do casamento tradicional pomerano era sempre realizada na casa da família da noiva. Hoje em dia, são raros os festejos que seguem essa tradição, sendo os clubes os locais mais utilizados.

Figura 15: Fornos a lenha em clube local para preparação do *Brot* para o casamento pomerano.



Fonte: Acervo da autora.

As copeiras e copeiros, amigos e familiares dos noivos, cuidam da recepção, limpeza e organização da festa. Distinguem-se dos demais convidados por estarem com um broche, laço ou objeto diferente na roupa e uma toalha no ombro (Figura 16, a seguir). Os noivos se sentam na cabeceira de uma grande mesa junto com seus familiares e os convidados se dividem entre as grandes mesas e bancos presentes no espaço.

Figura 16: Copeiras e Copeiros do casamento da família Behling



Fonte: Acervo da família Behling.

A noite segue com muita dança e a música é tocada por sanfoneiros e trombonistas da comunidade. Após a dança dos noivos, os homens convidados doam ao noivo uma quantia em dinheiro como gratificação. Encerrando as comemorações, os noivos dançam a *Kransafdans*³³ e a *Haudafdans*.³⁴ (Figura 17).

Figura 17: Tradicional dança dos noivos. Casamento da família Behling



Fonte: Acervo da família Behling.

³³ Tradução do pomerano: Dança típica dos convidados com os noivos

³⁴ Tradução do pomerano: Dança do chapéu

Durante a festa, tudo é preparado por homens e mulheres da comunidade. A comida típica pomerana, com o *Brot*, geleia de frutas, linguiça mista, frango frito, salada de repolho, arroz entre outros é carinhosamente cozinhado enquanto os noivos e a família festejam (Figura 18).

Figura 18: Preparação dos alimentos. Da esquerda para a direita: Membro da comunidade fritando os tradicionais frangos fritos dos casamentos pomeranos; Mulheres da comunidade preparando as Linguiças mistas típicas pomeranas; Mulheres cortando tomates para o jantar.



Fonte: Acervo da autora.

No quarto de bolos, são guardados os doces típicos preparados e doados para serem servidos durante os cafés na festa (Figura 19).

Figura 19: Quarto de bolos de casamentos pomeranos



Fonte: Imagem cedida por Simony Kuster.

O último dia de festa é reservado para poucos convidados da família. Estes dirigem-se até a nova casa dos noivos para comer e beber. Seguindo a tradição, os noivos constroem sua casa na propriedade dos pais do noivo. Apesar das modificações pelo qual o rito do casamento tradicional pomerano passou, Almeida considera que,

[...] na atualidade, o casamento pomerano sofre as influências externas, e por isso percebemos permanências e ausências: o convite passou a ser impresso, mais ainda entregue por membros da família nas residências dos amigos; espalham cartazes na região anunciando o evento; o vestido da noiva é branco. Manteve-se, no entanto, o ritual do quebra-louças (um dia antes do casamento: sexta-feira), de comer galinhas; a festa com muita comida, música, danças e enfeites. (ALMEIDA, 2015, p. 56).

Dentre os festejos típicos pomeranos, as festas religiosas estão muito presentes em seu calendário anual. Suas principais manifestações religiosas relacionam-se com datas importantes para o cristianismo, sendo elas: Semana Santa, Pentecostes, Natal.

Dentre as listadas, a Páscoa pomerana merece um destaque especial. O rito inicia-se no tradicional “Domingo de Ramos”, primeiro dia do tríduo pascal. Nesse dia, as famílias pomeranas montam um caminho de flores e folhagens no quintal de sua casa até a porta principal, o “*Palmsündagsweeg*”. Montam também a *Osterboom*³⁵ (Figura

³⁵ Tradução do pomerano: Árvore de Páscoa.

20, a seguir).

Figura 20: *Osterboom*- Árvore da Páscoa típica pomerana enfeitada com ovos pintados e fitas.



Fonte: Foto cedida pela senhora Lauritta Kunch Szemburg, Comunidade de Jequitibá, 2023.

A árvore da Páscoa é montada com um galho seco, que simboliza a morte de Jesus Cristo. Nos galhos, são colocadas cascas de ovos coloridas, pintadas pelas crianças, simbolizando a ressurreição de Cristo.

Na quinta-feira santa, ocorre o preparo das tortas de palmito ou repolho com peixe, que será servida na Sexta-Feira Da Paixão. No Sábado de Aleluia, as famílias montam os *Oosternes*³⁶. No Domingo de Páscoa, alguns desses ovos são recheados de amendoim ou chocolate e colocados nos ninhos de Páscoa, que são escondidos pelo quintal da casa. As crianças então fazem a “caça aos ovos”. É um dia de muita alegria

³⁶ Tradução do pomerano: Ninho de Páscoa

e religiosidade para a família pomerana.

Além dessas, são realizados cultos e festas especiais em ação de graças pela colheita (mês de junho) e pelo aniversário da reforma protestante de Martin Lutero (31 de outubro). Para o recebimento dos sacramentos do batismo³⁷ e confirmação³⁸ (os dois sacramentos da fé protestante luterana) também são realizados cultos especiais, com datas marcadas no calendário das comunidades. Além disso, cada comunidade luterana festeja anualmente o aniversário de sua fundação em solo capixaba. Todas essas manifestações contam com uma forte participação da comunidade, principalmente das mulheres, que organizam, cuidam do preparo das comidas, confecção dos enfeites e arrumação da igreja e entorno.

Durante os festejos, ocorrem apresentações de trombonistas. Os conjuntos de metais são uma tradição nas comunidades luteranas pomeranas. As bandas se apresentam nos cultos, casamentos, batizados, casamentos etc. Junto aos trombonistas, os tocadores de concertina (Figura 21) animam as festas pomeranas.

Figura 21: Tocadores de Concertina.



Fonte: Arquivo digitalizado cedido por Simony Kuster.

³⁷ O batismo é um dos principais ritos na vida do pomerano luterano. Ele representa a sua iniciação na fé cristã, sua participação na comunidade e o cumprimento do primeiro sacramento da fé. Almeida, (2015, p. 56) afirma que o batismo é “prioridade na vida do recém-nascido, que logo deve ser encaminhado a Igreja Luterana.”

³⁸ Rito protestante luterano realizado com jovens entre quatorze e dezesseis anos. Rito de confirmação na fé cristã protestante, simbolizando também a passagem da infância para a maturidade. Após o rito, ele passa a ser membro atuante da igreja e recebe a santa ceia.

Durante os festejos, o *Brot* não pode faltar. Um dos principais alimentos do povo pomerano, no ano de 2023, foi apresentado na Assembleia Legislativa do Espírito Santo um projeto de lei³⁹ que visa transformá-lo em patrimônio imaterial capixaba. De origem alemã e pomerana, a receita foi trazida pelos imigrantes e adaptada aos ingredientes encontrados na região. O trigo foi substituído pelo milho, pela banana e pelo inhame. O pão deve ser assado no forno de barro a lenha, enrolado em uma folha de bananeira (Figura 22). Tradicionalmente, ele compõe a mesa do pomerano junto com a banha de porco, a manteiga e as geleias de fruta, sendo um símbolo de sua culinária.

Figura 22: Massa de *Brot* em folha de bananeira.



Fonte: Acervo da autora.

³⁹ Projeto de Lei (PL) 28/2023 apresentado pelo deputado estadual Adilson Espindula.

CAPÍTULO 2: A COMUNIDADE POMERANA LUTERANA DE JEQUITIBÁ/ES

Neste capítulo, pretende-se conhecer a comunidade pomerana luterana de Jequitibá, situada no interior do Espírito Santo. Para isso, faz-se necessário a subdivisão do capítulo em quatro temáticas importantes para sua compreensão. Inicia-se o capítulo abordando a trajetória de imigração pomerana no século XIX e sua fixação em terras capixabas. No item 2.2, busca-se compreender a presença luterana no Espírito Santo, a partir de levantamentos de dados históricos das três mais antigas comunidades luteranas no estado: Campinho (em Domingos Martins), Luxemburgo (localizada no município de Santa Leopoldina) e Jequitibá (atualmente localizada no município de Santa Maria de Jetibá).

Como a igreja mais antiga do município, a Paróquia de Jequitibá - igreja mãe da imigração Pomerana em Santa Maria de Jetibá - ganha um enfoque especial no subitem 2.3, em que será apresentada sua história.

Como objeto de estudo deste trabalho, o item 2.4 discorrerá sobre a história do grupo de mulheres “Oase Jequitibá” (Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas), apresentando a história e trajetória do grupo dentro da comunidade de Jequitibá. Para o embasamento teórico, utilizam-se os estudos de Joana Bahia, Valdemar Gaede, Bianca Aparecida Corona, Helmar Reinhard Hölke, Dinoráh Lopes Almeida, Klauz Granzow, Jorge Jacob Kuster, Marta Cione Raasch Manske e Marcia Chuva.

2.1 DAS PLANÍCIES POMERANAS AS MONTANHAS CAPIXABAS: A TRAJETÓRIA DE IMIGRAÇÃO DO POVO POMERANO NO ESPÍRITO SANTO

O que é ser pomerano? Ser pomerano é ser descendente de europeus, imigrantes da extinta Pomerânia, que hoje faz parte da Polônia e Alemanha. É termos tido uma bandeira, uma organização ao nível de nação. É ser forte, enfrentar dificuldades, sonhar com o seu lugar. É ainda falar a Língua Pomerana. É ser também, mesmo não falando mais. É ter olhos azuis, verdes, castanhos... É ser agricultor, professor, médico... É ser orgulhoso e por vezes envergonhado. É ser de uma forma incomparável. [...] Ser pomerano é ter e ser história. É ter arriscado a mudar, sofrer, viver... É ser luterano, católico, evangélico... É ter um sentimento indescritível. É ser parte da cultura. (Celso Kalk⁴⁰ apud Cosmo, 2014, p.17).

No século XIX, o cenário político e econômico no Brasil era de mudanças. No ano de 1847, segundo dados do Projeto Imigrantes - ES, iniciou-se um grande incentivo dos governos provinciais e imperial de imigração em massa de europeus. No Espírito Santo, o então presidente da província, Couto Ferraz, liderou o processo de imigração, visando povoar as áreas do território e desenvolver a economia com a agricultura. Em 1888, com a abolição da escravidão, o governo substituiu a mão de obra negra, até então empregada nas lavouras, pelo trabalho do imigrante europeu. Além da necessidade econômica, existia por trás também objetivos sociais. Corona (2012) cita a existência de “[...] um processo conhecido como branqueamento que consistia em clarear a pele dessa população através da mestiçagem. Era uma tentativa de ‘melhorar a raça brasileira’” (CORONA, 2012, p. 33).

No Espírito Santo, a imigração europeia tinha como objetivo inicial o povoamento da parte interiorana do estado e o fortalecimento da atividade agrícola. Até o final da década de 1850, o estado possuía grandes áreas de terra desertas, concentrando o seu povoamento na região litorânea e em pequenas áreas interioranas, como Cachoeiro de Itapemirim e Alegre. Com a decadência do açúcar e o crescimento do café, a imigração encontrou caminhos favoráveis para sua implantação. Vieram para

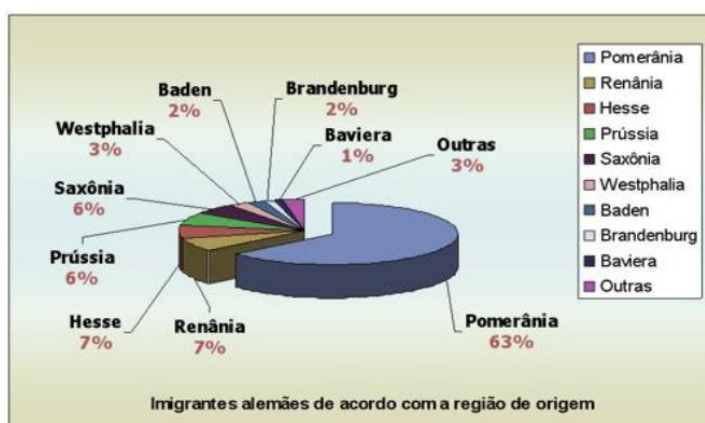
⁴⁰ Escritor capixaba pomerano, nascido em 1978 no município de Domingos Martins-ES, no distrito de Melgaço. Faleceu muito jovem num acidente automobilístico em Viana-ES, no ano de 2004. Em comemoração aos 150 anos da chegada dos primeiros imigrantes pomeranos ao Espírito Santo, a Secretaria de Cultura (SECULT) publicou como uma homenagem póstuma, no ano de 2009, o livro “Mar Azul: poesias de um pomerano”, reconhecendo seu empenho artístico e intelectual, reafirmando os valores culturais da origem pomerana do autor. (COSMO, 2014, p. 17).

o Espírito Santo famílias de várias nacionalidades europeias, como alemãs, espanholas, italianas, portuguesas e pomeranas. O governo fornecia aos imigrantes a passagem da Europa até Vitória e desta até o destino. Neste relato é possível observar as dificuldades enfrentadas durante o trajeto:

Os nossos emigrantes faziam a viagem em veleiros que, dependendo do vento ou do tempo a favor ou contra, levavam dois, quatro ou até seis meses até alcançarem o bonito e paradisíaco porto do Rio de Janeiro, a capital do então governo imperial, de onde eram transportados em embarcações costeiras até Vitória, capital da província do Espírito Santo. O trajeto da viagem, a partir do rio até a chegada ao destino final, era feito num pequeno espaço, muitos no convés sem cobertura de proteção, durante dias e noites, expostos as intempéries do clima e do tempo. (GAEDE, 2012, p. 20).

O primeiro grupo de pomeranos desembarcou no porto de Vitória no ano de 1859. Era um grupo de 117 pessoas que saíram do porto de Hamburgo, na Alemanha, a bordo do Navio Eleonore. Os pomeranos habitavam a Pomerânia, país localizado no Mar Báltico, tendo a Alemanha e Polônia como divisas territoriais (Figura 23, a seguir). Eram pequenos agricultores e diaristas. Entre os anos de 1872 e 1873, chegaram ao Espírito Santo aproximadamente 2.142 imigrantes pomeranos, transformando este no estado brasileiro com maior número de descendentes pomeranos no Brasil. No Gráfico 01 abaixo, observa-se as regiões da Alemanha de proveniência dos imigrantes, sendo 63% oriundos da antiga Pomerânia.

Gráfico 01: Regiões da Alemanha de proveniência dos imigrantes.



Fonte: Manske, 2016 p.108;

Figura 23: Mapa de localização da Pomerânia na Europa.



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-Mapa-de-localizacao-da-Antiga-Pomerania_fig2_258884421.

A viagem até o porto de Vitória durou aproximadamente dois meses. Ao chegar à capital, os imigrantes eram alojados na hospedaria Pedra D'Água. Segundo dados do Projeto Imigrantes, do Governo do Estado do Espírito Santo, estima-se que entre os anos de 1889 e 1900, a hospedaria recebeu mais de 20 mil imigrantes de várias partes, principalmente da Europa. A tabela 03, a seguir, mostra o número de imigrantes registrados de acordo com o seu ano de chegada. Vale ressaltar que foram registrados apenas os imigrantes que deram entrada na hospedaria Pedra D'Água. Até o 1889, ano de sua inauguração, o desembarque se dava diretamente pelo porto de Vitória e os alojamentos, quando existiam, eram formados por barracões improvisados nas vizinhanças da capital. Aqueles que chegaram ao porto de Vitória até 1888 ou que entraram diretamente pelas vias fluviais, como Benevente, Itapemirim, Itabapoana e Rio de Janeiro, por já haverem passado pela hospedaria da Ilha das Flores, não eram cadastrados novamente.

Tabela 03: Número de imigrantes por ano e origem no Espírito Santo

Tabela 1 – Número de imigrantes de acordo com o ano de chegada:

Ano	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900
Imig	2.837	383	4.454	552	3.102	4.044	4.632	3.122	113	10	6	19

Tabela 2 - Nação de origem e o respectivo número de imigrantes:

País	Alemanha	Áustria	Bélgica	Espanha	França	Grécia	Holanda	Itália
Imig	143	75	9	2.480	34	2	5	18.633

País	Polônia	Portugal	Rússia	San Marino	Suíça	Ucrânia	Outros
Imig	92	1.219	104	363	13	70	27

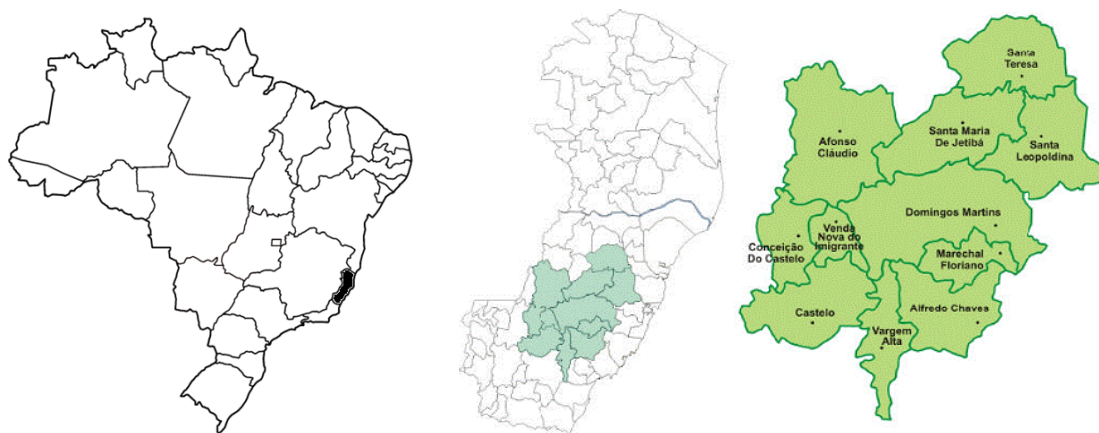
Fonte: Projeto Imigrantes Espírito Santo. Acesso em 08 de outubro de 2022.

Após o conhecimento da localização de suas terras, os imigrantes subiram os rios em canoas e enfrentavam a mata atlântica virgem e fechada até chegarem à “terra prometida”. De Vitória, foram encaminhados para a cidade de Santa Leopoldina, subindo o rio Santa Maria em canoas. Segundo Jacob (2010), os pomeranos fixaram-se inicialmente na chamada *Kulland*⁴¹, região de montanhas que compreende os municípios de Santa Leopoldina, Santa Teresa, Domingos Martins, Marechal Floriano, Santa Maria de Jetibá e Afonso Claudio (Figura 24). Atualmente, as antigas colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, com predominância de imigrantes germânicos, são formadas pelos municípios de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá⁴².

⁴¹ Tradução pomerano: Terra fria

⁴² Pomeranos no Espírito Santo, disponível em: <http://pomeranosnoesifes.blogspot.com/2015/09/territorio-pomerano-no-espírito-santo.html>

Figura 24: Mapa do Espírito Santo com a localização dos municípios com predominância de imigrantes pomeranos.



Fonte: Pomeranos no Espírito Santo, 2022.

Chegando ao seu destino, as famílias eram alojadas em barracões rudimentares e permaneciam até receberem suas terras. Cada colono recebia do governo “[...] um lote de terra, com mil braçadas quebradas de derrubada de árvore para a primeira lavoura, um rancho para a habitação provisória, sementes, um casal de porcos, duas galinhas e um galo” (CORONA, 2012, p. 35). Em troca, o colono deveria pagar essas despesas em um prazo de quatro anos, contados a partir de três anos de ocupação da terra.

O título definitivo de posse da terra só era concedido após o pagamento de todas as dívidas destes ao governo. Ao receberem os prazos, os homens iniciavam o processo de abertura de clarões nas matas para a construção de suas casas e preparação do terreno para plantação de produtos de subsistência.

O início da vida na nova terra não foi fácil para as famílias de imigrantes europeus. Sem o apoio adequado das autoridades e enfrentando inúmeras dificuldades, como a nova língua (o Português), um clima diferente do clima temperado da Pomerânia e uma terra rodeada pela mata atlântica densa com uma fauna desconhecida, muitos morriam cedo, acometidos principalmente pela fome, por picadas de animais e doenças desconhecidas até então.

A má qualidade do solo e a corrupção das autoridades responsáveis pela colônia gerou miséria e fome à comunidade pomerana. “A incessante lembrança da vida na Pomerânia era o que amenizava as adversidades encontradas pelos imigrantes na nova terra. A localização das colônias, a língua e a cultura limitavam o contato com os brasileiros e os mantinham distantes.” (MANSKE, 2016, p. 113). Para Almeida (2015), tal isolamento foi o que proporcionou a manutenção de sua cultura, principalmente de sua língua, garantindo sua identidade cultural.

Com o crescimento da população, ocasionado pela segunda e a terceira ondas migratórias, a colônia de Santa Leopoldina teve sua expansão para oeste, seguindo o rio Santa Maria da Vitória. Em 16 de maio de 1873, estima-se que, aproximadamente, 780 pomeranos chegaram à colônia, ampliando a presença pomerana luterana local.

A maioria dos imigrantes se estabeleceram inicialmente na região denominada Luxemburgo e, posteriormente, em Jequitibá. Nesse processo, “[...] foi fundada a aldeia de Jequitibá, e dali formou-se Santa Maria de Jetibá” (RÖLKE 1928, p. 173), em torno de 1882. A partir de 1880, iniciou-se, também, o processo de migração interna dos imigrantes e seus descendentes em direção ao norte do estado. Tal dispersão se deu em busca de novas terras e melhores condições de vida, e foi facilitada pela construção da ponte sobre o Rio Doce em Colatina, ligando a região norte à região sul capixaba (SPAMER, 2016).

Para os pomeranos que imigraram para o Brasil, o período entre a Primeira e a Segunda guerra mundial foi repleto de dificuldades. Segundo Cosmo (2014), durante o período político do Estado Novo, em 1930, ocorreu a proibição do uso da Língua Pomerana. O objetivo dessa ação era “[...] padronizar o comportamento das pessoas” (COSMO, 2014, p. 68). O resultado foi a perseguição de muitas famílias pelo grupo integralista dos “camisas verdes”, que, para se protegerem, fugiam para as matas da região e escondiam seus livros de orações e bíblias em alemão. Nas conversas com famílias pomeranas, é possível encontrar com facilidade histórias de sofrimento e sobrevivência referentes a esse período de terror.

Granzow (2009) afirma que, ao longo dos séculos, os pomeranos e seus descendentes mantiveram vivos os traços formadores de sua identidade. Com um forte espírito de comunidade, dedicação ao trabalho, língua própria, costumes

socioculturais, música, dança e culinária, “[...] marcam um jeito de ser ímpar entre nós. São manifestações que ajudam a compor o quadro capixaba de uma identidade fundada na diversidade, mas mobilizada pelo projeto comum de bem-estar coletivo” (GRANZOW, 2009, p. 11).

Manske (2015) aponta que a forte presença da tradição pomerana é fundamentada na conservação da Língua Pomerana, no simbolismo presente nos rituais do nascimento, casamento e morte, na sua alimentação, nos cuidados com a saúde, nas crenças em magia, bençãos e na igreja luterana, considerada como a “sua igreja.”

Dentro do ambiente doméstico, principalmente no campo, a família tradicional pomerana organiza seu dia a dia baseado no trabalho na lavoura, onde cada membro possui sua própria atividade, começando os trabalhos desde novos, tal como seus antepassados (FEHLBERG; MENANDRO, 2011). A permanência das tradições, dos valores originais, a religiosidade, as práticas de comunitarismo e a Língua Pomerana ajudam a manter o espírito da família tradicional.

No Espírito Santo, segundo dados da Igreja Luterana, estima-se que existam aproximadamente entre 120 mil e 150 mil descendentes do povo pomerano, destacando-se, de forma mais representativa, os municípios de Santa Maria do Jetibá; Santa Leopoldina; Domingos Martins; Santa Tereza; Itarana; Laranja da Terra; Afonso Claudio; Baixo Guandu; Colatina; Pancas; São Gabriel; Barra do São Francisco; Vila Valério; Vila Pavão (MANSKE, 2015 p. 52 *apud* ALMEIDA, 2015, p. 52), conforme a tabela 04 a seguir.

Tabela 04: Tabela população Povo Tradicional Pomerano no Estado Espírito Santo
– Brasil.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO (IBGE\2010)	ESTIMATIVA POMERANOS	PERCENTUAL
1 - Santa Maria de Jetibá	34.774	27.819	80%
2 - Laranja da Terra	10.826	7.578	70%
3 - Vila Pavão	8.672	5.203	60%
4 - Domingos Martins	31.847	19.108	60%
5 - Pancas	21.548	8.619	40%
6 - Afonso Cláudio	31.091	18.654	60%
7 - Baixo Guandu	29.081	11.632	40%
8 - Itaguaçu	14.134	5.653	40%
9 - Itarana	10.881	5.440	50%
10 - Vila Valério	21.823	6.546	30%
11 - São Gabriel da Palha	31.859	3.186	10%
12 - Colatina	111.788	5.589	5%
13 - Marechal Floriano	14.262	4.278	30%
14 - Outros municípios	-	16.000	-
TOTAL	-	145.309	-

Fonte: Jacob, 2012 *in* Foerste, 2014, p. 40.

Para Seibel (2016, p. 37), “[...] um país chamado ‘Pomerânia do Brasil’ realmente existiu, não como país com definição geográfica ou política, porém como um conceito cultural e como uma Pomerânia de um povo que vive no Brasil”. Em Santa Maria de Jetibá, onde encontra-se o maior núcleo de descendentes pomeranos no estado do Espírito Santo, a prefeitura, a igreja luterana e a comunidade realizam juntas diversas ações culturais, como festas, programas culturais, projetos entre outros a fim de manterem vivas as tradições e manifestações culturais pomeranas no município, preservando-as para as futuras gerações.

2.2 LUTERANOS NO ESPÍRITO SANTO: INÍCIO DE UMA CAMINHADA DE FÉ

Para início de discussão acerca da trajetória luterana no Espírito Santo, é necessário compreender primeiramente quem são os luteranos e a história de sua presença no Brasil.

Os luteranos são cristãos protestantes que professam a religião Luterana. Sua origem remonta ao período entre o fim da idade média e início da idade moderna na Alemanha, com o movimento da reforma protestante, protagonizado pelo teólogo Martin Lutero (1483-1546), que pregava o fim da hegemonia da igreja Católica na Europa. Em consequência, várias outras igrejas reformadas surgiram (CORONA, 2012, p. 25). Segundo Rabunski *et al.* (2012, p. 255), as “[...] igrejas protestantes históricas possuíam cultos, doutrina e teologia orientados essencialmente para a ordem, formalidade e racionalidade e procuravam suprimir manifestações mais exóticas do sagrado.”

No Brasil, os primeiros protestantes inserem-se no território por duas vias: pela via do movimento imigratório, no começo do século XIX, e pela via missionária, ocorrida na mesma época (MENDONÇA; VELASQUES FILHO, 1990, *apud* RABUNSKI; *et al.* 2012, p. 260). Tal movimento foi possibilitado através da abertura política e religiosa do Reino do Brasil, facilitada pelo então Imperador D. Pedro II.

O primeiro grupo expressivo de protestantes a chegarem e se estabelecer no Brasil foi o de luteranos alemães a partir de 1819, vindo em maior número em 1824 (GERTZ, 2011). Imigraram inicialmente para a região de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro e São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, formando comunidades, construindo a primeira igreja luterana em território brasileiro no ano de 1824⁴³.

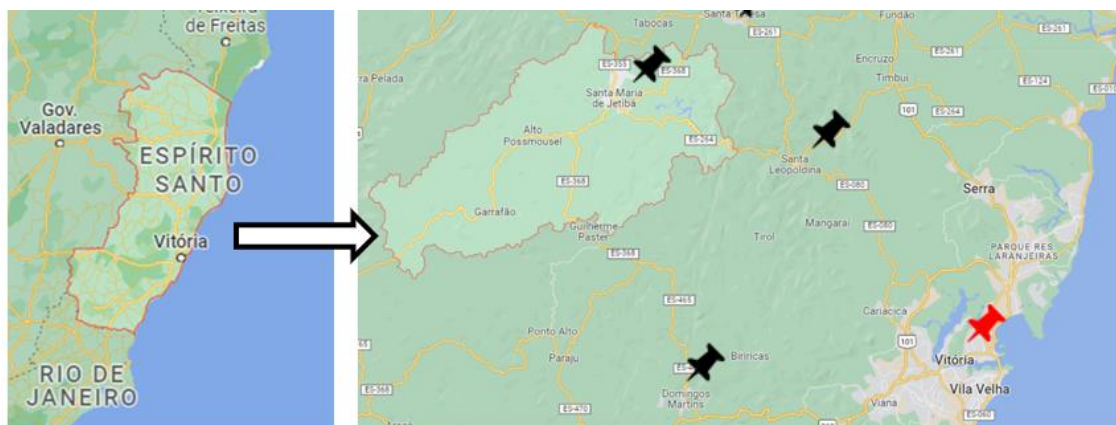
No Espírito Santo, o luteranismo chegou em 1846, com os primeiros imigrantes provenientes da Alemanha. Esse primeiro grupo de alemães era composto por 108 pessoas. No ano seguinte, uma segunda leva trouxe 46 pessoas e, posteriormente, no mesmo ano, um terceiro grupo composto por 11 pessoas chegou ao estado, totalizando, assim, 38 famílias germânicas (165 pessoas). Entre os imigrantes alemães, encontravam-se professantes do luteranismo, (16 famílias) e do catolicismo (23 famílias).

Esse primeiro grupo foi conduzido pelo rio Jucu até a colônia de Santa Isabel/Campinho, atual município de Domingos Martins, a 46 quilômetros da capital

⁴³ Fundando assim a igreja protestante mais antiga do Brasil e da América Latina. Portal luteranos, https://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/nova-friburgo-rj/historico-da-comunidade-de-nova-friburgo-rj.

Vitória, onde receberam uma área de terra e uma ajuda de custo em forma de empréstimo. Era o início da presença luterana no Espírito Santo (Figura 25).

Figura 25: Mapa do Espírito Santo com localização das comunidades luteranas em Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá.



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Ao chegarem às terras, os colonos luteranos organizavam sua vida religiosa sem formalidades, com cultos domésticos realizados por leigos, eleitos “pastores” pela própria comunidade. Para a realização dos cultos, construíam uma pequena edificação denominada capela escola (Figura 26). Ao lado dessa edificação, construíam também um cemitério.

Figura 26: Construção da capela escola e da casa pastoral por colonos alemães em campinho, Espírito Santo.



Fonte: Portal Luteranos. Acesso em 25 de outubro de 2022.

Para analisarmos de que maneira as primeiras igrejas protestantes foram construídas no Brasil e no Espírito Santo, é importante compreender o contexto político presente no período da imigração europeia. Durante o regime imperial brasileiro, apesar da abertura do território para a livre profissão de fé de outras religiões, a constituição vigente estabelecia restrições cívico-religiosas às religiões não católicas, visto que, no século XIX, o Brasil era um país oficialmente católico (SPAMER, 2017, *apud* AMBROZIAK; MASNKE, 2021 p.122). O artigo 5º afirmava que, [...] a Religião Catholica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular em casas para isso destinadas, sem forma exterior de Templo.⁴⁴

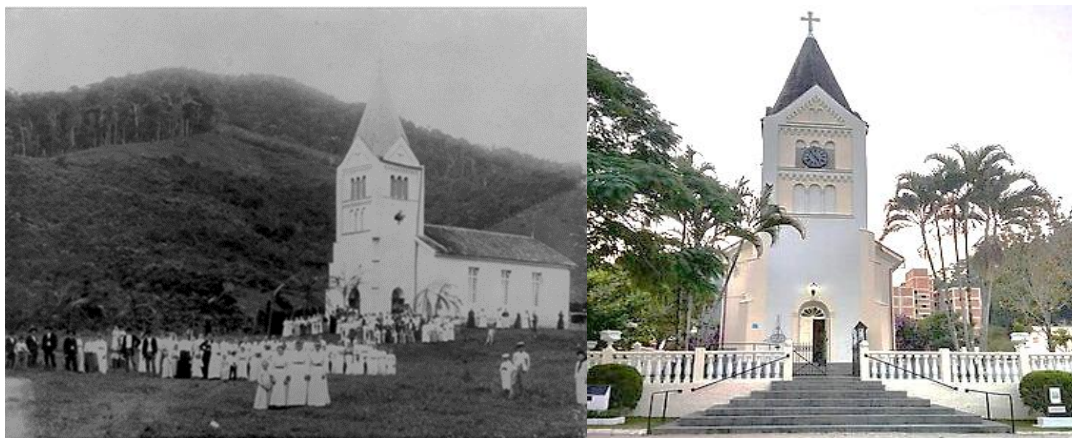
Dessa forma, ficava proibida a construção de torres em templos não católicos. Estavam proibidos, também, a utilização de cruzes, sinos ou qualquer símbolo sagrado que remetesse a um local de culto. Além disso, os luteranos não podiam ser sepultados em cemitérios públicos.

⁴⁴ Portal Luteranos <http://www.luteranos.com.br/conteudo/hi-historia-da-paroquia-evangelica-de-confissao-luterana-em-domingos-martins-es> . Acesso em 24 de outubro de 2022.

As primeiras igrejas luteranas foram assim construídas de maneira simples, com um campanário na parte lateral do templo. No Espírito Santo, o primeiro templo foi erguido em 1866, na localidade de Campinho. Sua construção levou dois anos. Suas paredes foram construídas em regime de mutirão por homens e mulheres. Para a construção das alvenarias, utilizou-se os materiais disponíveis na região: barro socado com capim, formando paredes com espessuras de um metro.

A igreja Luterana de Campinho destaca-se na história. Em descumprimento às leis imperiais, o pastor Heinrich Eger, pároco da época, determinou a construção de uma torre central junto ao templo, sendo inaugurada em 30 de janeiro de 1887, transformando-a na primeira igreja não católica a possuir torre no país e na América Latina⁴⁵. A igreja encontra-se erguida até os dias de hoje, no Município de Domingos Martins (Figura 27), sendo tombada como Patrimônio Histórico Estadual (ACHIAMÉ; BETTARELLO; SANCHOTENE, 1991).

Figura 27: Inauguração do templo de Campinho, Domingos Martins; Imagem atual do templo Luterano no centro de Domingos Martins.



Fonte: Portal Luteranos, 2023.

Em 1859, com a chegada dos primeiros imigrantes pomeranos luteranos ao Espírito Santo e sua ocupação das glebas localizadas acima do rio Santa Maria da Vitória, tem

⁴⁵ Portal Luteranos <http://www.luteranos.com.br/conteudo/hi-historia-da-paroquia-evangelica-de-confissao-luterana-em-domingos-martins-es>.

início não somente a ocupação territorial da antiga colônia de Santa Leopoldina, mas também da história e trajetória de fé desse povo em terras capixabas.

Para sua melhor compreensão, é importante sabermos que, na Pomerânia, a religião luterana foi implementada no século XVI, estando inicialmente mais presente nas cidades e posteriormente adentrando os feudos (RÖLKE 1996). De acordo com o sistema feudal, vigente até 1807, os súditos deveriam seguir a fé dos seus senhores e por esse motivo o luteranismo tornou-se a religião oficial do estado.

No início do século XIX, surgiram na Pomerânia novos grupos bíblicos de reavivamento espiritual.

Quando o rei prussiano Frederico Guilherme III proclamou no ano de 1817 a união das igrejas reformada e luterana numa Igreja Unida os membros luteranos desse movimento de reavivamento na Pomerânia e na Silésia viram na união uma afronta à sua fé luterana e se separaram da Igreja Unida estatal (JANKE, 2016, p. 301).

Segundo Corona (2012, p. 29), inicialmente, tal união não ocasionou grandes resistências, mas após a promulgação de novos ofícios religiosos, “[...] a população insatisfeita iniciou um movimento pela preservação dos ensinamentos puros de Marinho Lutero e desfavoráveis a União”. Janke (2016) afirma que, por causa do seu forte tradicionalismo, os membros das comunidades luteranas reformadas passaram a ser chamados de *Altlutheraner*⁴⁶. O governo prussiano passou, então, a persegui-los, proibindo a construção de templos, suspendendo e prendendo pastores. Após tentativas sem sucesso para exercerem sua fé com autonomia, muitos decidiram emigrar, inicialmente, para os Estados Unidos e, também, para o Brasil, onde acreditavam poder exercê-la com liberdade (RÖLKE, 1996).

Na antiga colônia de Santa Leopoldina, após se instalarem, os colonos, seguindo o costume e em regime de mutirão, construíram sua capela escola. Entre os anos de 1857 e 1869, a pequena construção foi utilizada pela comunidade para as celebrações religiosas (Figura 28).

⁴⁶ Tradução do alemão: Antigos luteranos.

Figura 28: Primeira capela escola da comunidade de Luxemburgo – Santa Leopoldina.



Fonte: Acervo Prefeitura de Santa Maria de Jetibá 2023.

A construção, de pedras e barro batido, foi erguida sem torre. Ao lado do templo, foi construída a escola comunitária e a casa pastoral. Na frente, uma torre anexa acomodava os sinos doados pelo governo imperial. No dia 18 de setembro do mesmo ano, o templo foi inaugurado.

Hoje, Luxemburgo é conhecida por ser o segundo templo luterano mais antigo do Espírito Santo e a igreja protestante de imigração mais bem preservada do estado, mantendo sua originalidade em seu interior e exterior (Figura 29).

Figura 29: Imagem atual da igreja e campanário de Luxemburgo, Santa Leopoldina.



Fonte: Acervo da autora, 2022.

Para os imigrantes pomeranos e seus descendentes, a religião protestante era um assunto sério. A leitura da bíblia e dos hinários faziam parte do seu dia a dia. O catecismo de Lutero passou a ser ensinado pelos pastores à comunidade. Nesse relato, de um imigrante pomerano, é possível observar a importância dos cultos e da igreja na sua vida:

Durante todos os dias da semana, o trabalho era pesado, mas no domingo o machado descansava. Das embalagens de lata eram retirados a bíblia e o hinário, que, na maioria das vezes, já estavam deteriorados. Os vizinhos se reuniam em uma das casas e todos silenciavam diante da palavra de Deus. Que riqueza quando essas pessoas no abandono dessa distante floresta virgem-percebiam: “nos também, apesar da situação calamitosa em que vivemos aqui, somos filhos de Deus”. Normalmente um pai de família mais idoso e barbudo assumia com naturalidade o papel de diácono. Todos pegavam seus hinários e os hinos sacros, cantados com vozes roucas, repercutiam na floresta e animavam esses corações despreparados. (GAEDE, 2012, p.76).

No período de imigração, a igreja foi indispensável para a superação das condições adversas das colônias, suprimindo a falta do governo. Masnke (2015, p. 41) afirma que a falta de serviços públicos contribuiu para dificultar a vinculação dos pomeranos à sociedade brasileira. Sem intervenção do estado, os pastores alemães luteranos assumiam atividades consideradas essenciais para o pomerano, atuando na função religiosa, em serviços médicos, educacionais e administrativas, “[...] uma espécie de prefeito.” (MANSKE, 2015, p. 47). Nos primórdios da imigração, a igreja era a única instituição que atuava em setores que ajudaram no desenvolvimento dos grupos de pomeranos na região. “As funções sociais assumidas foram determinantes para endossar sua importância junto ao grupo.” (MANSKE, 2015, p. 147).

Apesar da distância até a igreja, por vezes até mais do que seis horas a pé, essas famílias se alegravam em poder se reunir em comunidade e participarem das festas religiosas, como Sexta-feira Santa, Páscoa, Pentecostes, Natal ou Festa da Colheita. A influência religiosa dos pastores, segundo Manske (2015), vai muito além das questões de organização do grupo,

Uma vez que as vilas e cidades se formaram em torno das edificações religiosas o que evidencia que os pastores protestantes representavam aos colonos, além da ligação espiritual e educacional, a sociabilidade entre os pomeranos. Esses laços prendem os pomeranos aos pastores e se tornam uma forma de superar isolamento [...] a assistência religiosa, educacional e social instituída pela igreja luterana permitiu o auxílio necessário a

preservação da tradição e da vida entre os pomeranos. (MANSKE, 2015, p. 118).

Atualmente, “[...] a religiosidade se faz presente no cotidiano pomerano e a construção de igrejas (Luteranas) se consiste num indicativo importante da presença deste povo. O deslocamento de gerações de famílias migrantes pode ser claramente mapeado dessa forma” (SPAMER, 2014, p.107). O pastor ainda assume um papel fundamental na vida do descendente de pomerano. Para Oliveira (2003),

ele ajuda na resolução dos conflitos domésticos e aqueles que envolvem os colonos da comunidade. A maioria dos conflitos é relacionada ao comércio, às relações matrimoniais e à herança da terra. Esses temas são trabalhados pelo pastor visando uma resolução interna antes das instâncias jurídicas formais. (OLIVEIRA, 2003, p.4).

Segundo o último senso linguístico realizado em 2010, a igreja evangélica luterana possui 22.325 seguidores do total da população do município, sendo “[...] apontada como um elo de reconhecimento identitário por apresentar-se de forma representativa na vida do pomerano” (MANSKE, 2015, p. 77). Dessa maneira, é válido considerar a influência que esta exerce na população local, uma vez que participa ativamente de atividades e ações festivas, na economia e, também, em momentos de decisões políticas locais. (MANSKE, 2015, p.93).

A relevância econômica, política, cultural e social que a igreja luterana assume em Santa Maria de Jetibá mostra a referência que a instituição assume não apenas na religiosidade, mas também pela sua intensa presença na vida do povo, condizendo com a representatividade que assume esse segmento cristão.

Cabe destacar ainda as duas vertentes encontradas no município: a IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) e a IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil), ou Missouri, sendo ambas citadas como “[...] suas igrejas ou igrejas pomeranas” (MANSKE, 2015, p. 144). Bahia (2011) destaca também a representatividade da IECLB na região. Apesar da igreja Missouri possuir um número considerável de fies, “[...] não possui tanta expressão no âmbito público.” (BAHIA, 2011, p. 199)

Atualmente, a igreja luterana possui em papel importante para a vida social da comunidade, prestando auxílio a enfermos, principalmente acometidos com o câncer. Promove encontros e palestras a fim de divulgar informações sobre diversas doenças que acometem a população, conscientizando-as de sua prevenção e tratamento. Participam também de ações da prefeitura do município, ajudando na organização das festas tradicionais do município e civis, estando presente na vida do pomerano desde o seu nascimento até sua morte. A igreja para o pomerano “[...] é um ponto de sociabilidade de fundamental importância na vida destes camponeses. Tudo o que acontece na comunidade se reflete na espera religiosa” (BAHIA, 2011, p. 25).

2.3 PARÓQUIA DE JEQUITIBÁ: A IGREJA MÃE DA IMIGRAÇÃO POMERANA EM SANTA MARIA DE JETIBÁ

A história da Paróquia luterana de Jequitibá remonta ao início da ocupação da região de Caramuru e está ligada à história da paróquia de Luxemburgo. Desde 1857, a paróquia de Luxemburgo atendia aos colonos da localidade, que ia crescendo com o aumento cada vez maior de membros. “Assentados na colônia de Santa Leopoldina, essas famílias oriundas da Pomerânia, tinham que penetrar cada vez mais floresta adentro, indo em direção a cabeceira do rio Santa Maria” (GAEDE, 2012, p. 59). Logo, a distância a ser percorrida pelos colonos até o templo mais próximo tornou-se inviável⁴⁷, desejando que fosse construído um novo templo, próximo, para que pudessem participar dos cultos e que as crianças pudessem frequentar as aulas. Em 1878, uma assembleia comunitária local foi realizada, em que se decidiu pela convocação de um novo pastor e pela aquisição de “[...] um terreno por 600 mil reis na localidade de Jequitibá” (GAEDE, 2012, p. 59) para a construção de um novo templo.

Entre os anos de 1879 até 1872, a comunidade de Jequitibá se reunia em uma pequena capela escola. Somente em 1881, decidiu-se sobre a construção oficial do templo. Sobre a escolha do lugar, Gaede (2012, p. 60) afirma que

⁴⁷ “Muitos tinham que sair de casa as duas horas das madrugadas quando queriam frequentar os cultos ou batizar seus filhos” (GAEDE, 2012, p. 58).

[...] não havia concordância a respeito do lugar. Uma parte dos membros queria que a sede fosse na capela de “Belém”, em baixo São Sebastião. Outra parte queria que a sede se localizasse em Caramuru. Tanto num como noutro caso, uma das partes teria que passar por cima de morros para chegar à igreja. Por isso decidiu-se comprar uma terra no alto dos morros. Assim nenhuma das partes da paróquia teria vantagem sobre a outra. Ambas tinham que subir os morros para ir à igreja.

Em 1882, iniciou-se a construção do templo da igreja, sendo lançada a pedra fundamental para a construção no dia 06 de janeiro de 1882. No relato apresentado por Gaede (2012, p. 61), é possível observar de que maneira homens e mulheres, em regime de mutirão, ergueram sua igreja. Era uma construção simples, sem uma torre central, apenas com uma estrutura de madeira ao lado que serviria de apoio para os sinos. Atrás da igreja, foi construída a casa pastoral. A respeito de seu método construtivo e materiais utilizados, Gaede (2012, p. 61) aponta que,

[...] para construir as paredes, foram construídos estaleiros sobre o fundamento de rocha. Com tábuas, faziam-se formas de mais ou menos um metro de largura. Lá eram jogadas pedras quebradas (um tipo de brita) e terra seca. Tudo isso era socado até que ficasse úmido. Quando isso acontecia, era sinal de que a parede estava ficando firme. Não havia tijolo, nem cimento, nem lajotas. Somente o material que a natureza oferecia: barro e pedras [...]. Depois de edificadas as paredes, foram feitos caibros, pranchões, janelas, portas e tabuinhas para a cobertura do telhado. Tudo foi fabricado com madeira tirada da própria terra da Comunidade [...]. Os grossos troncos de madeira eram rolados diretamente sobre o teto da igreja, pois havia uma ladeira desde a mata até a nova construção. Antes a madeira era trabalhada sobre a barreira ao lado da igreja. Foram necessários apenas nove meses para que a construção ficasse pronta.

No dia 28 de setembro de 1882, a construção foi inaugurada com uma grande festa na comunidade (Figura 30). Ao lado da construção principal, foi erguida uma torre de madeira, que acomodaria os dois sinos encomendados da Alemanha⁴⁸. Era uma torre simples, pois a comunidade não dispunha de recursos para a construção de uma definitiva

⁴⁸ “Os sinos vieram de navio até o porto de Vitória. Depois foram transportados por canoas até o Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina. Aí começou a parte mais dura: transportar os sinos até Jequitibá. Este trabalho foi feito pelos próprios membros da Comunidade, que as carregaram sobre varas de madeira. Foi um longo caminho! Trinta quilômetros, serra acima”. (GAEDE, 2012, p.62)

Figura 30: Inauguração do primeiro templo de Jequitibá.



Fonte: Acervo digitalizado da paróquia de Jequitibá.

No ano de 1937, a partir de donativos dos próprios membros, iniciou-se a construção de uma nova torre anexa à construção principal, ficando pronta no ano seguinte (Figura 31 e Figura 32). No dia 27 de fevereiro de 1938, a torre foi inaugurada (Figura 33).

Figura 31: Construção da atual torre da paróquia de Jequitibá (1937).



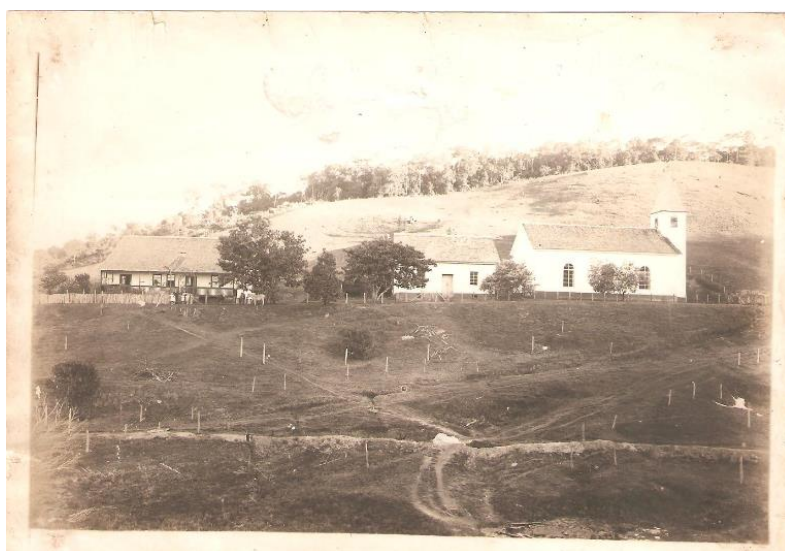
Fonte: Acervo digitalizado da paróquia de Jequitibá

Figura 32: Dia de festejo na paróquia de Jequitibá (1970), com a igreja com torre aos fundos.



Fonte: Acervo digitalizado da paróquia de Jequitibá.

Figura 33: Da esquerda para a direita: Casa paroquial, escola e igreja já com torre.



Fonte: Acervo digitalizado da paróquia de Jequitibá.

Conhecida como “igreja mãe”, a igreja de Jequitibá representa a força e a fé pomerana. O modo com que foi construída é um verdadeiro exemplo da importância da religião luterana na vida dessa comunidade, que via a igreja não somente como

um local de confessar a sua fé, mas como um local de apoio e ajuda para sobreviverem em uma terra diferente e sem o apoio adequado das autoridades locais da época.

Aos fundos da igreja, como de costume, foi construída a escola. A educação de seus filhos sempre foi uma grande preocupação para os pomeranos. Para sua construção, foram utilizados os mesmos métodos utilizados para erguer a igreja. Os próprios pastores eram também os professores, que ensinavam as disciplinas básicas, além da língua alemã. Atualmente, nessa construção, são realizados os encontros de ensino confirmatório, reuniões e encontros da comunidade.

Em 1974, o pátio externo e o coreto foram construídos (Figura 34). Hoje o espaço é utilizado para ensaios do grupo de trombonistas da comunidade e para a realização das festas da comunidade.

Figura 34: Construção do pátio externo à frente da igreja e do coreto.



Fonte: Acervo pessoal de Lucinei Volbrecht.

Com o passar dos anos, o templo de Jequitibá sofreu algumas reformas, necessárias, principalmente, em decorrência da ação de insetos xilófagos sob a madeira na parte interior do templo. A primeira reforma interna ocorreu em 1991, durante o pastorado

do Pastor Edgar Volbrecht⁴⁹ (1969-2000). Nesse período, o templo sofreu uma ampliação, sendo demolida a parede localizada atrás do antigo altar e do púlpito de madeira, ambos remanescentes do período de fundação da paróquia (Figura 35 e 36). Para a reforma, estes foram retirados e substituídos, sendo construídos um novo altar e um novo púlpito de cimento e granito (Figura 37). As janelas de madeira foram substituídas por janelas de alumínio.

O piso original da igreja possuía uma faixa de ladrilho hidráulico que revestia o corredor principal da igreja e o altar. Nas laterais do presbitério, onde se localizam os bancos, o piso de cimento foi deixado sem revestimento. Durante a reforma, o piso foi retirado, sendo colocado granito na nave e cerâmica no presbitério.

O forro de madeira e algumas peças estruturais do telhado (também em madeira) precisaram ser substituídos, visto que estavam acometidas pelo ataque de cupins. Para o novo forro foi utilizado o PVC, material escolhido pelo pastor e pelo conselho da igreja pelo seu valor mais acessível, maior facilidade de manutenção e limpeza e pela sua durabilidade.

Figura 35: Antigo altar da paróquia de Jequitibá: Altar, cruz e púlpito em madeira.



Fonte: Acervo da paróquia de Jequitibá.

⁴⁹ Pastor luterano de descendência germânica do Rio Grande do Sul. Foi encaminhado para assumir a comunidade de Jequitibá no ano de 1969, indo com toda a sua família para a região. Foi o primeiro pastor brasileiro a assumir a comunidade. Em seus anos de ministério, o pastor Edgard foi um grande incentivador da preservação da cultura pomerana, presando pela manutenção da língua e dos costumes.

Figura 36: Celebração de confirmação na paróquia de Jequitibá: Antar, púlpito e cruz ainda em madeira.



Fonte: Acervo pessoal de Lucinei Volbrecht.

Figura 37: Interior da paróquia de Jequitibá com seu atual altar e púlpito. Tradução da frase do alemão para o português: “Deus é castelo forte”.



Fonte: Acervo da autora.

No dia 24 de dezembro de 1992, durante a celebração do culto de Natal, a parte superior do coro da igreja, construído de madeira, cedeu e caiu, ferindo levemente alguns membros. No ano seguinte, um novo espaço em cimento foi construído no mesmo local do anterior (Figura 38).

Figura 38: Atual coro da paróquia de Jequitibá, construído após a queda do coro de madeira.



Fonte: Acervo da autora.

Durante o pastorado do Pastor Marcos Volbrecht (2009- Atualmente), no ano de 2012, o piso de cerâmica do presbitério foi retirado e substituído por granito. Essa foi a última grande reforma realizada internamente no templo.

O interior do templo reflete os três pilares da fé luterana: “Proclamação (púlpito), o sacrifício (altar) e o nascimento da fé (batistério).” (CORONA, 2012, p. 77). O escrito em alemão na parte interior do arco “*Ein fest Burg ist unser Gott*”⁵⁰ demonstra a forte influência da língua alemã até os dias atuais na comunidade. A fachada atual do templo possui as características da arquitetura religiosa pomerana: presença de uma torre central para acomodar os sinos, simetria, telhado com duas águas e a cruz central (Figura 39).

⁵⁰ Tradução do alemão: “Deus é nosso castelo forte”.

Figura 39: Da esquerda para a direita: Templo de Jequitibá em 1970; Fachada do templo da paróquia de Jequitibá em 2022.



Fonte: Acervo digitalizado da paróquia de Jequitibá.

No ano de 2022, a comunidade comemorou os 140 anos da inauguração de seu templo, celebrando a data com um culto de ação de graças, presidido pelo pastor responsável, Marcos Volbrecht, contando também com a participação de pastores convidados de comunidades próximas. Após o culto, a comunidade preparou um almoço e uma grande festa no pátio da paróquia (Figura 40).

Figura 40: Festa e culto de ação de graças dos 140 anos da inauguração do templo de Jequitibá, em setembro de 2022.



Fonte: Acervo da autora.

2.4 AS SENHORAS DA “OASE JEQUITIBÁ”

A história do grupo de mulheres “Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas” (OASE) iniciou-se, no Brasil⁵¹, em 15 de agosto de 1899, com a fundação do grupo *Frauenverein*⁵², na cidade de Rio Claro, localizada no interior do estado de São Paulo. Segundo Baesky (1999 p. 20), “[...] seu objetivo inicial era reunir recursos para construir a torre da igreja local e nela instalar os sinos. O dinheiro viria da venda de trabalhos manuais”. Com o lema de “Comunhão, testemunho e serviço”, o grupo logo cresceu e nos anos seguintes, principalmente a partir de 1910, expandiu-se para novas comunidades luteranas na região sul e sudeste.

No Espírito Santo, o primeiro grupo de mulheres OASE foi fundado na paróquia luterana de Domingos Martins, no ano de 1936 (BAESKY, 1999). Na paróquia de Jequitibá, o grupo de mulheres “Oase Jequitibá” iniciou suas atividades em 1971, tendo como fundadora e incentivadora a senhora Maria Volbrecht (esposa do pastor Edgar Volbrecht). Nos dias de culto, o convite era feito pelo pastor Edgar, convidando e incentivando as mulheres a participarem do novo grupo que estava se formando. Segundo Marcos Volbrecht, sua mãe, Maria Volbrecht, contava que, no início, o grupo enfrentou resistência por parte dos maridos dessas mulheres. Para Marcos, o fato de o grupo ser uma novidade na época, que tiraria as mulheres de casa por algumas horas, causou desconfiança em boa parte dos homens. Com o tempo, essa situação foi amenizando.

O grupo, também conhecido como “Lidia”⁵³ (Figura 41), reunia-se na igreja para a realização de estudos bíblicos, leituras e cantos em alemão. Aos poucos, o grupo foi crescendo, funcionando como um importante auxílio na comunidade, principalmente na organização das festas comunitárias, cuidando principalmente do setor de comidas (Figuras 42 e 43).

⁵¹ A origem da “Oase” no Brasil está ligada a criação da Sociedade Auxiliadora Evangélico Eclesiástica em no final do século XIX na Alemanha.

⁵² Tradução do alemão: Sociedade de senhoras.

⁵³ Personagem bíblica do novo testamento.

Figura 41: Primeiro grupo de mulheres da “Oase Jequitibá”



Fonte: Acervo pessoal de Lucinei Volbrecht.

Figura 42: Mulheres da “Oase Jequitibá” preparando torta salgada para festa da comunidade (1997).



Fonte: Acervo pessoal de Lucinei Volbrecht.

Figura 43: Mulheres da “Oase Jequitibá” preparando alimento para festa da comunidade.



Fonte: Acervo pessoal de Lucinei Volbrecht.

Atualmente, a Oase Jequitibá funciona como um setor de trabalho da Igreja de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). O grupo atual é formado por aproximadamente 23 mulheres (Figura 44).

Figura 44: Grupo atual de mulheres da “Oase Jequitibá”



Fonte: Acervo pessoal de Lucinei Volbrecht.

As reuniões ocorrem sempre na primeira quarta-feira do mês, sendo realizadas no salão paroquial da comunidade, a partir das 19 horas (Figura 45). Presididas pelo pastor da comunidade, Marcos Volbrecht, os encontros iniciam-se com cantos em português e/ou alemão (Figura 46). Em cada encontro, são lidas passagens bíblicas e levantadas questões não somente religiosas, sendo trazidas, também, questões do dia a dia da mulher para serem debatidas na roda.

Todas possuem a oportunidade de participar, expressando suas opiniões e trazendo questionamentos também. Em cada encontro, participam uma média de 15 a 20 mulheres. Nas reuniões, é possível observar a presença de mulheres entre 30 e 70 anos. Essa diferença de gerações traz uma grande riqueza para as conversas, sendo possível a troca de vivências entre diferentes gerações de mulheres pomeranas.

Figura 45: Reunião do grupo atual de mulheres da “Oase Jequitibá” (2023).



Fonte: Acervo da autora.

Figura 46: Início da reunião da “Oase Jequitibá” (2023), com cantos luteranos.



Fonte: Acervo da autora.

A igreja, em conjunto com as famílias, tenta manter as tradições pomeranas vivas. Nas reuniões, são levantados assuntos do cotidiano, familiares e comunitários. A Língua Pomerana aparece constantemente nas falas das senhoras. Muitas delas relatam em seus diálogos a dificuldade de manterem algumas tradições atualmente, principalmente com os filhos e netos, demonstrando sua preocupação com a perpetuação desses ensinamentos.

Segundo o pastor Marcos Volbrecht, a atual geração de mulheres, que compõe a Oase Jequitibá, vivenciou em sua história, principalmente na infância, diversas tradições pomeranas, trazendo na memória costumes e práticas ainda muito enraizadas. Em suas casas, elas continuam a praticá-los, buscando ensinar a seus filhos e netos. Para Marcos, o que se mantém nos dias de hoje é o que é praticado por essas senhoras, seja em casa, seja na comunidade, tendo, assim, essas mulheres um papel fundamental na preservação do patrimônio pomerano de sua comunidade e na sua perpetuação para as gerações mais novas.

Através de grupo de celular, criado pelo pastor Marcos Volbrecht, visando a facilidade na interação do grupo, elas compartilham testemunhos e imagens dos principais símbolos pomeranos luteranos que confeccionam em casa, como a árvore de Páscoa,

arvore de Natal e a coroa de Pentecostes.

No grupo atual da Oase, encontramos algumas senhoras que pertencem ao primeiro grupo de mulheres formado em 1971, como as senhoras Elza, Renalha e Elmira. Estas continuam a envolver-se ativamente nas atividades, participando de reuniões e eventos.

CAPÍTULO 3: DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O terceiro capítulo apresenta a metodologia proposta pela autora para o desenvolvimento desta pesquisa. Dessa forma, serão apontados os procedimentos e diretrizes utilizados pela pesquisadora para a realização das entrevistas individuais, baseados nos estudos de Ecleia Bossi, José Carlos Sebe Meihy e Fabíola Holanda e também na roda de conversa, com as diretrizes presentes no Roteiro para roda de conversa sobre o PNAES (s.d) e, também, apresentadas por Lisboa (2020); Marcia Cristina Henares de Melo e Gilmar de Carvalho Cruz (2014); Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo e Tacinara Nogueira de Queiroz (2012).

Quanto aos objetivos da pesquisa, este estudo caracteriza-se como teórico-exploratório documental, pois busca aprofundamento sobre a cultura e a história pomerana, emergidas a partir da voz das mulheres da comunidade de Jequitibá-Espírito Santo. Nesse sentido, articula uma discussão sobre memória, patrimônio, identidade e história oral, aliado à coleta de narrativas de uma sociedade oral.

É uma pesquisa documental, pois utilizou fontes primárias, tais como: fotografias e jornais antigos coletados em acervos sobre a imigração pomerana presentes na comunidade de Jequitibá, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na Secretaria de Cultura do Espírito Santo (SECULT), no Acervo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) com o “Projeto Imigrantes”. Informações provenientes da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá complementam a coleta de informações sobre o tema.

A pesquisa documental também utiliza álbuns familiares de fotografias antigas e artefatos trazidos pela comunidade para auxiliar no processo de evocação das

memórias. Sendo assim, “[...] o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares” (GODOY, 1995, p. 21) fazem parte de uma pesquisa documental e constituem uma rica fonte de dados a serem explorados sobre a cultura pomerana.

No que se refere à abordagem do problema, o presente estudo se caracteriza como qualitativo, de inspiração etnográfica. É uma pesquisa qualitativa pois trabalha com uma amostra reduzida da população. É também uma pesquisa de inspiração etnográfica, pois descreve as narrativas orais individuais e coletivas do grupo de senhoras “Oase”, com idades entre 30-100 anos, da paróquia evangélica de confissão Luterana de Jequitibá, localizada no distrito de Caramuru, município de Santa Maria de Jetibá-ES.

A escolha das histórias orais como metodologia da pesquisa se deu a partir da compreensão de que as narrativas e a fala são ferramentas importantes na preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições de uma sociedade tradicional oral. Através da arte de contar e de traduzir em palavras as memórias coletivas no tempo, são importantes canais de transmissões das experiências entre as gerações, contando desde as experiências da vida cotidiana a grandes acontecimentos. Portanto, funcionam, assim, como transmissoras de conhecimento e suportes das identidades coletivas, possibilitando o reconhecimento do indivíduo em seu grupo.

Segundo Godoy (1995, p. 21), na pesquisa qualitativa, o pesquisador

[...] vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

Nesta pesquisa, o trabalho de campo coletará as histórias orais e as narrativas a partir de entrevistas individuais e rodas de conversas. Este estudo foi dividido em quatro fases: a) Revisão bibliográfica e pesquisa documental; b) Pesquisa qualitativa

etnográfica; c) Compilação de dados e análise dos resultados; e d) Retorno do conteúdo registrado para a comunidade, conforme ilustra a Tabela 05.

Tabela 05: Etapas da pesquisa.

CRONOGRAMA DE ESTAPAS		
ETAPA DA PESQUISA	DELINEAMENTO DO ESTUDO	OBJETIVO
FASE A	Revisão bibliográfica e pesquisa documental	Leitura de bibliografias fundamentais referentes a temática; Pesquisa de fontes primárias nos arquivos públicos e privados; Consulta e registro dos álbuns de fotografia.
FASE B	Pesquisa qualitativa etnográfica;	Idas a campo. Realização das rodas de conversa e entrevistas individuais. Coleta das narrativas orais evocadas pelas senhoras da “Oaşe Jequitibá. Análise dos álbuns de fotografia e objetos apresentados por elas durante os encontros propostos.
FASE C	Compilação de dados e análise dos resultados	Transcrição das entrevistas e falas coletadas nas rodas de conversa e entrevistas; Elaboração de matrizes analíticas e análise dos resultados
FASE D	Retorno do conteúdo registrado para a comunidade	Elaboração de material escrito para a comunidade.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A primeira etapa deste estudo (A) - revisão bibliográfica e pesquisa documental – consistiu na pesquisa acerca dos temas: “Memória/identidade; Narrativas e História Oral; “Patrimônio Cultural”; “Imigração Pomerana”, “Presença Luterana no Espírito Santo”, “Patrimônio Pomerano material e imaterial”; além das fontes bibliográficas, pautadas em autores clássicos e atuais, a pesquisa utiliza fontes primárias consultadas em arquivos públicos e privados para embasar a discussão. Documentos trazidos pela própria comunidade também são utilizados como fonte documental.

Para a segunda fase desta pesquisa (B), a pesquisadora se baseou nas diretrizes de projeto para aplicação da história oral como metodologia, apresentadas pelos autores Ecleia Bosi (2003), José Carlos Sebe Meihy e Fabíola Holanda (2007). A compilação dessas orientações é apresentada na tabela 06 abaixo.

Tabela 06: Desenho metodológico proposto pela autora.

DESENHO METODOLOGICO		
ORIENTAÇÃO	OBJETIVOS	BIBLIOGRAFIA UTILIZADA COMO BASE
Projeto de História oral	Elaboração do projeto metodológico de história oral: "Memórias de Jequitibá: histórias e patrimônio cultural pomerano contados pelas senhoras da Oase".	MEIHY; HOLANDA 2007
Definição do grupo a ser estudado	Grupo: Comunidade de Jequitibá- ES Colônia: Mulheres da comunidade luteranas da Paróquia de Jequitibá Rede: Grupo da Oase Jequitibá com senhoras entre 50 e 100 anos	MEIHY; HOLANDA 2007
Pré projeto	Participação em encontros da Oase para apresentação da pesquisadora e da pesquisa a ser desenvolvida na comunidade, mostrando seus objetivos e métodos. Escuta das sugestões apresentadas pelas senhoras a respeito da condução e realização dos encontros.	Bosi (2003)
Definição do Local e data de das rodas de conversa	Local definido pela pesquisadora junto com a	Bosi (2003) e MEIHY; HOLANDA 2007;

	<p>comunidade: Salão paroquial da paróquia de Jequitibá.</p> <p>Primeira roda de conversa: 03/05/2023 às 18:30 horas</p>	
Definição do local e data das entrevistas individuais	Local definido: Residência própria das senhoras da Oase. Data ainda a definir de acordo com a disponibilidade das entrevistadas que aceitaram participar das entrevistas	Bosi (2003) e MEIHY; HOLANDA 2007
Fichas de aceite	Termo de cessão de direitos autorais e Termo de consentimento de imagem	MEIHY; HOLANDA 2007
Roda de conversa	<p>Registrar as memórias individuais e coletivas evocadas pelas senhoras durante a roda de conversa. Para auxiliar no processo de rememoração faz-se o uso de fotografias e objetos próprios de herança trazidos pelas participantes.</p> <p>Falas em português ou Pomerano</p>	Bosi (2003); MEIHY; HOLANDA 2007; Lisboa (2020); Melo; Cruz (2014); Figueiredo; Queiroz (2012); Roteiro para roda de conversa sobre o PNAES (s.d)
Entrevistas Individuais	<p>Registrar as memórias evocadas pelas senhoras mais idosas do grupo “Oase Jequitibá”. Por algumas apresentarem limitação para se locomoverem optou-se pela ida até suas residências.</p> <p>Falas em português ou Pomerano</p>	Bosi (2003) e MEIHY; HOLANDA 2007

Gravações	Gravação, por meio de gravador, celulares e câmera fotográfica, da roda de conversa e das entrevistas individuais.	Bosi (2003) e MEIHY; HOLANDA 2007
Transcrição e tradução	Tradução das falas em pomerano com o auxílio de Nivaldo Kiister e Marcos Volbrecht. Transcrição literal das entrevistas Textualização do material gravado	MEIHY; HOLANDA 2007
Análise dos resultados	Produção de textos, gráficos e nuvens de palavra de acordo com as memórias apresentadas e coletadas	Bosi (2003) e MEIHY; HOLANDA 2007
Conferência e autorização para uso	Conferência final do material produzido e apresentado a comunidade para sua aprovação	MEIHY; HOLANDA 2007
Retorno a comunidade	Produção de material para toda a comunidade de Jequitibá	Bosi (2003) e MEIHY; HOLANDA 2007

Fonte: Elaboração própria, 2023.

3.1 PROJETO DE HISTÓRIA ORAL E DEFINIÇÃO DO GRUPO A SER ESTUDADO

O desenvolvimento desta etapa iniciou-se no primeiro ano do mestrado (2022), com a coleta do máximo de informações possíveis sobre a Paróquia de Jequitibá e do grupo de pesquisa escolhido como objeto de estudo: as senhoras “Oase Jequitibá”. Dessa maneira, foi possível desenvolver um projeto de história oral, tal como orientação de

Meihy e Holanda (2007). No projeto foram delimitados alguns pontos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

O primeiro deles foi a definição do grupo a ser estudado. Nesta pesquisa ele pode ser definido como: grupo - Comunidade de Jequitibá/ES; colônia - Mulheres da comunidade luterana da Paróquia de Jequitibá; rede - Grupo da Oase Jequitibá com senhoras entre 30 e 100 anos. A escolha desse grupo de mulheres dentro da comunidade se deu a partir da compreensão da força dos grupos da “Oase” dentro das comunidades pomeranas luteranas do interior de Santa Maria de Jetibá, sendo um grupo tradicional, contínuo e composto por diversas senhoras que desempenham papel de liderança e destaque em sua comunidade (Figura 47).

Figura 47: Senhoras membras da Oase Jequitibá em confraternização de Natal no dia 09/12/2023.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Para o projeto de história oral, foram definidos, também, os objetivos que buscou-se alcançar com a metodologia da roda de conversa e das entrevistas individuais, possibilitando que no final fossem identificados os artefatos e práticas reconhecidos

pelas senhoras da Organização Auxiliadora de Senhoras Evangélicas – “Oase - Jequitibá” como patrimônio cultural pomerano da comunidade Luterana de Jequitibá.

Foram desenvolvidos, também, a justificativa da pesquisa, para que pudesse ser apresentada à comunidade de Jequitibá, explicando às senhoras da Oase e ao pastor responsável pela comunidade (Marcos Volbrecht) a importância desta pesquisa não somente para a comunidade em questão, mas para todo o povo pomerano do município de Santa Maria de Jetibá. Além disso, buscou-se trabalhar com metodologias participativas que pudessem atender ao objetivo proposto, dividindo-a em duas partes: a roda de conversa e as entrevistas individuais.

Após a definição do grupo, o projeto foi submetido à Plataforma Brasil para aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos - aprovação n. 69752823.2.0000.5064.

3.2 RODA DE CONVERSA

Nessa etapa, desenvolvida durante o segundo ano do mestrado, foram realizadas pesquisas bibliográficas, buscando embasamento em diferentes autoras para o desenvolvimento adequado da roda de conversa com as senhoras da Oase Jequitibá.

3.2.1 Conceituação da roda de conversa

A metodologia da roda de conversa consiste em um método de pesquisa que proporciona “[...] a reconstrução dos conhecimentos a partir da interação com os interlocutores” (LISBOA, 2020, p.168). Dessa forma, pode ser percebida como “mais que um instrumento de coleta de dados, mostrando-se um eficiente espaço de reflexão, capaz de promover avanços nas relações que se estabelecem no cotidiano” (MELO; CRUZ, 2014, p.38), visto que, “[...] ao mesmo tempo em que as pessoas falam suas histórias, buscam compreendê-las por meio do exercício de pensar compartilhado, possibilitando a significação dos acontecimentos” (FIGUEIREDO; QUEIROZ, 2012, p. 1).

Segundo orientações do “Roteiro para roda de conversa sobre o PNAES” (s.d, p.3), a roda de conversa é um momento “[...] nos quais os participantes se reúnem, formando um círculo e todos têm oportunidade de expressarem-se, dentro de uma determinada ordem”. As discussões ocorrem em torno de uma temática, selecionada de acordo com os objetivos da pesquisa. Nesse processo, segundo Figueiredo e Queiroz (2012), cada um tem seu direito a fala, podendo as opiniões convergirem ou divergirem entre si. Dessa maneira, “[...] cada pessoa instiga a outra a falar, sendo possível se posicionar e ouvir o posicionamento do outro” (FIGUEIREDO; QUEIROZ, 2012, p. 2), mantendo respeito entre os participantes, a fim de que todos sintam-se seguros e confortáveis para falar (ROTEIRO PARA RODA DE CONVERSA SOBRE O PNAES, s.d, p. 3).

Para auxiliar no desenvolvimento da roda de conversa, faz-se importante a figura do mediador. Este tem a função de organizar e conduzir os diálogos, garantindo a participação igualitária de todos e atendendo aos critérios de estruturação da discussão previamente estabelecidos (MELO; CRUZ, 2014).

Para a utilização dessa metodologia, o “Roteiro para roda de conversa sobre o PNAES” (s.d) orienta para que o pesquisador realize um planejamento prévio, antes da data agendada, para a realização da roda de conversa, definindo assim: o tema e os objetivos que se busca obter; o local, data e horário, observando sempre a disponibilidade dos participantes; a previsão do número de participantes; o tempo previsto para a atividade, tendo hora para terminar.

Recomenda-se também que, para sua realização, “[...] as rodas de conversa não sejam realizadas com um número excessivo de pessoas. No entanto, é possível adaptar a quantidade de atividades que serão desenvolvidas ao número de participantes”. (ROTEIRO PARA RODA DE CONVERSA SOBRE O PNAES, S.D). É importante, também, a preparação previa do local em que a reunião aconteceria, proporcionando uma melhor interação entre os participantes.

3.2.2 A roda de conversa com as senhoras da Oase

Nesse primeiro momento, a pesquisadora buscou se aproximar da comunidade, participando dos encontros mensais do grupo, que acontecem sempre na primeira quarta-feira do mês às 19 horas. Isso possibilitou que as senhoras conhecessem um pouco da história da pesquisadora e que ela pudesse fazer parte do cotidiano do grupo, ambientando-se à comunidade e gerando vínculos. Da mesma forma, foi possível compreender a melhor maneira de conduzir as rodas de conversas e entrevistas, observando o vocabulário, modos de agir e aquelas senhoras que possuíam dificuldade em falar o português. Durante as reuniões, a pesquisadora teve a oportunidade de apresentar a pesquisa proposta, explicando seus objetivos e métodos. Também foi o momento de ouvi-las, levando em consideração suas opiniões e sugestões quanto à pesquisa.

O primeiro encontro aconteceu no dia 11 de maio de 2022, em uma de suas reuniões mensais. Durante todo o ano de 2022, a pesquisadora pode participar de reuniões, cultos e festividades da comunidade, com idas mensais ao distrito de Caramuru.

Para a realização da roda de conversa com as senhoras da “Oase Jequitibá”, a pesquisadora definiu, em conjunto com a comunidade no encontro realizado no dia 13 de abril de 2023, o local e a data em que seria realizada a primeira roda com o grupo. Dessa maneira, ficou acordado que a roda de conversa aconteceria no dia 03 de maio de 2023 às 18:30, no salão paroquial da paróquia luterana de Jequitibá.

Para esse momento, a pesquisadora pediu para que no dia agendado, as senhoras trouxessem objetos que para elas representassem a cultura tradicional pomerana e que elas considerassem importantes para sua família, comunidade e história. Também foi pedido para que trouxessem fotos antigas da família, da comunidade ou que representassem as diferentes manifestações do patrimônio imaterial pomerano.

Em conversas com a comunidade, as senhoras participantes relataram o desejo de que a roda fosse realizada durante os encontros mensais do grupo, no salão paroquial da comunidade. Ao mesmo tempo, expressaram que gostariam que todas participassem, não tendo assim um número máximo de participantes, como orienta a literatura e o roteiro para roda de conversa sobre o PNAES.

Cabe ressaltar ainda que, para um melhor andamento e condução das conversas, as entrevistadas foram orientadas a escolherem o idioma que mais se sentissem confortáveis para contar a respeito de suas memórias. Dessa forma, o português e pomerano poderão ser utilizados. Caso o idioma pomerano seja escolhido pela participante, ocorrerá a necessidade de interpretes (Pastor da comunidade de Jequitibá, Marcos Volbrecht e também o pai da pesquisadora, Nivaldo Kiister) para que a conversa possa ser melhor conduzida.

O primeiro encontro teve a participação de 22 senhoras (Figura 48), além do pastor responsável, Marcos Volbrecht e os pais da pesquisadora, Nivaldo Kiister e Rita Cátia Kiister, totalizando 25 participantes. Os pais da pesquisadora a acompanharam para auxiliar nas gravações e organização da roda. As senhoras reuniram-se no salão paroquial da igreja e estavam animadas para a reunião, arrumando uma mesa ao centro onde colocaram os objetos que trouxeram de casa (Figura 49). Ao redor, as cadeiras foram arrumadas em forma de roda. Destaco aqui que algumas senhoras trouxeram também suas filhas mais novas para que pudessem participar e assistir ao encontro⁵⁴.

Figura 48: Senhoras presentes na roda de conversa no dia 03/05/2023- Jequitibá - ES.



Fonte: Acervo da autora, 2023

⁵⁴ Isto possibilitou com que a pesquisadora tivesse acesso não somente as memórias mais antigas das senhoras participantes da “Oase”, mas também de suas filhas, podendo perceber as memórias que estas mulheres mais jovens trazem de sua infância e de que maneira enxergam a importância da preservação de suas tradições e raízes.

Figura 49: Mesa com objetos da cultura pomerana trazidos pelas senhoras.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

O encontro iniciou-se com cantos luteranos e uma palavra bíblica de reflexão proferida pelo Pastor Marcos Volbrecht. Logo após, a pesquisadora explicou a respeito dos termos de cessão de direitos autorais e termo de consentimento de imagem (Apêndices 1 e 2). Para um melhor registro de participação, também foi passada uma lista de presença (Apêndice 3). Tendo assinados, a pesquisadora explicou a condução da roda as participantes, pedindo que cada uma se apresentasse, contasse um pouco sobre sua história, a quanto tempo estava na comunidade e falasse sobre o objeto que trouxeram, contando histórias, as memórias de infância que possuíam. Àquelas que não trouxeram objetos, foi pedido então que falassem sobre algum dos que estavam expostos. Dessa forma, todas tiveram a oportunidade de falar.

A pesquisadora iniciou a fala se apresentando e contando um pouco da história de sua família pomerana e sua relação com a paróquia de Jequitibá. Em sentido horário, as demais participantes tiveram a palavra. Duas senhoras mais idosas (Renália e Adaura) preferiram falar em pomerano. Nesse momento, a pesquisadora pediu ao Pastor Marcos que auxiliasse na tradução.

A roda de conversa durou aproximadamente três horas, tendo muitos momentos de memórias afetivas felizes da infância e lembranças de antepassados já falecidos. Ao final, foram feitas fotos e um lanche partilhado (Figura 50).

Figura 50: Lanche partilhado com a comunidade.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

3.3 ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

Em conversa com a comunidade, a pesquisadora definiu, junto com as senhoras do grupo “Oase Jequitibá”, que as entrevistas individuais aconteceriam na residência das daquelas que desejassem participar da pesquisa, visto que algumas dessas senhoras possuem limitações de locomoção. Para essa parte, foram previstas, inicialmente, quatro entrevistas. Ao final dessa fase, foram contabilizadas seis entrevistas, com duração de aproximadamente 50 minutos cada.

O primeiro convite para as entrevistas foi realizado pela pesquisadora presencialmente, após o término da roda de conversa. Para essa fase, estabeleceu-se o critério de idade, convidando senhoras que tivessem mais de 60 anos. Além disso, buscou-se senhoras de famílias tradicionais na comunidade. Dessa maneira,

as senhoras participantes foram: Elza Holz (84 anos), Helena Gröner (61 anos), Tereza Gröner (61 anos) e Sabina Laurett (71 anos). No dia, estavam presentes também a senhora Elizete Holz (36 anos), neta da senhora Ela Holz, e a senhora Agnelda Laurett (41 anos), filha da senhora Sabina Laurett.

A confirmação e agendamento das datas foi realizado por meio eletrônico, sendo respeitado o melhor dia e horário para as participantes. Em comum acordo, a primeira data para a entrevista foi agendada para o dia 16 de setembro de 2023, a partir das 11 horas da manhã.

No dia previsto, a pesquisadora se dirigiu à residência da primeira entrevistada: Elza Holz (84 anos). Para as entrevistas, a pesquisadora pediu para que cada entrevistada contasse um aspecto importante da cultura pomerana, o que para elas fosse importante preservar para as gerações futuras, como histórias de família, da comunidade, receitas entre outros. Também foi pedido que separassem objetos rememorativos familiares. Para a gravação das entrevistas e registro fotográfico fez-se uso de aparelhos celulares.

Para a entrevista com a senhora Elza, fez-se necessário a presença de sua neta, Elizete Holz, que auxiliou na tradução da conversa do pomerano para o Português (Figura 51). Como objetos rememorativos importante, a senhora Elza mostrou seu vestido de casamento (01), um quadro religioso trazido por seus antepassados da Pomerânia (02) o maquinário utilizado por seu marido para fazer os sapatos para a comunidade (03) e diversas fotos antigas de sua família (04), observados na figura 52. Visto a participação de sua neta no dia da entrevista, as falas de Elizete Holz durante a conversa também foram registradas, transcritas e analisadas.

Figura 51: Entrevista com a Senhora Elza Holz (84 anos). Presença de sua neta Elizete Holz.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 52: Objetos apresentados pela senhora Elza Holz (84 anos).



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Nesse dia, foram realizadas mais duas entrevistas, com as senhoras Helena Gröner (61 anos) e Tereza Gröner (61 anos), irmãs gêmeas.

A entrevista com a senhora Helena foi realizada em sua residência (Figura 53). A conversa foi toda realizada em português. Como objetos rememorativos, foram apresentados álbuns de família e monóculos de fotos. A entrevistada mostrou diversas

fotografias, contando um pouco sobre cada evento, as pessoas ali representadas e as histórias por trás de cada imagem (Figura 54).

Figura 53: Entrevista com Helena Gröner.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 54: Fotografias e monóculo de Helena Gröner.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Nesse dia, a última entrevista foi realizada com a senhora Tereza Gröner, também em sua residência (Figura 55). A entrevistada também apresentou álbuns com fotografias de sua família (Figura 56).

Figura 55: Entrevista com Tereza Gröner.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 56: Álbuns de fotografia de Tereza Gröner.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Ao final de cada entrevista, a pesquisadora presenteou cada participante com uma pequena lembrança, como forma de agradecimento (Figura 57)

Figura 57: Senhoras participantes e pesquisadora.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

A entrevista com a senhora Sabina Laurett (71 anos) foi marcada para o dia 15 de novembro de 2023, as 14 horas, em sua residência. No dia previamente agendado, estavam presentes também para a conversa sua filha, Agnelda (41 anos) e sua neta Ana Luiza (18 anos), que participaram das falas junto com a entrevistada (Figura 58).

Figura 58: Entrevista com a senhora Sabina Laurett (71 anos), acompanhada de sua filha Agnelda e sua neta Maria Luiza (18 anos).



Fonte: Acervo da autora, 2023.

A conversa foi conduzida em sua maior parte em português. Em alguns momentos, o pomerano foi utilizado por parte das entrevistadas para falar a respeito de algum objeto ou acontecimento, sendo necessário a tradução para o português por parte de sua filha Agnelda. Como objetos rememorativos, a senhora Sabina Laurett apresentou um moedor de café e uma lata antiga de biscoito em que guarda as fotos antigas de família, que mostram diversas gerações familiares e, também, fotos de casamentos e festas religiosas. (Figura 59).

Figura 59: Objetos apresentados durante a conversa com a senhora Sabina Laurett: Moedor de café (a esquerda); fotos de família a direita.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Ao final da entrevista, a pesquisadora também presenteou a senhora Sabina e Agnelda com uma pequena lembrança (Figura 60). Visto a participação de sua filha durante a conversa, as falas de Agnelda Laurett também foram registradas, transcritas e analisadas.

Figura 60: Da direita para a esquerda: Agnelda Laurett; Karla Kiister e Sabina Laurett.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

3.4 TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO

Todos os encontros foram gravados, contando com o uso de aparelhos eletrônicos, sendo estes: gravador, telefones celulares e máquina fotográfica. Posteriormente, o material foi transcrito (de forma literal e textualização) e, quando houve necessidade, traduzido do pomerano para o português com o auxílio do pai da pesquisadora, Nivaldo Kiister. As falas foram analisadas, gerando textos, gráficos e nuvem de palavra (resultados da pesquisa).

Para a transcrição do material coletado, fez-se uso da plataforma Pinpoint (Google). Foram transcritas as falas de cada participante de forma literal, mantendo a maneira com que cada uma se expressou, com o uso coloquial da língua e modos de falar, mantendo na escrita a maneira com que as palavras foram pronunciadas e as frases formadas.

3.4.1 Desafios e dificuldades:

- Ruídos, conversas paralelas durante as falas durante a roda de conversa;
- No horário da roda de conversa estava acontecendo no pátio da comunidade o ensaio do grupo de trombonistas. Ao fundo das falas é possível escutar o som dos instrumentos;
- Falas com sotaque que dificultam o entendimento; português com “traços” de pomerano também dificultam a compreensão das falas;
- Algumas senhoras apresentam dificuldade de se expressar em português. Duas participantes preferiram falar em pomerano, sendo necessário, nesse momento, a tradução simultânea das falas para que a pesquisadora pudesse anotar;
- Vergonha e timidez na hora de falar de alguns participantes;
- O aplicativo faz a transcrição geral das falas gravadas, mas não consegue transcrever corretamente todas, fazendo muitas vezes a troca de palavras por não conseguir captar o que estava sendo falado. Dessa forma, foi necessário que a conversa fosse escutada novamente pela pesquisadora e corrigida;
- Palavras em alemão/pomerano faladas pelas entrevistadas não foram registradas pelo aplicativo;

- Quando há várias pessoas falando ao mesmo tempo, o aplicativo não consegue transcrever corretamente as falas;
- O gravador de voz/aparelho celular precisa ficar sempre próximo à pessoa que está falando. Quanto mais próximo, mais fácil fica a compreensão da fala.

3.5 RETORNO A COMUNIDADE

Como ponto importante para a pesquisa, e seguindo as orientações tanto de Bosi (2003) quanto de Meihy e Holanda (2007), o material produzido por esta pesquisa retornará à comunidade, sendo disponibilizadas cópias das gravações, das imagens feitas e dos textos transcritos.

Para além, foi produzido um livreto que será disponibilizado à comunidade de Jequitibá e ao município de Santa Maria de Jetibá como produto de educação patrimonial. Segundo o IPHAN (2023, p. 8), a educação patrimonial compreende, “[...] todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, [...] a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação [...]”, priorizando a construção coletiva de conhecimento e a participação das sociedades detentoras do patrimônio. Bispo (2016, p. 77) corrobora com esse pensamento ao afirmar que a educação patrimonial consiste em uma

[...] prática transformadora que trabalha com a memória enquanto mediadora do patrimônio, seja ele material ou imaterial, buscando fortalecer identidades e, conseqüentemente, promovendo um exercício de cidadania mais equilibrado, em que as pessoas exerçam seus deveres e direitos por se enxergarem como sujeitos e agentes indispensáveis na manutenção social, cultural, histórica da comunidade.

Através dela, torna-se possível o reconhecimento do patrimônio por parte da comunidade e reafirma a importância de sua preservação, valorizando a cultura e afirmando o pertencimento do indivíduo a um grupo social, “[...] formando cidadãos livres, autônomos e sabedores de seus direitos e deveres” (CASCO, 2005, p. 2). A partir de um diálogo permanente, ocorre a troca de conhecimentos e parcerias para a valorização e proteção dos bens patrimoniais.

Além da disponibilização do material produzido, a pesquisa resultou em um livreto intitulado “Memórias de Jequitibá”, produzido no ano de 2024 (Figura 61). Este material conta com as transcrições das entrevistas individuais realizadas durante a pesquisa, junto com as fotografias apresentadas. O livreto constitui uma maneira de registro da história oral e contribui para a preservação da história local.

Figura 61: Capa do livreto “Memórias de Jequitibá”



Fonte: Autora 2024

O projeto é uma produção da autora desta dissertação em conjunto com sua orientadora, Dra. Melissa Ramos da Silva Oliveira e com a aluna de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Vila Velha (UVV), Heleny Campos Rosa. O material será entregue à comunidade de Jequitibá, em especial as senhoras da “Oase Jequitibá”. Também será disponibilizado para a Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, para que possa ser distribuído às comunidades pomeranas do município.

CAPÍTULO 4: RESULTADOS

O capítulo quatro apresenta os resultados obtidos pela pesquisa, a partir da análise das narrativas coletadas durante a roda de conversa e as entrevistas individuais, utilizando-se de textos, imagens e nuvens de palavras elaborados a partir da tabulação dos resultados obtidos. Objetiva-se responder, assim, ao problema de pesquisa proposto.

4.1 RODA DE CONVERSA

A roda de conversa, realizada com as senhoras da Oase Jequitibá, girou em torno dos objetos da cultura pomerana trazidos pelas participantes para o encontro. Ao iniciar a fala, cada senhora contava um pouco sobre o objeto que trouxe ou algum que estava na mesa e que chamasse sua atenção, lembrando histórias de sua vida, de seus antepassados e da comunidade. Na figura a baixo (Figura 62) observa-se os objetos apresentados durante o encontro, sendo eles: ralador de feijão (01); peneira (02); ralador de mandioca/aipim/milho (03) avental (04); ferro de passar roupa a brasa (05); *blosson*⁵⁵ (06); monóculos de fotos (07); tábua de madeira com o número dos cânticos do culto (08); estrela de advento em artesanato (09); disco de vinil (10); pratos (11), xicaras (12) e bule de café (13) pintados com temática floral; baú em madeira para guardar roupas e objetos (14); bíblia em alemão (15); instrumentos (16) e forma (17) utilizados para a produção de sapato; vestido branco de noiva com grinalda (18).

⁵⁵ Instrumento utilizado no campo para comunicação. Funciona como um berrante. Os pomeranos utilizam para avisar para quem está trabalhando no campo que a refeição está pronta.

Figura 62: Objetos levados para a roda de conversa pelas senhoras da Oase Jequitibá.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Após a transcrição literal da roda de conversa, foi possível analisar as falas das participantes e observar os temas mais evocados pelas senhoras pomeranas da Oase Jequitibá - ES. Os objetos trazidos por elas e expostos na mesa central serviram como gatilhos mentais para as memórias, demonstrando as temáticas que, para elas, eram mais fortes e presentes na vida da comunidade pomerana. A tabela abaixo (07) foi construída a partir dos objetos citados nas falas de cada uma das participantes.

Tabela 07: Objetos citados por cada participante durante a roda de conversa.

Nome participante	Objeto rememorativo
Rosiana Sassemberg	Língua pomerana
Elza B Sassemberg	Peneira Fubá; <i>Brot</i> ; Ralador de feijão
Ermelinda Maier	Ralador de feijão; monóculos de fotos
Renália Sager	Máquina de fazer linguiça; Língua Pomerana
Vera Wolfgran	<i>Blosson</i> ; Ferro de passar roupa; ralador de mandioca/aipim; <i>Brot</i> ; bíblia em alemão
Maria Helena Stein Roggo	Língua Pomerana; ralador de aipim/mandioca; <i>Brot</i>
Adaura Borchardt	Ralador de Feijão; peneira; bíblia em alemão
Iranilda Aparecida Prodna	Ralador de feijão; <i>Blosson</i> ; Língua Pomerana; baú de roupas
Sabina Lauret	Bule de café; jogo de canecas e xicaras pintadas; pratos pintados; baú de roupas; <i>Blosson</i>
Agnelda Lauret Zibell	Ralador de feijão; ferro de passar roupa; avental; Língua Pomerana
Maria Eduarda Lauret Zibell	Língua Pomerana; ralador de feijão
Denelda Wolfgrann	Língua Pomerana; ferro de passar roupa; baú
Alcileia Schulz	Língua Pomerana; ferro de passar roupa; bíblia e orações em alemão
Melinda Borchardt	Língua Pomerana; ferro de passar roupa
Helena Kosanke Maia	Língua Pomerana; molde de sapatos
Orli Binoff	Pilão de café; ralador de mandioca/aipim; ferro de passar roupa
Almelinda Holz	Ferro de passar roupa; peneira; ralador de aipim; <i>Brot</i> ; Língua Pomerana

Helena Gröner Holz	Comida pomerana; bíblia em alemão; Língua Pomerana; molde de sapato; baú de roupas, bule; ralador de feijão
Arlete Holz	Língua Pomerana; panela de porco; comida pomerana; peneira; ralador; <i>Brot</i> ; baú de roupas; prato de flores
Marlene Wolfgram Plaster	Ferro de passar roupa; peneira; baú; torrador de café
Tereza Gröner Schaffel	Língua Pomerana; bíblia em alemão; ferro de passar roupa; peneira; <i>Brot</i>
Elinete Guns Krüger	Estrela natal; ferro de passar roupa; ralador de feijão; Língua Pomerana; bíblia em alemão
Elizete Holz	Vestido noiva; molde de sapato; casamento pomerano; bíblia em alemão;
Elimira Holz	---

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ao analisarmos a tabela, podemos observar que os objetos citados se relacionam às seguintes temáticas: religião, a Língua Pomerana, a culinária, utensílios domésticos/pessoais e de trabalho, casamento. São objetos herdados pelas senhoras através de suas mães e avós, trazendo histórias da sua infância e demonstrando a participação da mulher na transmissão do patrimônio pomerano.

A partir da tabela, foi possível elaborar uma nuvem de palavras⁵⁶ síntese (figura 63), evidenciando quais, dentre os dezoito objetos apresentados, foram mais citados durante a roda de conversa, estando os mais lembrados em tamanho destacado na imagem e em ordem decrescente.

⁵⁶ Nuvem de palavras desenvolvida com o auxílio do programa *Pro Word Clound*.

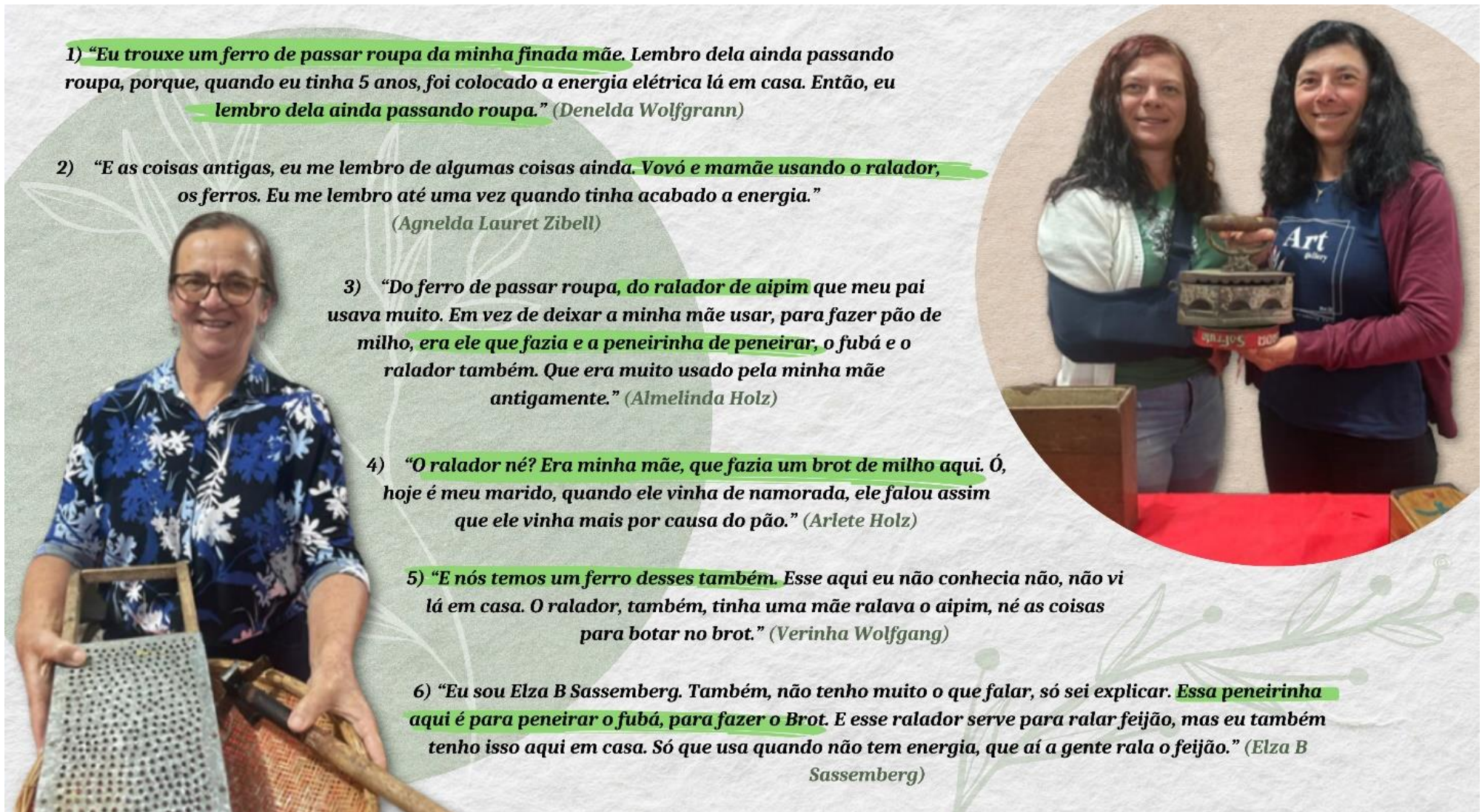
Figura 63: Nuvem de palavras-chave da roda de conversa.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Observa-se, novamente, a presença de quatro temáticas principais que permeiam as falas: utensílios domésticos (Figura 64), representado pelo ralador de feijão, o ferro de passar roupa, a peneira e o ralador de milho/mandioca; a Língua Pomerana (Figura 65); a religiosidade (Figura 66), representada pela bíblia e a gastronomia, representada pelo *Brot*.

Figura 64: Falas das senhoras referentes aos utensílios domésticos.



1) “Eu trouxe um ferro de passar roupa da minha finada mãe. Lembro dela ainda passando roupa, porque, quando eu tinha 5 anos, foi colocado a energia elétrica lá em casa. Então, eu lembro dela ainda passando roupa.” (Denelda Wolfgrann)

2) “E as coisas antigas, eu me lembro de algumas coisas ainda. Vovó e mamãe usando o ralador, os ferros. Eu me lembro até uma vez quando tinha acabado a energia.”
(Agnelda Lauret Zibell)

3) “Do ferro de passar roupa, do ralador de aipim que meu pai usava muito. Em vez de deixar a minha mãe usar, para fazer pão de milho, era ele que fazia e a peneirinha de peneirar, o fubá e o ralador também. Que era muito usado pela minha mãe antigamente.” (Almelinda Holz)

4) “O ralador né? Era minha mãe, que fazia um brot de milho aqui. Ó, hoje é meu marido, quando ele vinha de namorada, ele falou assim que ele vinha mais por causa do pão.” (Arlete Holz)

5) “E nós temos um ferro desses também. Esse aqui eu não conhecia não, não vi lá em casa. O ralador, também, tinha uma mãe ralava o aipim, né as coisas para botar no brot.” (Verinha Wolfgang)

6) “Eu sou Elza B Sassemborg. Também, não tenho muito o que falar, só sei explicar. Essa peneirinha aqui é para peneirar o fubá, para fazer o Brot. E esse ralador serve para ralar feijão, mas eu também tenho isso aqui em casa. Só que usa quando não tem energia, que aí a gente rala o feijão.” (Elza B Sassemborg)

Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 65: Falas das senhoras referentes a Língua Pomerana.



“Nós aprendemos, primeiro, a falar o pomerano. Era só o pomerano. Eu lembro que, quando eu fui para escola, minha mãe foi minha professora e a gente não entendia bem o português, não.” (Acileia Schutz)

“E eu sou essa mãe que não ensinou português para os meus filhos, porque meu marido é pomerano. Ele não gosta de falar o português até hoje, ele fala quando precisa, mas ele não gosta. Aí, eu ensinei o pomerano primeiro e aprenderam o português na escola” (Melinda Borchardt)



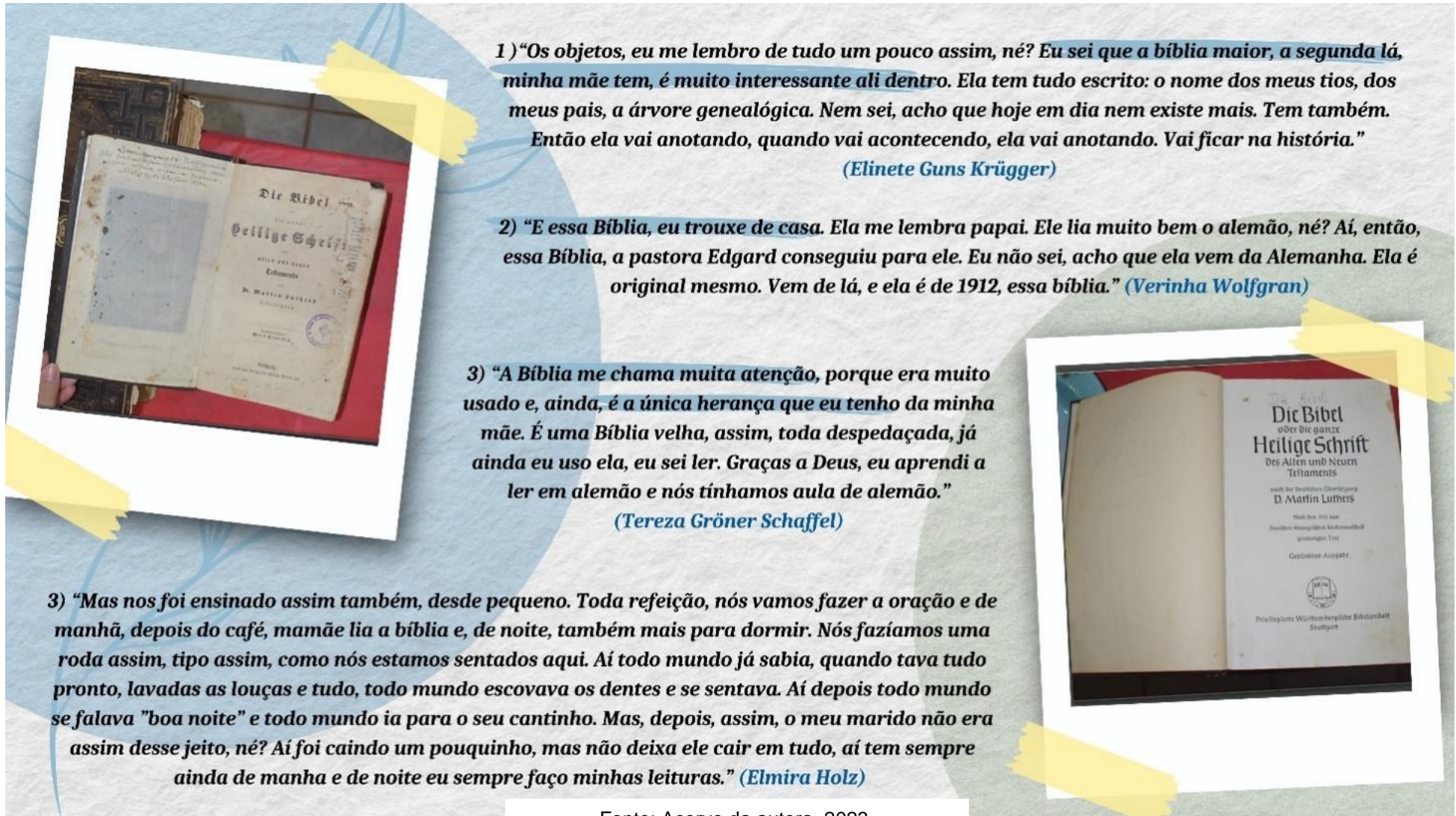
“O meu marido conta as histórias dela, porque ele estudou com ela. Só que, às vezes, então eu acho que você saia, não sei, por causa dos filhos, aí vinha outras professoras. Aí, eles não podiam falar o pomerano, porque tirava eles de sala. O meu marido fala, que ele até apanhou um dia, com uma régua, ou não sei o que a professora tinha, porque ele falou o pomerano. Por isso, ele ficou com medo da escola que, um dia, ele até pulou pela janela” (Iranilda Aparecida Prodna)



“Meus filhos falam todos em pomerano, mas meus netos esses aqui falam pomerano ainda, mas os mais pequenos não querem mais falar pomerano. Também tenho bisneto já.” (Sabina Lurett)



Figura 66: Falas das senhoras referentes a religiosidade.



1) **“Os objetos, eu me lembro de tudo um pouco assim, né? Eu sei que a bíblia maior, a segunda lá, minha mãe tem, é muito interessante ali dentro. Ela tem tudo escrito: o nome dos meus tios, dos meus pais, a árvore genealógica. Nem sei, acho que hoje em dia nem existe mais. Tem também. Então ela vai anotando, quando vai acontecendo, ela vai anotando. Vai ficar na história.”**
(Elinete Guns Krügger)

2) **“E essa Bíblia, eu trouxe de casa. Ela me lembra papai. Ele lia muito bem o alemão, né? Aí, então, essa Bíblia, a pastora Edgard conseguiu para ele. Eu não sei, acho que ela vem da Alemanha. Ela é original mesmo. Vem de lá, e ela é de 1912, essa bíblia.”** **(Verinha Wolfgran)**

3) **“A Bíblia me chama muita atenção, porque era muito usado e, ainda, é a única herança que eu tenho da minha mãe. É uma Bíblia velha, assim, toda despedaçada, já ainda eu uso ela, eu sei ler. Graças a Deus, eu aprendi a ler em alemão e nós tínhamos aula de alemão.”**
(Tereza Gröner Schaffel)

3) **“Mas nos foi ensinado assim também, desde pequeno. Toda refeição, nós vamos fazer a oração e de manhã, depois do café, mamãe lia a bíblia e, de noite, também mais para dormir. Nós fazíamos uma roda assim, tipo assim, como nós estamos sentados aqui. Aí todo mundo já sabia, quando tava tudo pronto, lavadas as louças e tudo, todo mundo escovava os dentes e se sentava. Aí depois todo mundo se falava “boa noite” e todo mundo ia para o seu cantinho. Mas, depois, assim, o meu marido não era assim desse jeito, né? Aí foi caindo um pouquinho, mas não deixa ele cair em tudo, aí tem sempre ainda de manha e de noite eu sempre faço minhas leituras.”** **(Elmira Holz)**

Fonte: Acervo da autora, 2023.

Os utensílios domésticos trazidos pelas senhoras fazem parte do seu dia a dia e estão relacionados aos afazeres do seu cotidiano. São instrumentos importantes na casa pomerana, associados ao que é considerado em sua comunidade como papel da mulher. Relacionam-se, também, a produção do pão típico pomerano, o *Brot*.

Em relação à Língua Pomerana, a temática foi observada em quase todas as falas das participantes, que contaram a respeito de como foi o seu aprendizado da língua, se ensinaram ou não seus filhos e netos e como preferem se comunicar na comunidade. Nesse momento, foram rememoradas histórias de suas infâncias, de quando frequentavam a escola e as dificuldades que tiveram para aprender o português.

A presença constante da palavra “bíblia” nas falas evidencia a importância da religiosidade na vida do pomerano. Foram apresentadas pelas senhoras bíblias em alemão herdadas de seus antepassados, trazidas durante o percurso da imigração da Pomerânia para o Espírito Santo e que são mantidas nas famílias, preservadas e passadas de geração para geração. São objetos em que é possível observar através das falas, um forte sentimento de orgulho e contentamento por parte dessas senhoras, ao contarem as histórias familiares relacionadas a cada bíblia. Ainda na temática religião, foram citadas as orações e cantos em alemão, ensinadas pelas mães ainda na infância e repetidas até os dias atuais no ceio familiar.

Uma coisa que eu lembro quando nós éramos crianças, não era nada de objeto nada disso, mas de sentar à mesa e nossos pais ensinar a gente a fazer uma oração aí quando de vez em quando, quando a gente ia visitar lá minha avó paterna aí a gente tinha que sentar quando de vez em quando a gente ia lá almoçar, acho que era muito raro, né, mas aí uma vez e outra a gente então tinha que fazer uma oração para eles escutar e a gente morria de vergonha, mas fazia a oração[...] (Entrevista oral - Alcileia Schulz).

Ao final da roda, foram apresentadas algumas fotografias familiares levadas pelas senhoras. São imagens de casamentos (Figura 67), batismos, eventos da igreja, de suas infâncias e de suas famílias (Figura 68)

Figura 67: Fotografias de casamentos antigos apresentadas pelas senhoras da Oase Jequitibá.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 68: Fotografias de batizados, eventos religiosos e da infância apresentadas pelas senhoras da Oase Jequitibá.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Através das falas de cada entrevistada, foi possível observar também o forte sentimento de pertencimento à comunidade pomerana de Jequitibá pelas senhoras da Oase. Ao iniciarem suas falas, as participantes, por desejo próprio, contavam há quanto tempo moravam na região e frequentavam a igreja luterana de Jequitibá. Além disso, diziam aonde foram batizadas e confirmadas (sacramentos do luteranismo) e aonde haviam se casado:

Eu sou daqui da igreja, sou batizada aqui, confirmada aqui, casada aqui e participo até hoje (Entrevista oral - Sabina Laurett).

Eu me chamo Denelda Wolfgrann. Eu nasci aqui, fui batizada e confirmada aqui nessa igreja, mas casei em Belém, fiquei lá por 19 anos, voltei esse ano, separei e voltei pra cá minha igreja natal. (Entrevista oral - Denelda Wolfgrann).

Eu sou Melinda Borchardt sou pomerana. Meu avô ajudou a construir a igreja, parte de pai. E eu sou dessa comunidade, desde sempre fui batizado aqui confirmada aqui, casei. Aí fui pra comunidade da paz, depois de casada. Ai eu fiquei lá uns 13 anos. Aí voltei para cá de novo, então 33 anos que estamos aqui de novo nessa comunidade. (Entrevista oral - Melinda Borchardt).

Nós temos 38 anos de casado esses 38 anos, nós somos membros dessa igreja, eu tenho orgulho também, ser membra aqui eu morava aqui pertinho e o pastor Edgar e da Ana Maria eram meu segundo pais, eu lembro hoje ainda o dia eu tinha pouco tempo de casada e o pastor Edgar veio um dia e chamou para participar da OASE por isso eu sei que eu to participando já a 38 anos da Oase e eu gosto muito de participar até hoje. (Entrevista oral - Helena Gröner Holz).

4.2 ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

Para a realização das entrevistas, a pesquisadora solicitou que cada uma das cinco senhoras participantes contasse uma história ou fato sobre a cultura pomerana, podendo este ser de familiar ou de sua comunidade, sendo algo que cada uma entendesse como importante para preservar para a posteridade.

Após a transcrição literal das entrevistas, as falas de cada entrevistada foram analisadas, gerando uma tabela síntese (tabela 08) com as temáticas mais presentes durante os diálogos e os objetos apresentados durante a entrevista. A partir de imagens coletadas e conversas transcritas, foi elaborado uma fotomontagem com algumas das falas de cada senhora.

Tabela 08: Temáticas presentes nas falas das entrevistadas.

Entrevistada	Temática	Objeto apresentado	Figura
Elza Holz (84 anos)	Casamento; Religiosidade; História de família	Vestido de casamento; Relógio antigo; Coroa de Pentecostes; quadro religioso; máquina de costura antiga; fotos	Figura 69
Elizete Holz (36 anos)	Religiosidade; Histórias de família; <i>Brot</i>	Fotos de família	Figura 70
Helena Gröner (61 anos)	Religiosidade; Língua Pomerana; culinária; Histórias de família	Fotos de família; coroa de Pentecostes; monóculo de fotos	Figura 71
Tereza Gröner (61 anos)	Culinária; Religiosidade; Perda dos costumes e valores pomeranos; História de família	Fotos de família	Figura 72
Sabina Lauret (71 anos).	Culinária; Histórias de família; religião; Língua Pomerana	Fotos de família; moedor de café	Figura 73
Agnelda Lauret (41 anos)	Perda dos costumes e tradições; histórias de família; Língua Pomerana	Fotos de família; coroa de Pentecostes	Figura 74

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Figura 69: Falas da senhora Elza Holz.

Entrevista Elza Holz - 84 anos

tradução das falas por Elizete Holz - Neta da entrevistada

“Desde os 7 anos já frequentava esta igreja. Não foram meus pais que me levaram, mas eu fui mesmo assim, com os amigos e amigas dela e sempre na comunidade de Jequitibá. Só que eu não morava aqui. E eu ia até então sempre frequentando o culto a cavalo.”

“Foi uma das fundadoras da Oase, 65 anos que faz parte do grupo, mas deve ter uns 10 anos que ela não frequenta mais as reuniões, mas ela continua indo nos cultos. Ela puxa a nossa orelha, né, quando a gente fala ‘ah, hoje não dá, não’, ‘tem que ir para igreja’, ela fala.”

“Eu era costureira e meu esposo sapateiro, né? Ai eles vinham pedir sapato com ele e aí eu fazia o vestido de noiva. Eu fiz muito, 84 vestidos. E com uma vista só, eu só enxergo de um olho. Perdi a vista com 15 anos. Aprendi a fazer costura sozinha”.

“Antigamente as festas eram menos e sempre aconteciam na casa da noiva. Foram três dias de festa, casei em Jequitibá e o pessoal foi a cavalo. Meu vestido era branco, mas me recordo de ter ido a casamentos em que a noiva vestia preto”

“Minha bisavó faleceu na viagem na primeira leva. Minha avó era pequena e me contava que jogaram o corpo no mar. Meu avô contava que sempre moraram aqui, construíram a casa com tronco de palmito. Tinha um cachorro que servia de vigia da casa. Um dia quando levantaram viram que o cachorro tinha sido comido pela onça”.

“Os primeiros não tinham vida fácil. Pra comprar alguma coisa tinha que ir a pé até Cariacica, tudo aqui era mata. Igual os sinos da igreja de Jequitibá, trazido a pé nas costas, e é pesado”.

Figura 70: Falas da senhora Elizete Holz.

Entrevista Elizete Holz - 36 anos

"A primeira coisa é o caminho da igreja, né? Que isso os dois sempre me falaram. E como eu já faço 18 anos parte da Oasis, né? Eu casei logo. Comecei a participar, né?"

"As tradições ainda de fazer pão, isso é uma coisa que vovô deixou para mim. Eu que faço pão e quando não dá para eu fazer, ela fica brava. Ela fala assim: 'eu quero'. Mamãe não aprendeu e eu aprendi da vovó. Mas eu faço quando dá, porque as roças, às vezes, não permitem. Aí eu faço no forno a lenha ainda. Mas vovô contava muita história."

"A Coroa de Pentecostes? Isso é uma tradição que a gente tem que deixar para nós. Agora, nós temos a tradição. Nós 'deixa' de um ano para outro pelo menos uma dentro de casa, né? Aí, e com essa árvore, o pau pereira"

"Tem também a coroa de advento que ainda a gente faz, a gente tem a tradição. As vezes quando ninguém quer buscar nada para ela, ela se vira onde ela acha alguma coisa e faz a coroa dela, ela pega um pote, bota lama aí dentro ainda. Aí ela enche de verde. Aí ela bota as quatro velas dela, ó tudo."

"E também ela ainda assim ensinou pra gente o Pai Nosso em alemão, né? Que a gente tudo aqui em casa até os pequenos já sabem. Mas eles ainda têm a tradição de toda noite ler em alemão, toda noite mamãe tem que ler. No final sempre reza o Pai Nosso."

"Eu também leio toda noite o 'Castelo Forte'. Aqui, na nossa igreja, só tem a vovó ainda que pega, e um outro lá um nem sei qual é. O outro que pega em alemão. Mas ela tem que ler. Aí, quando eles vão viajar assim, ela (mamãe) pede para mim. Aí, eu venho. Se eu não tô aí, meu irmão. Tem que rezar com ela, é uma coisa que ela carrega de anos."

"Meu avô fumava desde os 4 anos. Meu avô fumou, ele contou para mim, eu falo hoje em dia. Eu tenho tanta saudade das conversas dele. Ele sentava, cruzava perna e ele conversava. 'Eu já fumei desde os quatro anos, porque, antigamente, falava que quem não fumava, não era homem.' Só que o pai do vovô não gostava disso, para ele não podia fumar, porque ele nunca fumou."

"Ele sempre vinha aqui para visitar a vovó de cavalo. Durante o namoro era tudo de cavalo, isso ele contou muitas vezes para mim. Ele vinha lá de cima e não era por Santa Maria, não é aqui por cima, né? Aqui sobe a estrada de chão, sendo que é bem mais perto do que pelo asfalto, né? Mas era só uma vez por mês que ele só vinha namorar antigamente. Não era igual hoje em dia se ver todo dia, né? Antigamente não, eu falo às vezes por isso que os casamento aguentar mais tempo também, né?"

Figura 71: Falas da senhora Helena Gröner.

Helena Gröner - 61 anos

“A minha infância foi ótima. Meus pais se dedicaram muito a nós, não com riqueza, mas com amor e carinho. Meu pai ficava, assim, um pouco bravo às vezes, for necessário. Mas a gente foi uma família, assim, que se amava, conversava muito. Isso que falta hoje em dia, as conversas. Acho que isso tem que conversar. O amor entre as pessoas entre as famílias diminuiu muito”

“Minha mãe ela era muito dedicada à igreja, muito mesmo. Ela sempre falava assim: ‘eu vou na igreja enquanto eu posso ir, porque pode ter tempo que a gente não pode ir, mas eu não quero que a palavra de Deus caia no meu banco sem eu estar lá’. Ela sempre falava assim. Nós vamos muito à igreja.”

“Ela ensinou eu fazer pão, eu era bem nova ainda. Eu já fazia, ajudava a fazer pão, ela fazia pão no forno, muito pão. E eu precisava segurar as folhas de bananeira para ela, porque sempre tinha muito vento, aí as folhas tocavam embora, ela ficava nervosa. Aí ela me chamava para eu ajudar com isso. Quando nós matávamos porco, eu tava assim, até hoje quando eu mato. Eu tenho isso dos meus pais muito na memória ainda, tudo que eles faziam para a gente, do jeito que eles faziam, a gente faz hoje ainda”.

“Minha mãe só sabia falar pomerano, eu não sabia falar o português, só falava pomerano e o alemão alto. Aí, depois, a gente foi para escola e ali a gente aprendeu.

“A gente não conhecia outra coisa, quando nós fomos para escola, nós tínhamos muito medo de tudo. A gente ia junto para escola. A gente tinha que andar duas horas a pé para ir para escola, né? Ali então, a gente tinha muito medo no caminho, tem muito cachorro.

Mas não tinha escolha, mas eu agradeço hoje que eles nos mandaram, porque meu marido, a família do meu marido podia ir quando ele queria, ele não aprendeu nada. Ele não sabe nem ler e escrever e tem a mesma idade que eu. Mas, graças a Deus, os nossos pais nos enviaram, falavam que era para nós irmos e nós fomos. Graças a Deus, escrever eu sei bem. Nossa professora falava um pouquinho ainda a língua alta, com isso nós se comunicava.”

“Foi só entre família mesmo meu casamento. Meus pais não tinham muita coisa e o pai dele já não tava mais vivo e a mãe dele então só chamou os filhos dela que já tinha casado e meu pai também. Foi só um dia, eu acho que umas 20 famílias assim mesmo porque era muita gente. Foi numa sexta-feira dia 13, ainda que todo mundo não gosta, uma sexta-feira, dia 13 de abril. Só assim, a gente foi na igreja lá para as 9:30, só com dois testemunhas mesmo e na sexta-feira foi a festa. Foi a confraternização, só com almoço. Dá para ver aí na foto no almoço e, de noite, todo mundo foi para casa.”



Figura 72: Falas da senhora Tereza Gröner.

Tereza Gröner - 61 anos

“Em primeiro lugar, está se perdendo tudo, porque ninguém faz mais Brot, e todo mundo compra. Isso é uma coisa muito importante, é bem mais saudável o que a gente faz. Eu não aprendi com minha mãe. Minha mãe era bem velhinha, ela tinha nós com 47 anos ou 48 já quase, eu nasci, aí ela depois não fez mais o Brot. Aí eu aprendi com a amiga minha e até hoje eu tô praticando. Eu faço brot até para os outros. Mas eu vejo que tanta mulher que tem mais condições de fazer do que eu mais elas não fazem, mas eu gostaria que isso continuasse.”

“Eu também tive meus filhos e trabalhei muito na roça e, hoje em dia, isso ninguém faz mais. Ninguém quer mais trabalhar na roça, isso preocupa muito. Queria que isso continuasse, porque a gente vê que é uma coisa muito importante”

“Minha mãe era tão velha e meu pai, mas me ensinaram que confiar em Deus, né? E a gente tem a tradição de todo dia, de manhã, a gente faz uma leitura no Castelo Forte, também mesmo na Bíblia. Isso me chama muita atenção. Mas eu aprendi dizer isso de criança e isso tinha que seguir né? Aí eu fico preocupado que o pessoal não quer mais saber muito de da palavra de Deus, né? Eu até tenho uma Bíblia bem antiga aqui.”

“Também que o amor entre os pomeranos acabou muito. Eles estão muito, assim, desligados, não ajuda mais o outro. Isso foi, por um tempo, muito bom, quando um ajudava o outro, quando precisava, quando fazia casa, era tudo se chamava de mutirão, né? Que então ajudava, era 40, 50 homens se juntava para carregar todas as lenhas e todas as madeiras dos Matos e construir a casa, e fazia de barro, né? Que eu lembro, ainda, e esse negócio de um ajudar o outro. Isso acabou muito”

“Me lembro a gente não via a hora de chegar domingo para poder ir no culto, porque era um momento que a gente se confraternizar e, hoje em dia, se você quer, você assiste culto online. Não sei se existe a missa na televisão. Tá sim, você quer conversar com alguém, pega o telefone celular, conversa com qualquer lugar do mundo, entendeu? Você não precisa ir lá, mas tudo mudou, então e aí acabou criando um mundo de individualismo, ninguém conversa olhando pra pessoa, olhando nos olhos, entendeu?”

“Porque meu pai era muito rígido, não podia ser Católica né? Ele não deixava. Então ele não podia ser católico de jeito nenhum, tinha um rapaz que ele era da igreja católica, aí não prestava né? Eu também não o questionava mais sobre isso, mas ele falou, então não, esse não.”

“Nós casamos aqui, 14 de agosto de 87. Foi um casamento típico, bem pomerano, começou de manhã, e aí deu almoço, aí de manhã a gente foi para Igreja para fazer o casamento. De lá, nós vínhamos para casa, aí almoçávamos. A festa foi aqui na casa do pai dele, logo ali em frente, e no dia antes, era todo mundo trazia uma galinha, era naquele tempo ainda. O quebra louças foi na quinta noite, então o cara foi lá, rezava. Quem convidava foi o irmão dele, que morreu de acidente. Ah, o irmão era sempre o irmão mais velho, né, mas eu não tinha mais né? Então ele pegou o irmão dele, o meu era tudo casado. Eu casei por último? E aí foi o quebra-louças, né? E no outro dia, então, eu já falei que a gente foi cedo. Depois a gente almoçou.”

“Hoje mesmo tem um casamento, eu acho que é de 1.000 famílias. O pessoal chega às 4 horas. Quando deu 8 horas, já chega só faz escurecer, lá para às 9:00, 10:00. Todo mundo tá indo embora. Hoje não aguenta mais, porque é sei lá. Porque é muito, né?”

“O meu pai contava que quem veio da Pomerânia, veio desse jeito, sempre falava que foi muito difícil. Por isso que o povo trabalhava tanto, que tinha, até hoje tem, medo ainda que acabe um dia, porque foi muito difícil. Sempre falava que foi muita gente mordida de cobra e precisou morrer, que não tinha cura nenhuma”

Figura 73: Falas da senhora Sabina Laurett.

Sabina Laurett - 71 anos

Receita do Biscoito de Natal

- 10 kg de trigo;
- Açúcar quanto quiser, mais doce ou menos doce;
- 1 kg de banha de porco;
- 2 dúzias de ovos;
- Sal.



“Todo ano pra natal a gente fazia os biscoitos, se fazia 2, 3 latas de biscoito. Nós fazíamos muito. Ai sempre uma semana antes (do natal) já tinha que ser feito os biscoitos.”

“Antigamente ninguém tinha receita, a receita era a cabeça.”

“Quando meus filhos casaram, todos os 5 são casados, nós sempre fazíamos o biscoito, bolo de ladrão, tudo.”

“Meu pai sabia falar um pouquinho em português, mas minha mãe não sabia falar nada. Eu aprendi a falar, não tô falando bem, mas dá pra passar, com meus filhos, com meus netos e com a televisão, que aí eu aprendi muita coisa a falar. De 25 anos pra cima.”

“Nossa professora era assim também falava pomerano. Quando era uma coisa que nós não sabíamos, nós não estávamos entendendo, aí ela também falava em pomerano. Todo mundo falava pomerano na escola.”

“O meu casamento foi simples. Antigamente, os casamentos eram simples. Só que o costume, nos casamentos, antes dava linguíça, pão com linguíça na festa. Janta também, à noite. Os casamentos começavam sexta de manhã e ia até sábado de manhã.”

“Ninguém não está fazendo mais nada. Antigamente, eu fazia o Brot. Também fazia GibrondaSchwinnfleisch (carne frita na banha). Fritava a carne, botava na panela e enchia de gordura. Ai isso poderia ficar até um ano ou mais até isso não estragava.”



Figura 74: Falas da senhora Agnelda Laurett.

Agnelda Laurett – 41 anos

Antigamente também, quando eu aprendi ainda, os meus filhos não estão aprendendo, eu torrava o café. Eu fazia isso muito, mamãe sempre fazia isso. Aí, depois quando mamãe já não aguentava, aí eu comecei a fazer. E eu gostava, era um divertimento. Mas a Luiza e a outra mais nova não se lembram disso mais não. Agora ninguém torra mais café, só compra o pacotinho no supermercado

Aprendi o português quando eu comecei a ir pra escola. Antes, eu também não sabia nada, porque ninguém falava o português, era só o pomerano.

A gente é tão acostumado em falar o português e o pomerano junto. Quando a gente vai num lugar pra falar só o português, a gente tem dificuldade. Parece que você quer misturar as coisas. Em casa você mistura, fala metade português, metade pomerano, você mistura a língua

Eu me lembro no tempo da mamãe e também da vovó, quando eles faziam o Brot, aí nós sempre queria estar junto. Aí nos pegávamos e fazíamos um kleine Ruhe, nós enrolávamos isso dentro da folha de bananeira, um pedacinho assim e a gente assava junto. Depois, parecia uma salsicha que a gente tinha e comia. Isso era assim, era naquele tempo.

Quando matava boi, ou porco, fazia a linguiça. Hoje em dia, a gente mata e não faz mais nada. Não era jogado nada fora, nem do boi, nem do porco.

O Brot e o pão caseiro, assim de trigo, a gente faz tudo no fogão a gás. Mas eu me lembro do sabor, ainda que tinha o pão que era feito dentro do forno a lenha, é um sabor diferente, não é tão bom como o de lenha

Aí nós sempre juntávamos todas as meninas junto, assim os filhos tudo, aí nos pegava um dia e fazia biscoito para cada um sempre. Mas isso está se perdendo muito, eu não sei, hoje em dia a gente mesmo está se atarefando de mais com os trabalhos da roça e a gente esquece essas partes. É muito fácil comprar hoje em dia tudo. Que nem o bolo ladrão, a mulher faz, a gente compra. O biscoito, a mulher faz a gente compra, ao em vez da gente se unir e fazer, né.

Aqui chamava as mulheres, as vizinhas, aí sempre tinha que chamar os mais conhecidos pra ajudar a fazer, arrumar a comida e tudo do casamento. Mas também foi feito biscoito um domingo antes.

Eu acho que manter né, que nem na roça. Eu sempre falo, na minha opinião, eu preferia que elas continuassem na roça. Mas está difícil também por um lado na roça. Mas eu acho eu segui a nossa tradição, não perder, a linguagem pelo menos.

Seguindo a metodologia de análise aplicada para a roda de conversa, foi utilizada a nuvem de palavras. Uma segunda nuvem foi gerada, a partir das temáticas presentes nas falas de cada entrevistada, gerando o produto abaixo (Figura 75). Nela, é possível observar as temáticas mais abordadas, estando as mais lembradas em tamanho destacado na imagem e em ordem decrescente.

Figura 75: Nuvem de palavras gerada com as falas e temáticas das entrevistas.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

A nuvem de palavras gerada a partir das falas das entrevistadas evidencia, novamente, quatro temáticas principais: a religiosidade, as histórias de família, a culinária e a língua. Os álbuns de família e objetos apresentados ajudaram na rememoração de acontecimentos passados, como histórias da infância, que foram contados pelos mais antigos a elas e que fazem parte de suas famílias, o que evidencia a importância dos álbuns de família como importantes elementos de evocação da memória.

A religiosidade novamente apareceu forte durante as falas, com relatos sobre como cada entrevistada foi ensinada, pela sua família, a seguir a doutrina

luterana, os cantos e orações aprendidas, suas relações até os dias atuais com a igreja e como a religião e fé estão presentes no dia a dia de suas casas, demonstrando, assim, a forte importância da fé luterana até os dias atuais para o povo pomerano. Foi observado também que todas as casas visitadas possuíam em sua sala uma coroa de Pentecostes pendurada, costume religioso tradicional pomerano, além de frases religiosas em quadros.

Durante as entrevistas, ao rememorem suas infâncias, as entrevistadas relembavam de quando suas mães cozinhavam, do preparo do *Brot*, de quando matavam e preparavam a carne do porco e do boi para se alimentarem, do preparo da linguiça típica e do biscoito de Natal, receitas típicas da gastronomia pomerana, novamente ligando a mulher pomerana, representadas na figura da mãe e avó, reafirmando-as como figuras fundamentais na transmissão do saber-fazer e das tradições, o que ressalta o patrimônio imaterial pomerano.

A Língua Pomerana também apareceu em destaque nas entrevistas, seja na preferência por realizar a conversa em pomerano, seja na mescla, durante os diálogos, de palavras em português e em pomerano.

A minha netinha ainda fala, uma fala só pomerano. A mais novinha tem dois anos e meio, essa fala só pomerano. A mais velha tem cinco. A de cinco entende, entende tudo, mas ela não quer falar pomerano. (Entrevista oral - Helena Gröner - 61 anos).

De não perder, eu acho que seguir a nossa tradição não perder a linguagem pelo menos. (Entrevista oral - Agnelda Laurett - 41 anos).

Porque quando ela foi pro prezinho, ela só falava pomerano, ela teve até um pouco de dificuldade pra se virar. Depois ela começou a falar o português. Ai só falava pomerano em casa, por isso os mais novos querem falar só português. (Entrevista oral - Agnelda Laurett - 41 anos).

E meus filhos, graças a Deus, eles todos trabalham ainda e todos fala (*sic*) pomerano e eles todos são trabalhadores. Eu estou tentando ensinar pro meu neto, mas o meu problema é a nora e o genro não falam pomerano, né? Mas o que eu posso fazer eu faço. (Entrevista oral - Tereza Gröner - 61 anos).

Ao mesmo tempo, contaram sobre a dificuldade que tiveram em suas infâncias em aprender o português, de como, até os dias de hoje, se sentiam mais seguras em dialogar utilizando o pomerano e como buscaram ensinar o idioma a seus filhos e netos.

A partir das análises das falas da roda de conversa e das entrevistas, observou-se a preocupação dos mais velhos com a preservação da Língua Pomerana e dos costumes. A perda de tradições ao longo dos anos, a miscigenação cultural e principalmente a perda de interesse do jovem com o idioma pomerano são fatos preocupantes para essas senhoras, que veem com temor o futuro da comunidade pomerana com a perda de seus principais marcos identitários. Apesar dos esforços das famílias em ensinarem o pomerano como primeira língua, das igrejas luteranas locais e, também, dos governos estadual e municipal, não há garantias de que a Língua Pomerana irá realmente se perpetuar para futuras gerações, visto que muito está se perdendo.

A partir dos objetos apresentados pelas senhoras, é possível compreender a visão da comunidade pomerana em relação ao seu próprio patrimônio, ou seja, como eles, um povo tradicional com bens culturais riquíssimos, enxergam sua materialidade e imaterialidade. As análises das narrativas e dos objetos evidenciaram que, para elas, o valor de seu patrimônio não está em sua materialidade, mas na função desempenhada por cada objeto, no modo de fazer, nas práticas, nas tradições e nas crenças a que eles se relacionam, ou seja, na sua imaterialidade – na perpetuação de lembranças e saberes.

Para essas senhoras, o verdadeiro patrimônio pomerano está representado nas coisas simples de seu dia a dia: no moedor de café, na peneira de fubá que faz o *Brot*, no ralador de feijão, na xícara de porcelana, na bíblia em alemão antiga e mantida em sua família, no ferro a vapor, entre outros artefatos do seu cotidiano. São objetos herdados de suas mães e avós, passados de geração em geração, que perpetuam a memória pomerana e constituem seus verdadeiros bens culturais. Nesse sentido, para o povo pomerano, esses objetos representam o seu real patrimônio material e são eles que deveriam ser preservados pelo valor afetivo atribuído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a transcrição da roda de conversa e das entrevistas realizadas com as senhoras da Oase Jequitibá, é notória a relação das lembranças evocadas com a figura feminina da mãe e da avó, principalmente na infância do povo pomerano, evidenciando a importância do papel da mulher, principalmente das “velhas pomeranas”, no ensino das tradições e costumes de sua cultura em sua comunidade.

Desse modo, o trabalho confirmou a importância da mulher pomerana como principal transmissora dos ensinamentos e tradições de sua cultura e validou a hipótese levantada em sua introdução, que destaca que a memória evocada por essas mulheres, sobretudo as mais idosas, constituem o verdadeiro patrimônio pomerano. A pesquisa também confirmou que a memória evocada pelas senhoras – a partir dos relatos – são essenciais para o registro e consequente salvaguarda dessa sociedade oral.

Para responder o problema de pesquisa apontado, os resultados identificaram os seguintes aspectos que caracterizam a memória pomerana da comunidade Luterana de Jequitibá: a forte religiosidade, a Língua Pomerana, a gastronomia - com grande ênfase no *Brot* -, além das histórias de família. Esses aspectos foram constatados a partir das temáticas comuns que perpassam as nuvens de palavras geradas - tanto da roda de conversa como das entrevistas. Essas temáticas evidenciam o que está mais presente na memória cultural dessas mulheres e representam o que para elas significa ser e pertencer ao povo pomerano.

Dessa forma, é possível afirmar que o valor do patrimônio pomerano para a sua comunidade não está presente somente na sua materialidade, como nas construções arquitetônicas das igrejas ou nas residências típicas. A pesquisa verificou o grande valor atribuído a sua imaterialidade, representada nos ritos, nas festas e nos eventos que ali acontecem. Ressalta-se, novamente, que as questões apresentadas no trabalho, sobretudo as memórias evocadas, confirmam a dimensão imaterial da cultura pomerana.

Os dados consubstanciados nesta pesquisa permitem deduzir que, caso uma fatalidade aconteça na região e a Igreja Luterana de Jequitibá, uma igreja de valor arquitetônico e histórico, vier a ruir, a comunidade não iria acabar, pois a cultura pomerana se representa no coletivo e nas suas tradições perpetuadas e salvaguardadas. A importância está nos ritos, nas tradições e nas manifestações culturais que são realizados na dimensão do lugar e não na edificação em si.

Essa pode ser uma hipótese para a dificuldade encontrada atualmente pelo município de Santa Maria de Jetibá para preservar boa parte das residências típicas pomeranas, evitando a venda de casas antigas a madeireiras, fato já denunciado pela pesquisadora Bianca Corona (2012) em sua dissertação.

A partir da utilização da roda de conversa e das entrevistas como formas de registro das histórias e saberes, fica claro a importância da memória para a preservação do patrimônio cultural de um povo, principalmente de sociedades orais como a comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá. Destaca-se a importância do registro dessas memórias, saberes e falas para a preservação dessas comunidades, dificultando, assim, sua perda. O resgate de fotos e objetos, individuais e coletivos, mostrou-se riquíssimo e uma nova maneira de traduzir a cultura de um povo. A pesquisa deixa evidente a importância dos álbuns de família e dos objetos como artefatos essenciais para a evocação das memórias individuais e coletivas. Da mesma forma, é importante olhar para os mais idosos como agentes patrimoniais e elementos fundamentais para o registro e perpetuação do patrimônio.

A pesquisa identificou, ainda, desdobramentos para próximos estudos, como a possibilidade de investigação das seguintes questões: Qual a importância de se registrar e inventariar o patrimônio imaterial pomerano? Quais ações de preservação e educação patrimonial podem ser desenvolvidas trazendo o idoso pomerano como agente patrimonial? Fica, assim, aberto um nicho de pesquisa relacionando a preservação do patrimônio imaterial pomerano a partir da memória dos velhos.

Ao compreendermos a forma com que uma comunidade enxerga seu patrimônio, o trabalho de preservação pode ganhar outra dimensão, com políticas e ações que contemplem práticas participativas, pois parte-se do pressuposto que o

[...] melhor guardião do patrimônio cultural é sempre seu dono. São as pessoas que o fabricam, o praticam, moram nele [...] são as pessoas para as quais esse patrimônio tem importância direta, por estar intimamente associado às suas vidas (IPHAN, 2023, p. 10).

REFERÊNCIAS

ABREU, R. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria 'conhecimento tradicional' no contexto de uma nova ordem discursiva. *In*: BARRIO, A. E.; MOTTA, A.; GOMES, M. H. **Inovação Cultural, Patrimônio e Educação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

ACHIAMÉ, F. A. de M.; BETTARELLO, F. A. de B.; SANCHOTENE, F. L. (Org.). **Catálogo de bens culturais tombados no Espírito Santo**. Vitória, Conselho Estadual de Cultura / Secretaria de Estado da Educação e Cultura / Universidade Federal do Espírito Santo: Massao Ohno, 1991.

ALMEIDA, L. D. A colônia pomerana no Espírito Santo: A manutenção de identidades e tradições. **Caderno de Anais**, Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

AMBROZIAK, R. S.; MANSKE, C. M. R. Religião, morte e cemitério na memória coletiva e identidade étnica dos pomeranos e seus descendentes no Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões**. p. 117-142. ANPUH, Ano XIV, n.40, maio/agosto de 2021.

ASSMANN, J. Communicative and Cultural Memory. *In*: ERLI, A.; NÜNNING, A. **Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook**. New York, Berlin: De Gruyter, 2008.

BAESKY, S. **Retalhos do tempo: 100 anos de Oase**. Editora Sinodal 1999, São Leopoldo, RS, 1999.

BARROS, A. A.; TURATTI, L. A proteção do patrimônio, segundo a ONU, a UNESCO e a Constituição Federal Brasileira. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 24, n. 1, 2017.

BAHIA, J. **O tiro da bruxa: Identidade, magia e religião na imigração alemã**. Rio de Janeiro. Garamound, 2011.

BERTOLDI, M. R. Saberes tradicionais como patrimônio cultural imaterial dinamizador do desenvolvimento sustentável. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí-(SC), v. 19, n. 2, p. 559–584, 2014. Disponível em:

<<https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/6018>>. Acesso em: 9 de mai. 2023.

BORTOLOTO, C. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.4, dez.2010 / mar. 2011. Disponível em: <www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede>. Acesso em: 18 de junho de 2023

BOSI, E. **Memória e sociedade. Lembrança de velhos**. Universidade de São Paulo, 1987

_____. **O tempo vivo da memória. Ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2023

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 de julho de 2023

_____. Secretaria Nacional do Desenvolvimento Nacional. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/acesso_informacao/povos_comunidades_tradicionais/II_encontro/Cartilha%20CNPCT.pdf> Acesso em: 05 de mai. 2023.

BRITO, M. V. de. A política de patrimônio francesa: esboçando seu passado e presente. **Revista CPC**, v.13, n.25, p.86–111, jan./set. 2018.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. -1 edição, 8ª reimpressão-São Paulo 2021.

CASADO, T. C. **Cidade Paisagem: novas perspectivas sobre a preservação da paisagem urbana no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura urbanismo) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

CAVALCANTI, Erivaldo. Vicente. Para destruir a memória e demolir o patrimônio: algumas questões sobre a história e seu ensino. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 19, e074, 2019.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 1ª ed. Local: UNESP. 2006.

CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: socio gênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2011.

CONVENÇÃO DE FARO. Disponível em: <<https://rm.coe.int/a-convencao-de-faro-patrimonio-cultural-um-caminho-para-o-futuro-/1680a3e95e>>. Acesso em: 10 de agosto de 2023

CORONA, B. A. **Pomerish Huss: A casa pomerana no Espírito Santo**. Vitória, editora GM, 2012.

COSTA, E. B. da. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. **Finisterra**, v. XLVII, n. 93, 2012, p. 5-28. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/números/2012-93/93_01.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2023

_____. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, ISSN 0121-215X, ISSN-e 2256-5442, Vol. 26, Nº. 2, 2017

COSMO, M. **Ser pomerana: Histórias que desvelam a memória, a experiência e os sentidos de ser professora**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação do Centro de Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**. v. 6, 2003.

DUTRA, M. V. de M. **Centro Nacional de Referência Cultural: o desconhecido acervo consagrado**. 2017. Dissertação de Mestrado Profissional. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Rio de Janeiro.

FEHLBERG, J.; MENANDRO, P. R. M. Terra, família e trabalho entre descendentes de pomeranos no Espírito Santo. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 34, p. 80-100, jun. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782011000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 de novembro de 2023

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Nova Fronteira; 3ª edição (1 janeiro 1999)

FIGUEIREDO, A. A. F. de; QUEIROZ, T. N. de. A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2012.

FIGUEIREDO, V. G. B. Patrimônio, cidade e política urbana. Hiatos e equívocos na legislação urbanística de São Paulo. *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 168.02, **Vitruvius**, maio 2014 Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.168/5219>>. Acesso em: 05 de agosto de 2022

FOERSTE, E. **Cultura e Língua Pomeranas: Diálogos interculturais sobre ensino bilíngue**. Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística, p.29-52. Foz do Iguaçu-Paraná, 2014.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC/Ipahan, 2005.

FORTUNA, C. Patrimônio, turismo e emoção. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 97, 2012. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/4898>>. Acesso em: 10 de outubro de 2022

FRANÇA, B. L. F. de C. **Por que devemos falar sobre a valorização de Comunidades e Povos Tradicionais no Brasil?** FGV, Ciências sociais, 2022. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/devemos-falar-sobre-valorizacao-comunidades-e-povos-tradicionais-brasil>>. Acesso em: 15 de agosto de 2022

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GAEDE, V. **Presença Luterana no Espírito Santo: Os primórdios da presença luterana no estado do Espírito Santo e a história da Paróquia de Santa Maria de Jetibá**. São Leopoldo. Editora Oikos, 2012.

GERTZ, R. E. Os luteranos no Brasil. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2129>>. Acesso em: 28 de abr. 2023.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29. mai./jun. 1995.

GONÇALVES. J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

GRANATO, M.; RIBEIRO, E. S.; ARAÚJO, B. M. de. Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. **Inf. Inf.** Londrina, v. 23, n. 3, p. 202 – 229, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informação>>. Acesso em: 25 de agosto de 2022

GRANZOW, K. **Pomeranos sob o Cruzeiro do Sul: colonos alemães no Brasil**. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2009.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Ed. Dos Tribunais, 1990.

HENARES DE MELO, M. C.; CRUZ, G. DE C. Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no Ensino Médio. **Imagens da Educação**, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

HOLZ, D. **Entre partidas, chegadas e permanências uma análise da migração e das redes pomeranas do estado do Espírito Santo para o estado de Rondônia (1970-2020)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, 2021.

ICOMOS BR. **Recomendação R (95)9**. Conselhos de Ministros da Europa. Disponível em: <<https://www.icomos.org.br/paisagens-culturais#:~:text=Em%201995%2C%20o%20Comit%C3%AA%20de,pol%C3%ADticas%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20do%20patrim%C3%B4nio>>. Acesso em: 05 de junho de 2022

IPHAN. **Balanco de 80 anos de tombamentos: 1936-2016**. Disponível em: <<file:///g:/users/ten/documents/mestrado/iphan%20balanco%2080%20anos%20de%20tombamentos.pdf>>. Acesso em: 05 de junho de 2022

_____. **Carta de Veneza**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2022

_____. **Carta de Fortaleza**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2022

_____. **Carta de Bagé**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Carta_das_Paisagens_Culturais_e_Geoparques.PDF>. Acesso em: 10 de junho de 2022

_____. **Convenção da Salvaguarda do Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/convencaosalvaguarda.pdf>>. Acesso em: 12 de junho de 2022

_____. **Educação Patrimonial. Programa mais educação**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgrammaMaisEducacao_fas1_m.pdf>. Acesso em: 01 de agosto de 2022

_____. **Inventario Nacional De Referências Culturais**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>. Acesso em: 01 de agosto de 2022

_____. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761/>>. Acesso em: 05 de agosto de 2022

_____. **Recomendação de Paris:** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>>. Acesso em:

JACOB, J. K. **A imigração e aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo.** Vitória. Departamento Estadual de Cultura, 1992.

JANKE, S. R. A fé evangélico luterana como forma de resiliência para os imigrantes pomeranos no Brasil. **REFLEXUS** - Ano X, n. 16, 2016. p.296-316.

KÜHL, B. M. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 287-320. jul- dez. 2010.

KUSTER, S. B. **Cultura e Língua Pomeranas: Um estudo de caso em uma escola do ensino fundamental no município de Santa Maria de Jetibá – Espírito Santo – Brasil.** Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2015.

LAMEIRA, R. das G. F. do V. **Memória, Educação e Autoritarismo:** a opinião pública no Brasil e no Paraguai. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília – UnB Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas – PPG/CEPPAC, 2016.

LE GOFF, J. **Introduction des entretiens du patrimoine Patrimoine et passions identitaires.** Paris: Fayard, 1998.

_____. **História e Memória.** Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LISBÔA, F. M. Roda de conversa: metodologia na produção de narrativas sobre permanência na universidade. **História Oral**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 161–182, 2020. DOI: 10.51880/ho. v23i1.995. Disponível em: <<https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/995>>. Acesso em: 6 de jun. 2023.

MANSKE, C. M. R. **Imigração pomerana no Espírito Santo.** Dissertação de Mestrado (Educação e Religião) - Universidade de Vila Velha, Espírito Santo, 2016.

MARQUES, A.; FREITAS, G.; OLIVEIRA, T. **Pomeranos no Espírito Santo**. Disponível em: <<http://pomeranosnoesifes.blogspot.com/2015/09/territorio-pomerano-no-espírito-santo.html>>. Acesso em: 01 de fev. 2023.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, M. C. H. de; CRUZ, G. de C. Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. **Imagens da Educação**, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

NOGUEIRA, A. G. R. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antítese**, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. - dez. 2014.

NORA. P. **Entre memória e História**. Projeto História. São Paulo 1993. p. 1-22.

NUNEZ, L. O. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo. **Faces da História**, v. 3, n. 2, p. 194-212. 2016.

OLIVEIRA, M. R. da S.; FERREIRA, C. L.; GALLO, H. Memórias (In)visíveis: reflexões sobre o centro de Campinas-SP. **Revista ARA**, n. 3, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2525-8354.v0i3p209-230>>. Acesso em: 01 de outubro de 2023

OLIVEIRA, E. A. de. Espaço e afetividade: reconstruindo memórias de imigrantes pomeranos através dos seus locais de sociabilidade. **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, [S. l.], v. 2, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4101>>. Acesso em: 28 de abr. 2023.

OMERA, J. P. **Patrimônio cultural: História, políticas e instrumentos**. Arq.s na história, 2022.

PAIVA, O. da C. Imigração, patrimônio cultural e turismo no Brasil. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 211-237, 2015. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/109639>>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

PERAZZO, P. F. Dossiê Narrativas Oraís de Histórias de Vida. **Comunicação & Inovação**, PPGCOM/USCS. v. 16, n. 30 (121-131) jan-abr, 2015.

POLLACK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 1-15.

PORTA, P. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010**. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

PORTUGAL. **Portal Diplomático de Portugal**. Disponível em: <<https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/>>. Acesso em: 25 de setembro de 2023

PORTAL LUTERANOS. **A caminho em terras brasileiras**. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/a-caminho-em-terras-brasileiras>>. Acesso em: 02 de mai. 2023.

_____. **História da presença luterana em Santa Maria de Jetibá**. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/historia-da-presenca-luterana-em-santa-maria-de-jetiba-es>>. Acesso em: 30 de abr. 2023.

_____. **História da paróquia evangélica de confissão luterana em Domingos Martins**. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/historia-da-paroquia-evangelica-de-confissao-luterana-em-domingos-martins-es>>. Acesso em: 5 de mai. 2023.

PREFEITURA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ. Disponível em: <<https://www.pmsmj.es.gov.br/portal/>>. Acesso em: 01 de mai. 2023.

RABUSKE, I. J. *et al.* Evangélicos brasileiros: quem são, de onde vieram e no que acreditam? **Revista Brasileira de História das Religiões**, 2015, v. 4, n. 12, 11.

RIBEIRO, S. L. S.; DE OLIVEIRA, P. R. Narrativas em rede: argumentos coletivos e histórias de vida na educação. RIDPHE_R **Revista Ibero-americana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 412–430, 2018. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9702>>. Acesso em: 23 de nov. 2022.

RIBEIRO, R. T. M. **Patrimônio cultural e preservação no Brasil: Perspectivas interdisciplinares contemporâneas**. Rio de Janeiro, 2020: Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio - MPPP- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - PROARQ-FAU-UFRJ, 2020, Editora Paisagens Híbridas.

RÖLKE, H. R. **Descobrimos raízes: Aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia**. [s.n.] Vitória, ES 1996.

SALA, D. Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 31, p. 19-26, 1990.

SANTIAGO JUNIOR. F. das C. F. Dos Lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, pp. 245-279, jan.-abr. 2015.

SARLO, B. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEIBEL, I. *et al.* Os pomeranos brasileiros. *In*: SEIBEL I. (org.) *et al.* **O povo pomerano no Brasil**, Santa Cruz do Sul. Editora EDUNISC, 2016, p.33-38.

SPAMER, H. Migração e identidade étnica pomerana no Espírito Santo. **Caderno de anais**. Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais na Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2014 p.106-116.

TRESSMANN, I. **Da sala de estar a sala de baile - Estudos etnolinguísticos de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo**. 2005. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 31 ago. 2010.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. *In*: KI-ZERBO, J (org). **História Geral da África: Metodologia e pré-história da África**. Tomo I, São Paulo, UNESCO, 1982.

VASCONCELOS, M. C. de A. As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. **Revista CPC**, [S. l.], n. 13, p. 51-73, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15689>>. Acesso em: 23 de nov. 2022.

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,

RG _____, abaixo assinado, concordo em participar das atividades propostas pela pesquisadora Karla Fernanda da Silva Kiister, sob orientação da professora Dra. Melissa Ramos da Silva Oliveira, como parte de sua pesquisa de dissertação de mestrado em Arquitetura e Cidade pela Universidade de Vila Velha (UVV), com o título “Memórias de Jequitibá: Histórias e Patrimônio cultural Pomerano contados pelas senhoras da Oase”. Afirmo ter sido convidado(a) a participar da roda de conversa e aceitando livremente da pesquisa, tendo sido devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora sobre os objetivos do projeto, os seus procedimentos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação.

Assinatura do participante ou responsável

APÊNDICE 2

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Por este instrumento, eu,

_____,
nacionalidade _____, CPF nº _____,

CEDO, nos termos da Lei 9.610/98, os direitos autorais patrimoniais das fotografias entregues a pesquisadora Karla Fernanda Kiister (Karlakiister@gmail.com) no âmbito da pesquisa de mestrado intitulada "Memórias de Jequitibá: Histórias e Patrimônio cultural Pomerano contados pelas senhoras da Oase". Declaro que o conteúdo da obra cedida é de minha autoria, da qual assumo qualquer responsabilidade moral e/ou material em virtude de possível impugnação da obra por parte de terceiros.

Local: _____

Data: _____

(Nome completo e assinatura do CEDENTE)

Rua _____, nº _____

CEP _____ - _____ Cidade: _____ / _____

Tel: _____, Cel: _____

E-mail: _____

De acordo:

CESSIONÁRIO

APÊNDICE 3

LISTA DE PRESENÇA

ArqCidade



PROJETO: "MEMÓRIAS DE JEQUITIBÁ: HISTÓRIAS E PATRIMÔNIO CULTURAL POMERANO CONTADOS PELAS SENHORAS DA OÁSE"

RODA DE CONVERSA 1: 03/05/2023

HORÁRIO: 18:30

LOCAL: IGREJA LUTERANA DE JEQUITIBÁ-ES

NOME	TELEFONE	CPF
Amélia M. Borcilo	999896609	070.399.097-74
Reizama Z. Surzemburg	99966-7313	129.587.417.29
Elza B. Serranque	999130050	
Emmelinda S. Nairi	99883-4081	080.924.697-09.
Renávia K. Sages	997132870	
maria Helena S. Rogg	99783.2474	019.996.377-04
Adaura L. Borchardt		
Verinha B. Wolfgram	997915159	007.858.787.50
Iranilda A. N. Prochka	995079222	
Sabine P. Leunert		
Agnilda B. Zittel	998592232	

Demoldo Wolfgangs	99906 2647	092 992.617-09
Arcileia Krechel Holz	99505 1830	091.396.497.25
Anelinda Bodendt Inuld	99963.5671	069133247-90
Hoelma ^{Mayer} Kozsmke	99651-4961	
Arlete Kurat Holz	997014237	083676517-66
Helma Gröner Holz	998472134	
Opelma Wolfgangs Plaster	99619-9265	045.690-137-07
Tureza Grönerschaffl	997.302890	
Edinete Gumo Krüger	99816-7490	
Elizete Holz Stauder	99871-8776	
Elmira N. Holz	9932-9097	